



Departamento Ciência Política e Políticas Públicas

## Envio de Remessas Informais de Emigrantes Guineenses

Jairson Carlos Indequi

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Estudos Africanos: Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Económico

Orientador:

Doutor Eduardo Maria Costa Dias Martins, Professor Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Agosto 2012



Departamento Ciência Política e Políticas Públicas

## Envio de Remessas Informais de Emigrantes Guineenses

Jairson Carlos Indequi

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Estudos Africanos: Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Económico

Orientador:

Doutor Eduardo Maria Costa Dias Martins, Professor Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Agosto 2012

**Envio de Remessas Informais de Emigrantes**

Jairson Carlos Indequi

Agosto, 2012

**Envio de Remessas Informais de Emigrantes**  
Jairson Carlos Indequi

Agosto  
2012







*“O conhecimento é um tesouro, mas a prática é a chave para ele”*

Thomas Fuller

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais o apoio inequívoco ao meu projeto acadêmico, do qual este trabalho representa mais uma etapa do meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradeço à minha esposa e aos meus rebentos Santiago e Kevin Indequi pelo apoio prestado, pela sua dedicação, compreensão e ajuda, que possibilitaram tornar este projeto uma realidade. E pela sua confiança, que sempre foi uma fonte de inspiração e motivação para ultrapassar este enorme desafio. As palavras de estímulo foram sem dúvida imprescindíveis para ultrapassar os obstáculos encontrados ao longo desta caminhada.

À minha avó Beatriz, obrigado pela simplicidade como vê as coisas, sempre aliada a uma extrema inteligência.

Um obrigado a todos os colegas, e um em especial à Leonor Maria Proença pela leitura do texto final, e professores que lecionaram o curso de mestrado em Estudos Africanos, pelos ensinamentos transmitidos.

Agradeço ao meu Orientador Prof. Dr. Eduardo Costa Dias, pelos ensinamentos e pela forma como mudou a minha visão/perspetiva em relação à África.



## *Sumário*

Este trabalho tem como objetivo identificar, de forma cronológica, as formas de envio de remessas informais de migrantes guineenses residentes em Portugal e mostrar que, mesmo não sendo o objetivo de quem envia as remessas, estas contribuem de forma indireta/direta para o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações guineenses.

São três as hipóteses a que pretendemos dar resposta:

### HIPÓTESE 1

Será que podemos considerar que as remessas informais dos emigrantes são mais eficazes do que as ajudas externas para o desenvolvimento?

Na busca dos objetivos pessoais, a ajuda externa iria tardar a chegar.

### HIPÓTESE 2

O PNB (Produto Nacional Bruto) guineense estará subavaliado devido à informalidade das remessas dos emigrantes, que não entram para a sua contabilidade?

Não existem registos oficiais de todas as entradas de divisas no país.

### HIPÓTESE 3

As remessas permitirão aos empresários uma maior liquidez nos seus negócios, possibilitando, igualmente, que lucrem com operações informais?

Algumas PME guineenses são “suportadas” pelas remessas informais.

Quanto a opções metodológicas, o trabalho baseou-se na análise descritiva de dados obtidos através de pesquisas bibliográficas, de um inquérito por questionário efetuado no terreno e ainda de observação direta.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, optámos por fazer uma revisão bibliográfica relacionada com imigrações e remessas.

A análise dos dados obtidos permitiu compreender/reconhecer a razão que está na origem do projeto da imigração (a migração intercontinental guineense é muito recente), que se prende com dois fatores motivacionais distintos: o primeiro de ordem económica e o segundo de ordem política.

No que se refere às opções de envio de remessas pelos meios informais, para implementação deste projeto familiar, os imigrantes guineenses veem-se obrigados a

utilizar mecanismos ao seu dispor para resolverem questões relacionadas com o envio de dinheiro aos seus familiares ao mais baixo custo.

Existem pelo menos três formas de envio de remessas de modo informal:

A primeira é através das associações de solidariedade social como a AFAB, cujo objetivo é apoiar os seus membros através de envio de remessas financeiras, entre outros instrumentos de ajuda social.

A segunda funciona da seguinte forma: a pessoa que quer enviar dinheiro deverá conhecer previamente o portador ou então terá que se dirigir ao aeroporto e tentar encontrar um. Dentro desta, podemos ainda colocar as estratégias empresariais das mulheres perante a migração (envio de remessas em forma de produtos de modo a serem transacionados na Guiné – Bissau).

A terceira modalidade de envio pode dizer-se que é a mais dinâmica, uma vez que envolve várias pessoas (agentes económicos a operar regularmente nos seus próprios negócios correntes) e pode ficar totalmente processada em poucas horas, sendo que, em sentido restrito, ela é realizada com carácter informal.

O custo associado ao envio de remessas nessas três modalidades é quase nulo.

Isto leva-nos a acreditar que as remessas informais dos emigrantes são mais eficazes do que as ajudas externas para o desenvolvimento (APD) e o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Na busca dos objetivos pessoais, a ajuda externa iria tardar a chegar.

**Palavras-chave:** Remessas, migração, informalidade, desenvolvimento

## *Abstract*

The goal of this work is to identify, in a chronological way, the ways of dispatch of the informal shipments of Guinean migrants that live in Portugal and show that, even though it's not the purpose of who sends the shipments, these contribute in a direct/indirect way to the economical development and the wellbeing of the Guinean population.

There are three hypothesis we intend to give an answer to:

### HYPOTHESIS 1

Can we consider that the emigrants' informal shipments are more effective than the external aids for the development?

In the search for personal goals, external aid would come late.

### HYPOTHESIS 2

Is the Guinean GNP (Gross National Product) underevaluated due to the informality of the emigrants' shipments, that aren't part of its accounting?

There are no official records of all the entrances of foreign currency in the country.

### HYPOTHESIS 3

Will the shipments allow businessmen a bigger liquidity to their businesses, allowing them to, iqually, benefit with informal operations?

As for the methodological options, the work was based in the descriptive analysis of the obtained data through the bibliographic researches, of an inquiry by a questionnaire made on the field and even through direct observation.

When it comes to the bibliographical research, we chose to make a bibliographical revision related to imigrations and shipments.

The analysis of the obtained data allowed us to understand/recognize the reason behind the origin of the immigration project (Guinean intercontinental migrationis very recente), that ties itself with two distinct motivating facts: the first of economical order and the second of political order.

The Guinean immigrants see themselves obliged to use mechanisms at their disposal to solve questions related with the money dispatch to their children at the lowest coast, for the implementation of this family project, when it comes to the shipment dispatch options through the informal means.

There are at least three ways of shipment dispatch through the informal way:

The first is through the social solidarity associations such as AFAB, whose goal is to support their members through the dispatch of financial shipment, among other instruments of social help.

The second one works of the following way: when someone wants to send money should previously know the bearer or should go to the airport and find one. Within this, we can still put the women's company strategies before migration (the dispatch of shipments in the shape of products so they can be transacted in Guinea).

The third choice of dispatch seems to be the most dynamic, since it involves several people (economical agents operating regularly in their own current businesses) and can remain totally processed in a few hours, although, in a restricted way, is made with an informal nature.

The cost involved in the shipments dispatch in these three ways is almost null.

This makes us believe that the informal shipments of emigrants are more effective than the external help for the development (PDH-Public Development Help) and the Foreign Direct Investment (FDI). In the search of the personal goals, external help would come late.

**Key-words:** Shipment, migration, informality, development

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
1.1 Objetivos .....	1
1.2 Motivação .....	2
1.3 Metodologia .....	3
1.4 Estrutura do trabalho .....	4
<b>Capítulo I. Enquadramento</b> .....	<b>5</b>
I.1. Contexto Geográfico da Guiné – Bissau.....	5
I.2. Percurso político da Guiné-Bissau.....	5
I.2.1 Até à independência.....	5
I.2.2. Após a independência.....	6
I.3. Quadro social e cultural da Guiné-Bissau.....	7
I.3.1. O povo guineense.....	8
I.4. Situação económica da Guiné-Bissau .....	8
I.4.1. Dependência do auxílio externo e de remessas .....	13
<b>Capítulo II – Migrações</b> .....	<b>17</b>
II.1. Evolução Histórica da migração guineense .....	17
II.2. Factores motivacionais das migrações guineenses .....	20
II.3. Principais destinos da migração guineense .....	24
II.4. Quantificação/diferenciação da imigração guineense em Portugal .....	25
<b>Capítulo III – Os imigrantes guineenses em Portugal</b> .....	<b>27</b>
III.1. Onde vivem.....	27
III.2. Tipos de alojamentos .....	28
III.3 O mercado de trabalho .....	31
III.4. Relacionamento entre imigrantes guineenses .....	38
III.5. Práticas religiosas.....	42
III.6. Hábitos, costumes e tradições .....	45
III.6.1. O culto do sobrenatural .....	48
<b>Capítulo IV – A Economia do imigrante</b> .....	<b>50</b>
IV.1. Consumo e Poupança .....	50
IV.2. Remessas .....	51
IV.3. Razões do envio de remessas.....	52
IV.4. Importância das remessas para a Guiné-Bissau .....	53
IV.5. Remessas informais versus Formais .....	54
IV.6. Remessas informais .....	55
IV.7. Estratégias Empresariais das Nharas de Lisboa (remessas informais) .....	59
IV.8. Envio de remessas através de canais formais.....	62
IV. 9. Acesso aos serviços bancários .....	66
IV. 10. Destino das remessas.....	68
IV. 11. Mercado das remessas na Guiné .....	72
IV. 12. Época alta das remessas .....	74
IV.13. Fatores determinantes na escolha do canal de envio de remessas .....	75

IV.14. Perfil do imigrante face ao envio de remessas.....	78
Conclusão.....	83
Bibliografia.....	88
Anexos.....	91

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I – Razões da vinda para Portugal	24
Quadro II – Regiões de Residência em 2008	27
Quadro III – Tipo e regime de ocupação do alojamento	29
Quadro IV – Condição dos imigrantes perante o trabalho na Guiné-Bissau	31
Quadro V – Condições de imigrante perante trabalho	33
Quadro VI – Redes de sociabilidade de migrantes guineenses	39
Quadro VII – Autoidentificação religiosa dos imigrantes	43
Quadro VIII – Análise Remessas de Emigrantes	58
Quadro IX – Perfil do imigrante remetente de remessas	79

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I – Taxa de crescimento do PIB e PIB <i>per capita</i> de (2004 -2008)	12
Figura II – Quota de mercado das instituições que operam no mercado das remessas na G.B.	72
Figura III – Percentagem das comissões cobradas pelas empresas do mercado das remessas	73
Figura IV – Fluxo das transferências em meses do ano	74
Figura V – Evolução das remessas enviadas da U.E. para Guiné – Bissau	75
Figura VI – Tempo de permanência dos imigrantes guineenses em Portugal	78
Figura VII – Destino das remessas por regiões da Guiné-Bissau	80
Figura VIII – Razão da Alteração no envio de remessas	82

## LISTA DE ABREVIATURAS

- AFAB – Associação dos filhos e amigos de Bachil
- APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- ATM – At-the-money
- BM – Banco Mundial
- BCEAO – Banco Central dos Estados da África Ocidental
- BES – Banco Espírito Santo
- CTT – Correios, Telégrafos e Telefones
- CGD – Caixa Geral dos Depósitos
- GIM-UEMO – Agrupamento Interbancário Monetária - União Económica Monetária Oeste-Africana
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- IBAN – Número Internacional de Conta Bancária
- IDE – Investimento Directo Estrangeiro
- NRP – Navio da Republica Portuguesa
- PAE – Programas de Ajustamento Estrutural
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNB – Produto Nacional Bruto
- PME – Pequenas e Médias Empresas
- PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
- PRS – Partido da Renovação Social
- RIFA – Relatório de Imigração Fronteira e Asilo
- SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- UEMOA – União Económica Monetária Oeste-Africana
- UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento





## **Introdução**

### **1.1 Objetivos**

O problema que se pretende analisar neste trabalho de investigação prende-se com o fluxo informal de envio de remessas financeiras e de remessas de produtos e a sua influência na promoção do desenvolvimento socioeconómico do país com vista a almejar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

O objeto de análise será, pois, o Envio de Remessas Informais de migrantes guineenses em Portugal, em relação ao qual postulamos as seguintes hipóteses:

#### **HIPÓTESE 1**

Será que podemos considerar que as remessas informais dos emigrantes são mais eficazes do que as ajudas externas para o desenvolvimento? Na busca dos objetivos pessoais, a ajuda externa iria tardar a chegar.

#### **HIPÓTESE 2**

O PNB (Produto Nacional Bruto) guineense estará subavaliado devido à informalidade das remessas dos emigrantes, que não entram para a sua contabilidade? Não existem registos oficiais de todas as entradas de divisas no país.

#### **HIPÓTESE 3**

As remessas permitirão aos empresários uma maior liquidez nos seus negócios, possibilitando, igualmente, que lucrem com operações informais?

Algumas PME guineenses são “suportadas” pelas remessas informais.

Iremos realçar a relação intrínseca que existe entre os fluxos migratórios e as remessas.

Identificaremos alguns fatores que influenciaram de forma involuntária o aumento de fluxos de migrantes guineenses para Portugal tais como: a independência em 24 de Setembro de 1973; a aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural para um período de seis anos, com início em 1987; a instabilidade político-militar que culminou numa guerra civil.

Faremos uma análise cronológica quanto às formas de envio de remessas de modo informal.

Mostraremos quão difícil é quantificar os valores das remessas informais enviadas pelos imigrantes guineenses visto que existe uma grande dificuldade em obter dados. No entanto, o Banco Mundial estima que as remessas informais correspondam a 50% das registadas,

admitindo uma variação num intervalo de 35% a 75%; essa variação está intimamente relacionada com a taxa de transação informal situada entre 5 e 2%.

Iremos também analisar o sistema financeiro guineense quanto à sua adequação às necessidades dos migrantes guineenses, bem como a presença das instituições financeiras portuguesas na Guiné-Bissau, a atividade bancária e ainda o impacto da integração da Guiné, em 1997, na União Económica Monetária da África Ocidental (UEMOA). E compreender o nível de literacia financeira dos guineenses.

Apontaremos soluções para uma melhoria dos serviços prestadas pelas casas de envios de remessas de modo a virem a funcionar de forma eficiente.

Faremos a análise quanto ao destino que é dado às remessas enviadas pelos imigrantes, ao nível da economia e ao nível das famílias.

Em suma, mostraremos a dimensão deste fenómeno e relacionaremos o seu peso com alguns indicadores, uma vez que poderá ser visto como uma fonte de financiamento para o Orçamento Geral do Estado Guineense.

## **1.2 Motivação**

A escolha deste tema teve a ver com dois níveis de motivação: a intrínseca e a extrínseca.

Quanto aos fatores internos, podemos eleger: i) a possibilidade de caracterizar um povo na circunstância de imigrante; ii) a possibilidade de identificar alguns problemas inerentes bem como os benefícios, traduzidos em remessas, para os familiares e para o país de origem; iii) o desafio de fazer a separação do “eu” e do “nós” na análise da população guineense, devido à minha ligação social e afetiva à matéria; iv) a possibilidade de aprendizagem e conquista de um dos objetivos pessoais.

No que se refere aos fatores externos podemos destacar os seguintes: i) a possibilidade de proporcionar uma visão abrangente sobre o envio de remessas de imigrantes guineenses em Portugal. ii) o facto de este trabalho de investigação poder vir a ser uma importante ferramenta de consulta para as autoridades guineenses sobre as casas de envios de remessas; iii) a possibilidade de focar a importância das remessas formais/informais como fonte de financiamento do Orçamento Geral do Estado Guineense.

### **1.3 Metodologia**

A metodologia de trabalho seguida no presente projeto tese baseou-se na análise descritiva de dados obtidos através de pesquisas bibliográficas, de dados resultantes de um inquérito, por questionário, efetuado no terreno e dados resultantes da observação direta.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, optámos por fazer uma revisão bibliográfica relacionada com imigrações e remessas.

No inquérito por questionário (ver Anexo I), feito aos imigrantes em locais como as casas de comércio de envio de remessas, na região de grande Lisboa, mais propriamente no Rossio, no Aeroporto de Lisboa, na Damaia, em Odivelas e Queluz, foram inquiridos no total 20 imigrantes guineenses.

Os dados obtidos permitiram compreender as razões pelas quais os imigrantes optam pelo envio de remessas formais/informais.

No entanto, só a observação direta, ou seja, a frequência dos locais onde as situações ocorrem em Portugal permitiu conhecer e compreender o fenómeno na íntegra.

### **1.4 Estrutura do trabalho**

O presente trabalho de investigação encontra-se estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo é apresentada uma síntese da evolução da situação económica, social e política da Guiné-Bissau, desde a sua independência até aos dias de hoje.

No segundo capítulo é analisada a evolução histórica da migração guineense, bem como os fatores motivacionais das migrações guineenses, principais destinos da migração guineense e quantificação/diferenciação da imigração guineense em Portugal.

No terceiro capítulo é feita uma análise exaustiva das condições com que os imigrantes guineenses se deparam em Portugal: como e onde vivem, que tipos de alojamentos ocupam, qual a sua posição perante o mercado de trabalho e relacionamento com a comunidade imigrante/de acolhimento em Portugal.

Também as práticas religiosas são aqui objeto de análise, bem como os hábitos, costumes, tradições e a prática do culto do sobrenatural na migração.

No quarto e último capítulo é abordada a temática das remessas, nomeadamente as razões que estão por detrás do seu envio e o seu peso para a Guiné-Bissau.

São também identificadas e analisadas de forma detalhada as remessas informais versus formais, as condições de acesso aos serviços bancários pelos imigrantes, o destino que é dado às remessas enviadas e as principais instituições/agências a operarem no mercado das remessas na Guiné-Bissau.

Como anexos, são incluídos os mapas estatísticos, o guião do inquérito submetido aos imigrantes e a declaração de rendimentos para fazer prova.

## **CAPÍTULO I – Enquadramento**

### **I.1. Contexto Geográfico da Guiné-Bissau**

De acordo com os dados de 2007 sobre o índice do desenvolvimento humano IDH<sup>1</sup>, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a Guiné-Bissau ocupa o lugar 173 em 182 países avaliados; essa posição coloca-o no nono país com o índice de desenvolvimento humano mais baixo no mundo. A Guiné-Bissau é um pequeno estado da África ocidental, com uma superfície geográfica de 36.125 km<sup>2</sup>, dos quais 14.200 km<sup>2</sup> têm potencialidades de exploração agrícola<sup>2</sup>. Está delimitado a Norte pelo Senegal e pela Gâmbia, a Sul e a leste pela República da Guiné Conacri e a Oeste pelo Oceano Atlântico<sup>3</sup>. Administrativamente encontra-se dividido em nove regiões<sup>4</sup> e um sector autónomo<sup>5</sup>. De acordo com os últimos dados do terceiro recenseamento de Março de 2009, a população estimada é de 1.520.830, dos quais 60 % vivem na zona rural e 40% na zona urbana. Esta percentagem elevada da população urbana, em comparação com a do meio rural, deve-se ao facto de a política económica ser mais favorável à população urbana de Bissau, levando ao êxodo da população rural para o sector autónomo de Bissau, o que, por sua vez, teve consequências na atividade agrícola.

### **I.2. Percurso político da Guiné-Bissau**

#### **I.2.1. Até à independência**

Em 1956, Amílcar Cabral liderou a fundação do PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – que no início da década de 1960 iniciou a luta armada contra o regime colonial.

Apesar da morte do líder Amílcar Cabral, assassinado em 1973 em Conacri, a luta pela independência prosseguiu, e o PAIGC declarou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau a 24 de Setembro de 1973. Nos meses que se seguiram, o ato foi reconhecido por

---

<sup>1</sup> É uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e expectativa de vida ao nascer, ou seja, a esperança média de vida à nascença. Este índice serve para avaliar o bem-estar de uma população.

<sup>2</sup> De acordo com Síntese das Potencialidades e Oportunidades de Negócio e Investimento na Guiné-Bissau.

<sup>3</sup> INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos)

<sup>4</sup> Cacheu, Oio, Gabu, Bafatá, Quinara, Tombali, Bolama, Bijagós, Biombo

<sup>5</sup> Sector autónomo de Bissau

vários países, sobretudo comunistas e africanos. Todavia Portugal só reconheceu a independência da Guiné-Bissau a 10 de Setembro de 1974, após a Revolução dos Cravos<sup>6</sup>.

### **I.2.2. Após a independência**

A constituição da República da Guiné-Bissau foi aprovada a 16 de Maio de 1984 e revista em Maio de 1991. O poder legislativo é exercido pela Assembleia Nacional Popular e o poder executivo é exercido pelo Presidente da República. De 1974 a 1999 os guineenses foram governados pelo PAIGC, primeiro por Luís Cabral, e mais tarde por João Bernardo Nino Vieira que depusera o anterior em 1980.

Na década de 90, a Guiné-Bissau optou pelo caminho da democracia multipartidária, dando-se a primeira eleição desse novo regime em 1994. Nestas eleições, João Bernardo Nino Vieira obteve 52,02% dos votos, contra os 47,98% de Kumba Ialá, candidato do PRS (Partido de Renovação Social). Estes resultados fizeram de Nino Viera o primeiro presidente a ser eleito por sufrágio universal na Guiné-Bissau. Em Junho de 1998, houve uma insurreição militar liderada pelo general Ansumane Mané, que resultou na deposição do presidente Nino Viera e subsequente exílio para Portugal. Esta insurreição mergulhou o país numa guerra civil que só terminou em Maio de 1999, levando a que muitos guineenses tivessem que deixar o país. De 1999 a 2000, foi nomeado como presidente interino Malam Bacai Sanhá, e em 2000 realizaram-se eleições gerais. Na história da jovem democracia guineense, esta seria a segunda eleição democrática, onde Kumba Ialá e o seu partido PRS saíram vitoriosos.

Já em 2003 sucede-se um novo golpe de estado liderado por um outro militar, o general Veríssimo Correia Seabra. Com Kumba Ialá deposto é escolhido Henrique Rosa, uma personalidade da sociedade civil, para o cargo de presidente interino da República da Guiné-Bissau até novas eleições. Em Março de 2004 existem novas eleições legislativas, vencendo o PAIGC e relegando o PRS para segundo plano. Em 2005, Nino Viera regressa a Bissau, depois de 6 anos de exílio político, e candidata-se às eleições presidenciais contra o candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanhá. Nino Vieira sai de novo vencedor. A 2 de Março de 2009 Nino Viera é assassinado e o Presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), Raimundo Pereira, assume a presidência interinamente. Os partidos políticos guineenses chegam a uma

---

<sup>6</sup> PAIGC, 1974 Historia da Guiné e as Ilhas de Cabo Verde

plataforma de entendimento e marcam eleições presidenciais antecipadas para 28 de Junho de 2009, as quais foram vencidas por Malam Bacai Sanhá.

### **I.3. Quadro social e cultural da Guiné-Bissau**

O quadro social na Guiné-Bissau não é dos melhores em comparação com o dos restantes países africanos, visto que a pobreza absoluta<sup>7</sup> atinge ainda dois terços da população e a tendência ainda não caminha para a sua redução devido à queda da atividade económica que tem sido registada nos últimos anos.

Também o cumprimento de alguns Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), como a educação para todos e a paridade entre os sexos, ainda está muito longe de ser alcançado, devido à constante interrupção dos anos letivos que resultam em greves sistemáticas de professores.

De acordo com o Documento Estratégico Nacional de Redução de Pobreza DENARP (2005), a taxa de alfabetização de adultos homens corresponde 62,5% para o ano de 2008 e para o universo feminino é de 40%, ou seja a taxa de alfabetização da população guineense é de 51,25%.

De acordo com o terceiro recenseamento geral da população e habitação na Guiné-Bissau indica que as pandemias continuam a progredir, o abastecimento de água potável só contempla 31.479 agregados da população guineense e o acesso à eletricidade, 8.545. A falta de eletricidade e água são grandes entraves ao desenvolvimento de certas atividades que necessitam destas utilidades para o seu funcionamento pleno. O saneamento básico e o acesso a alojamento decente são ainda, para a maioria dos guineenses, uma miragem que só está ao alcance de alguns. Em consequência da extrema fragilidade da situação humana e fraca cobertura do país em termos dos serviços sociais de base, a esperança média de vida ao nascer para os homens é de 46 anos e para as mulheres de 51 anos.

---

<sup>7</sup> É a condição caracterizada por uma grave privação de necessidades humanas básicas, como alimentos, água potável, instalações sanitárias, saúde, residência, educação e informação. Isto depende não só do rendimento, mas também do acesso aos serviços.



### **I.3.1. O povo guineense**

A Guiné é uma sociedade multilingue e pluricultural. O reconhecimento e respeito pela diferença e igualdade das diferentes culturas guineenses são garante de que as minorias não são discriminadas, existindo um ambiente de tolerância e aceitação da variedade cultural. O mosaico cultural guineense é constituído por cerca de vinte etnias<sup>8</sup> assim distribuídas:

Grupo litoral: Balantas (Balantas manés, Cunantes e Nagas), Djolas (Baiotes e Felupes), Banhuns, Cassangas e Cobianas, Brames, Majancos e Papéis, Bijagós, Biafadas, Nalus, Bagas e Landumãs.

Grupo Interior: Pajadincas (Bajaranças) e Fandas

Grupo Mandinga: Mandingas, Seraculés, Bambarãs, Jacancas, Sossos, Jaloncos.

Grupo Fula: Fulas forros (Fulacundas) Fulas pretos, Futajoloncas (Boencas, Futa-fulas e Futa-fulas pretos), Torancas (Futancas ou Tocurores).

De acordo com Machado (2002), os grupos mais importantes são os Balantas (27% da população total), os Fulas (23%), Maníacas (14%), Mandingas (12%), Manjacos (11%) e os Papéis (10%) (dados de 1996) deixando assim uma parte residual (3%) para as restantes etnias. No litoral predominam os Balantas, povo cujas atividades económicas passam pelo cultivo de arroz e pela criação de gado bovino. As etnias do interior, Fulas e Mandingas (norte e leste do país), são na sua maioria muçulmanas. Estes realizam atividades económicas que vão para além da agricultura, nomeadamente criação de gado, artesanato, comércio e ainda uma considerável atividade religiosa mediúnica.

Quanto aos restantes povos do litoral, os Papéis e os Manjacos, as suas fontes de rendimentos resultam da atividade agrícola e são povos com orientação religiosa de prática animista.

### **I.4. Situação económica da Guiné-Bissau.**

A compreensão da presente situação económica da Guiné-Bissau requer uma análise retrospectiva sobre as opções efetuadas no passado, ou seja, depois da sua independência em Setembro de 1974.

---

<sup>8</sup> Em linha na: <http://lusotopia.no.sapo.pt/indexGBEtnias.html>, acessado em 27 de Outubro de 2011

Com a conquista da independência, a Guiné-Bissau optou por um modelo de desenvolvimento profundamente inspirado no modelo socialista (Carlos Cardoso, A transição democrática na Guiné-Bissau (1995) pp. 259-260), que consiste na defesa de economias de planeamento central dirigidas por um Estado que controla todos os meios de produção, ou seja, o estado passa a ter uma forte intervenção na economia, ultrapassando assim em excesso as três funções essenciais que um estado deveria ter, a promoção da eficiência, equidade e estabilidade social.

Segundo Cardoso, a adesão ao modelo socialista está relacionada com a ajuda que a Guiné-Bissau recebia de países socialistas, nomeadamente a antiga União Soviética.

Para Cardoso, com a queda da produção agrícola a nível mundial e o conseqüente aumento do crescimento demográfico, a Guiné-Bissau tomou posições *ad hoc* aproveitando o fácil acesso ao crédito junto da banca privada, realizando assim projetos estatais de grande escala sem levar em linha de conta a capacidade de retorno do investimento. Relativamente a esta matéria também não foram tidas em conta questões relacionadas com a gestão ou a manutenção do investimento realizado.

Estes projetos encontravam-se localizados na sua maioria apenas em Bissau ou nos seus arredores, fato que contribuiu muito para a desarticulação das estruturas tradicionais de produção agrícola e conseqüentemente para a estagnação absoluta do desenvolvimento económico. As conseqüências que advieram dessa situação foram a crescente dependência da importação de alimentos e o êxodo massivo das áreas rurais para as áreas urbanas.

Tal como sucedera nos países do leste europeu durante a década de oitenta, o estado guineense, que detinha o controlo total da economia, sendo inclusive o maior empregador do país, deixou de ter capacidade para absorver a mão-de-obra provinda do êxodo rural.

Esta situação obrigou a que alguns guineenses optassem por emigrar. Essa emigração teve um contributo positivo nos envios de remessas por parte dos emigrantes, que mais tarde se mostraram insuficientes para fazer face aos constantes défices da balança comercial<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> INEC Tabela. 1 : Comércio externo - Balança comercial (em Bilhões de FCFA)

guineense, criando assim problemas de solidez da sua moeda – o peso<sup>10</sup>. Estas razões levaram o governo a enveredar pelo caminho da estabilização monetária e financeira.

Em 1986, o executivo guineense, com a ajuda do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), aprovou o Programa de Ajustamento Estrutural para um período de seis anos, com início em 1987. Este programa tinha como objetivo reduzir as despesas internas para que o país tivesse capacidade de pagar a sua dívida.

Existiram várias razões que justificaram a implementação deste programa, uma delas a queda dos preços dos produtos exportáveis e a tentativa de inverter a tendência de sucessivos saldos negativos da balança de pagamentos e dos défices orçamentais<sup>11</sup>.

Uma das medidas foi o aumento da taxa de juro<sup>12</sup>. Na teoria, esse aumento tem efeito direto sobre a poupança, influenciando a remuneração do capital, e sobre os investimentos, influenciando o custo do capital. Assim, se o objetivo for uma política monetária restritiva, um aumento da taxa de juro irá diminuir a quantidade de dinheiro em circulação, ao estimular a poupança, e aumenta o custo do investimento que, por sua vez, limitará as despesas do Estado.

Mas como a economia é uma ciência de comportamentos, a política restritiva do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Estado Guineense, que foi utilizada para limitar as despesas internas e estimular a economia pela diminuição da inflação, não obteve os efeitos esperados mas sim alguns efeitos perversos devido à sua inadequação. Estes são os seguintes:

- i. Aumento galopante da taxa de inflação. Registou-se em Maio de 1992 um valor de 76% contra os 30% de igual período. Consequente perda do poder de compra, com diminuição dos salários reais e encarecimento dos produtos exportáveis, levando ao desequilíbrio de balanças de pagamentos, (Fernando Luís Machado, *Contrastes e Continuidades*, 2002:80);

---

<sup>10</sup> Foi a moeda da Guiné-Bissau de 1975 até 1997

<sup>11</sup> INEC Tabela. 1 : Comércio externo - Balança comercial (em Bilhões de FCFA)

<sup>12</sup> N. Gregory Mankiw, *Macroeconomia*, Terceira Edição, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1997, P.197.

- ii. Aumento da dívida externa do país. Entre 1987 e 1992, a dívida externa da Guiné-Bissau aumentou de 473 milhões de dólares para 631 milhões devido aos diversos reescalamentos por falta de pagamento (Carlos Sangreman, Fernando Sousa Jr,Guilherme Zeverino, Miguel Barros,2005:34);
- iii. Passagem de população ativa jovem para a pré-reforma ou para o desemprego, com a tentativa de “emagrecer” a população ativa no Estado.

Em 1997 a Guiné-Bissau entra na União Monetária dos Estados da África Oriental – UEMOA, a sua moeda foi substituída pelo Franco CFA.

A adesão da Guiné-Bissau a uma União Monetária suscitou importantes transformações a nível do mercado. A Guiné-Bissau assistiu, assim, a um processo de integração regional num mercado de sessenta milhões de habitantes e em vias de unificação, servido por uma moeda estável com baixas taxas de inflação e de juros e um melhor sistema bancário.

Os efeitos dessa adesão não foram sentidos logo de imediato, visto que se viveu um período de instabilidade política que culminou numa guerra civil, que teve o seu término em Maio de 1999.

Durante esse período conturbado, registaram-se pelo menos dois golpes de estado, duas nomeações de chefes de estado interino e três eleições, das quais duas presidenciais e uma legislativa. Esta instabilidade política terá resultado ela própria de uma série de recessões económicas.

Também nesse período a Guiné-Bissau registou um grande fluxo migratório para exterior e em especial para Portugal.

De acordo com os dados estatísticos do INEC, a economia recuperou fortemente em 1999 e 2000, antes de estagnar de novo no período 2001-03. O crescimento real do PIB da Guiné-Bissau subiu em média para 4,3% em 2005, mas sofreu uma deterioração aguda em 2006 devido a políticas inapropriadas na comercialização da castanha de caju guineense. Em 2007 a taxa de crescimento foi de 3,2% devido a chuvas tardias que afetaram a produção de arroz, mas subiu depois para 3.3 % em 2008.

Nos últimos anos, a inflação tem sido baixa, devido em grande medida à adesão da Guiné-Bissau à zona monetária do FCFA. No entanto, a taxa de inflação em 2007 foi de 4,6%, tendo

aumentado para 10,4% em 2008, um nível superior ao dos outros membros da região da UEMOA. Deve-se salientar que em 2003, o país teve uma taxa negativa de crescimento de preços de mercadoria de -3,8%.

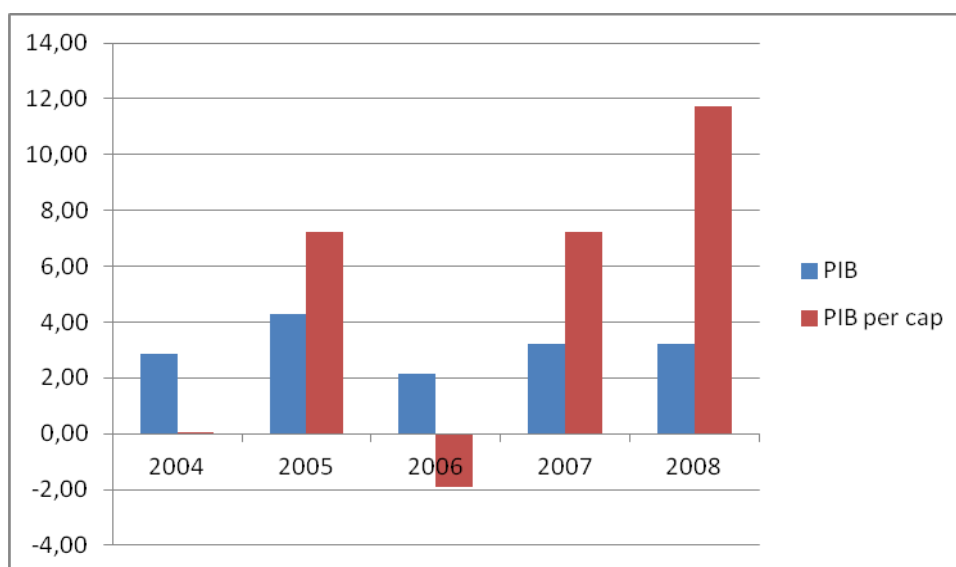
Analisemos agora a taxa de crescimento do PIB em comparação com a evolução do PIB *per capita*, visto que o PIB *per capita* é um indicador que é utilizado para analisar a qualidade de vida dos habitantes de um país.

Existe uma ideia falaciosa sobre o crescimento do PIB, porque se refere geralmente que o crescimento do produto interno bruto de um país também implica a melhoria da qualidade de vida das suas populações, e por vezes essa relação é errada, visto que o PIB *per capita* é uma medida de rendimento individual; com o aumento do PIB muitas pessoas permanecem pobres ou o seu nível de pobreza aumenta.

Da análise da figura I.1, podemos constatar a evolução positiva do PIB no período de 2004 a 2005, havendo uma retração da economia em 2006, que recuperou em 2007 e manteve o mesmo crescimento em 2008.

Pode dizer-se que a *performance* global da economia guineense no período de 2004 a 2008 reflete já as consequências da sua integração na União Monetária dos Estados da África Oriental.

Figura I.1 Taxa de crescimento do PIB e PIB *per capita* de 2004 -2008 em %



Fonte: INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censos)

Quanto ao PIB *per capita*, este teve uma evolução significativa de 2004 para 2005, com uma variação de 7,24%, valor esse que pode indicar enriquecimento da população guineense.

Em 2006, mesmo com o crescimento de 2,14 % do PIB, a evolução do PIB *per capita* foi negativa (-1,9%), podendo assim evidenciar que a população cresceu mais do que a produção naquele ano, mostrando que, em média, a população empobreceu. É importante lembrar que o PIB *per capita* é apenas uma média indicativa: a distribuição deste ganho ou perda dá-se de forma desigual entre as diferentes pessoas, e este efeito não é visível por este indicador.

#### **I.4.1. A dependência do auxílio externo e de remessas**

Com a internacionalização da economia guineense, ela irá abranger quatro grandes tipos de transações entre agentes económicos de países diferentes:

- i. movimentos internacionais de bens e serviços (comércio externo);
- ii. movimentos internacionais de fatores de produção (investimento direto estrangeiro, migrações internacionais);
- iii. movimentos de ativos financeiros que suportam os movimentos de bens, serviços e fatores de produção (balança de pagamentos);
- iv. transferências internacionais de rendimento (remessas de emigrantes, repatriamento de lucros, ajuda externa).

De acordo com os dados dos principais indicadores da economia da Guiné-Bissau<sup>13</sup> (ver Anexo A), o peso do comércio externo tem evoluído de forma positiva, visto que a taxa de abertura (pela média do peso das exportações e importações de mercadorias no PIB) de 2003 para 2008 ronda os valores médios dos 43%.

Também é importante salientar a progressão positiva deste indicador, visto que representa, em percentagem, o valor das importações que podemos considerar pagas com o valor das exportações efetuadas para o exterior – Taxa de cobertura = Valor das exportações / Valor das importações x 100.

Se este valor for superior a 100%, significa que as importações se encontram pagas e ficam a sobrar as divisas. Para 2003 esta taxa correspondia a 67%, mas entre 2004 e 2006 este valor foi-se sempre degradando. Em 2007, começou uma ligeira recuperação para os 47% e em 2008 atingiu os 50%.

---

<sup>13</sup> Tableau 1 : Principaux indicateurs de l'economie bissau-guineenne

Analisando em detalhe o sector da exportação, observa-se que a economia depende fortemente do sector agropecuário e do sector das pescas.

De acordo com a Síntese das Potencialidades e de Oportunidades de Negócios e Investimento, o setor agrícola contribui para 50% do PIB.

Neste setor, a castanha de caju representa 93% das exportações, bem como 10% das receitas públicas, mas o país também exporta peixe<sup>14</sup> e frutos do mar, assim como pequenas quantidades de amendoim, palmito e madeira.

Deve-se salientar que a Guiné-Bissau tem um elevadíssimo nível de dependência de um único produto exportável, caju, que é cultivado pela grande maioria dos camponeses no país. Para alguns autores, a Guiné-Bissau é mais dependente da cultura comercial do caju do que alguns países da OPEP em relação à exportação do seu petróleo. Esta dependência também está correlacionada com dois destinos<sup>15</sup> que têm um peso excessivo na exportação desse produto.

Relativamente ao fator investimento direto estrangeiro, este consiste em fluxos de capitais externos pelos quais uma empresa de propriedade internacional instala uma filial noutra país.

Com a adesão da Guiné-Bissau à UEMOA, deram-se transformações próprias de uma adesão a uma União Monetária, nomeadamente, um processo de integração regional da Guiné-Bissau num mercado de sessenta milhões de habitantes e em vias de unificação, servido por uma moeda estável e com baixas taxas de inflação, de juros e de um sistema bancário melhor. Estes fatores impulsionaram a importação de bens e serviços e abriram a economia guineense ao comércio internacional.

Apesar deste ambiente favorável ao IDE<sup>16</sup>, a sua taxa de crescimento é muito volátil. Observe-se os números das taxas de crescimento da Guiné-Bissau para o período de 2003 a 2008. O país registou a taxa de crescimento de 139,15% para 2004; já em 2005 este valor vai para os -13,03%, voltando a subir em 2006 para os 114,79%; a sua taxa de crescimento volta a cair, muito embora de forma ligeira, para os -1,71% em 2007, e em 2008 a tendência mantém-se para uma queda acentuada para os - 69,99%.

---

<sup>14</sup> Concessões de licenças de pescas.

<sup>15</sup> Índia e Singapura (Em anexo a tabela de Exportação principais países de destino (Em milhões de Fcfa).

<sup>16</sup> Source: Direction Générale des Douanes, calculé de l'Agence Principale de la BCEAO à Bissau

Quanto à balança de pagamentos<sup>17</sup>, ela apresenta duas grandes contas: o saldo em transações correntes, que se refere às transações de bens e serviços realizados pelos guineenses com o exterior, e o saldo de capitais, que reflete o fluxo de moedas entre o país e o resto do mundo.

Para o período em análise (de 2003 a 2008), a economia guineense ainda continua com pouca diversificação, pelo que continuamos a assistir a défices cíclicos da balança de transações correntes.

Para os autores do estudo do “Diagnóstico de Integração do Comércio para o Melhoramento do Quadro Integrado Assistência Técnica para Assuntos do Comércio Internacional”, esta situação explica-se pela fraca diversificação da base produtiva, que faz com que a quase totalidade dos bens de consumo e de investimentos sejam importados.

No que se refere ao fator “remessas de emigrantes, repatriamento de lucros e ajuda externa”, este tem demonstrado ser de uma extrema importância para o país.

De acordo com os dados do Banco Mundial, a Guiné-Bissau em 2005 perfilava-se como um dos países que possuía maiores rácios entre remessas e PIB do mundo, ocupando assim a sexta posição, com um rácio das remessas/PIB de 9,3%. (Tolentino et al. (2008:32). Destes dados, podemos concluir que as remessas formais enviadas pelos imigrantes guineenses aos seus familiares e amigos em todo mundo correspondem, por isso, a 9,3% do PIB para o ano de 2004.

A Guiné-Bissau é um país que depende fortemente das ajudas externas, tanto para o financiamento do seu orçamento de funcionamento como para as suas políticas de desenvolvimento. Para comprovar este facto, pode citar-se uma entrevista de Carlos Gomes Júnior, primeiro-ministro da Guiné-Bissau, concedida à Gaznot.com em 23/03/2010<sup>18</sup>, onde este faz uma menção a essa dependência – “Continuamos a depender, em cerca de 80%, dos doadores internacionais, já que o nosso OGE continua a ser financiado sob forma de donativos e de empréstimos. Os apoios orçamentais recebidos em 2009 foram de cerca de 25 milhões de euros. A União Europeia, com cerca de 15 milhões de euros, é atualmente o nosso principal parceiro e está presente em quase todos os nossos sectores de atividade”. De acordo

---

<sup>17</sup> Source: Direction Générale des Douanes, calculé de l'Agence Principale de la BCEAO à Bissau

<sup>18</sup> [http://www.gaznot.com/?link=details\\_actu&id=299&titre=Entrevista](http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=299&titre=Entrevista), acedido em 04/11/2011



com o governante guineense,<sup>19</sup> as ajudas externas para financiar o Orçamento Geral do Estado, como as políticas de desenvolvimento definidas no programa do governo, representam anualmente mais de 30 por cento do PIB.

Em suma, esta entrevista só veio confirmar a difícil realidade que um dos países mais pobres do mundo enfrenta tanto para a elaboração do seu orçamento de estado como para a implementação das suas políticas de desenvolvimento, visto que estas estão fora da sua esfera de controlo, apesar de estarem dentro da sua esfera de decisão.

---

<sup>19</sup> <http://noticias.sapo.ao/lusa/artigo/12391409.html>, acedida em 04/11/2011

## Capítulo II – Migrações

### II.1. Evolução Histórica da Migração Guineense

O conceito de migração internacional no quotidiano dos guineenses é algo de muito novo, mas o país possui uma longa história de migração intrarregional.

De acordo com os escassos estudos já publicados sobre a migração guineense, a sua génese parece remontar aos primórdios do século XX.

Segundo Machado, (2002:75-80) os primeiros registos sobre o fluxo da migração intercontinental são datados na década de 30. Essa migração intercontinental deu-se sobretudo no norte do país. De seguida, houve dois períodos em que ocorreu um grande fluxo migratório para Portugal, nomeadamente nas décadas de 80 e 90.

A primeira fase dessa migração prende-se com as populações residentes no norte da Guiné, nomeadamente os das etnias “manjacos<sup>20</sup>” e “mancanhas”, que viram o Senegal como um trampolim para chegarem ao seu verdadeiro destino, a França.

Era uma migração com pequeno peso, constituída por população masculina e feita através de canais marítimos por via das pirogas (canoas).

Estes fluxos migratórios evoluíram para redes pluriétnicas, através das fronteiras terrestres quer por norte (Senegal), quer por leste (Gâmbia), passando pela Guiné Conacri.

Também um outro estudo dos anos 50, de António Carreira e Teixeira da Mota, que foi citado por Machado, (2002:77), refere que os fluxos migratórios dessas duas etnias não seriam um fenómeno novo.

Segundo o mesmo estudo, entre 1920 e 1948-50 o “fluxo migratório nessa região é de cerca de 5.000 migrantes, manjacos e mancanhas da região do Cacheu, para Casamansa no Senegal e Gâmbia”.

A região de Cacheu era na altura uma localidade densamente povoada, onde a população local tinha as suas tradições bem vincadas, com estruturas sociais edificadas na regulamentação

---

<sup>20</sup> Manjacos e Mancanhas, considerados população autóctone da Guiné-Bissau e mais concretamente do território situado no litoral Cachéu, também são conhecidos como brames.

desta sociedade. Por outras palavras, havia a figura da autoridade local, o Régulo (in História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde, PAIGC, 1974).

A previdência social desta sociedade era assegurada pelos homens que os régulos tinham a seu cargo nas suas propriedades fundiárias.

De acordo com Machado (2002), existia uma distribuição assimétrica da terra, no que se refere aos km<sup>2</sup> por população.

Apesar da chegada dos colonizadores<sup>21</sup> no século XV ao país, o interior só foi explorado a partir do século XIX, o que trouxe instrumentos novos de regulação. A população foi obrigada a pagar imposto de palhota<sup>22</sup> à administração colonial.

O imposto introduzido pela administração colonial portuguesa originou alguma pressão sobre quem detinha a terra, devido à sua distribuição assimétrica.

Para quem detinha a terra, que era o caso do régulo, a terra servia como instrumento à sua disposição para a sustentação do seu sistema de previdência social onde os seus filhos constituíam a força de trabalho.

As outras pessoas não possuíam propriedades para cultivar e, caso possuíssem, estas consistiam apenas em pequenas propriedades.

Para estes últimos, as suas parcelas não produziam de forma eficiente e suficiente para a subsistência das famílias e, para além deste facto, tinham ainda que pagar imposto sobre elas. Se juntarmos a isto o modelo rudimentar de segurança social dessa época, que consistia em um homem possuir muitos filhos para haver sempre a possibilidade de um deles um dia o ajudar, pode-se perceber bem como a terra se tornava pequena para a subsistência da família. Assim, aqueles que tinham parcelas pequenas tinham que as alugar, como garante de algum rendimento. E tinham que pagar imposto às autoridades portuguesas e ainda trabalhar para os régulos.

---

<sup>21</sup> O primeiro navegador e explorador europeu a chegar à costa da actual Guiné-Bissau foi o português Álvaro Fernandes, em 1446.

<sup>22</sup> É o modo encontrado pela administração colonial para aceder mais facilmente aos recursos económicos e humanos existentes no território.

Também uma outra medida da administração colonial portuguesa foi a substituição dos régulos autóctones por outros aliados da administração colonial. Isto obrigou alguns régulos, bem como alguns senhores nobres conjuntamente com as suas forças de trabalho, a migrarem para o Senegal.

Este facto foi evidenciado pelo estudo de Galli e Jones, realizado na década de 80, citado por Machado, (2002:78), que mostrava que “na região de Cacheu 30% da população masculina com idade compreendida entre os 15 e 35 anos tinha emigrado”.

No que se refere à segunda fase da migração, ela diz respeito aos fluxos temporários ou sazonais que consistem na migração de jovens operários agrícolas das etnias “mandigas”, “fulas”, “manjacos” e “balantas”. Esta migração é direccionada para zonas de cultivo de amendoim, nomeadamente no Senegal, cujo fluxo de época alta começa no final do mês de Maio e princípio de Junho numa primeira fase. A segunda fase desse fluxo é em Outubro, que corresponde à época da colheita.

É evidente que a migração sazonal não é um fenómeno exclusivo da população mais jovem, ela também incide sobre uma faixa etária de homens mais velhos, como os que trabalham em artesanato e comércio no Senegal e Gâmbia, que procuram Ziguinchor e Dakar para se estabelecerem na estação de seca.

Também dentro dos fluxos sazonais é possível extrair um outro grupo de imigrantes não operários, que são os “marabus”, vulgarmente conhecidos pelos guineenses como “muros”, que são de religião muçulmana e trabalham como curandeiros na prática de adivinhação e magia.

Por último, o fluxo mais recente da migração guineense é a migração feminina, a das mulheres que seguem os seus maridos para o Senegal, Gâmbia e Europa devido a reagrupamento familiar.

A sazonalidade também contempla a migração das jovens “felupes” e “balantas”, que se deslocam ao Senegal para trabalharem como domésticas. Associado a este fenómeno está o das jovens “fulas” e “mandigas”, que se deslocam para acompanhar os seus familiares em migração sazonal, os “marabus”. (Fernando Luís Machado, *Contrastes e Continuidades*, 2002:78)

## II.2. Fatores motivacionais das migrações guineenses

A migração guineense possui dois fatores motivacionais distintos: um de ordem económica e outro de ordem política.

A migração motivada por razões de ordem económica encontra-se subjacente à questão demográfica. Um exemplo que pode ser dado é o da retrospectiva demográfica da cidade de Bissau, em que, de acordo com os dados do INEC, referentes aos três<sup>23</sup> censos efetuados, do primeiro para o segundo a população do Sector Autónomo de Bissau (SAB) cresceu em 79%<sup>24</sup>; no que se refere ao último censo a evolução foi mais significativa, a população quase duplicou, tendo-se registado um crescimento de 99%<sup>25</sup>. Este crescimento da população residente na cidade de Bissau resulta do êxodo rural visto que a população agrícola vê o SAB como um lugar que lhe pode proporcionar melhores condições de vida.

O Estado é o maior, senão o único, empregador, não tendo capacidade para gerar novos empregos, devido ao rápido crescimento da população ativa na cidade de Bissau em relação aos recursos disponíveis. À escassez de novos postos de trabalho veio juntar-se a introdução do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) que o Estado Guineense teve que aplicar com ajuda do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) (em 1987), programa que tinha como objetivo reduzir as despesas internas para poder pagar as dívidas.

Várias razões justificavam a implementação deste programa, sendo uma delas a queda dos preços dos produtos exportáveis, como o amendoim e a borracha, com o intuito de inverter a tendência de sucessivos saldos negativos da balança de pagamentos e os défices orçamentais<sup>26</sup>.

O objetivo destas políticas era essencialmente o emagrecimento do Estado através de políticas monetárias restritivas, sendo uma das medidas o aumento da taxa de juro<sup>27</sup> que implicava, na teoria, um efeito direto sobre a poupança, que por sua vez iria influenciar a remuneração do

---

<sup>23</sup> Em 1979, 1991 e 2009

<sup>24</sup> INEC, Guiné-Bissau em Números 2005, Projeções Anuais da População por Região 1991 - 20025

<sup>25</sup> INEC, Recenseamento Geral da População e Habitação Março de 2009

<sup>26</sup> INEC Tabela. 1: Comercio externo - Balança comercial (em Biliões de FCFA)

<sup>27</sup> N. Gregory Mankiw, Macroeconomia, Terceira Edição, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1997, P.197.

capital, e sobre os investimentos, influenciando o custo do capital. Por outras palavras esperava-se que a política monetária restritiva, como o aumento da taxa de juro, levasse à diminuição da quantidade de moeda em circulação, ao estimular a poupança e elevar os custos dos investimentos, que, por sua vez, limitaria as despesas do Estado.

A diminuição do investimento conduziu à queda do rendimento nacional, mas para o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Estado Guineense, esta política restritiva que foi utilizada com o intuito de limitar as despesas internas e estimular a economia pela diminuição da inflação, não surtiu os efeitos desejados visto que a economia é uma ciência de comportamentos. Como já foi referido, a atuação dos seus agentes levou aos seguintes efeitos perversos do programa: aumento galopante da taxa de inflação, aumento da dívida externa do país e passagem de alguma população ativa ainda jovem para a pré-reforma ou para o desemprego.

Foram estas razões que fizeram com que muitos dos melhores quadros ou funcionários públicos reconhecessem que era necessário emigrar para países com economias mais desenvolvidas, em busca de melhores condições de vida, tanto para si, como para as respetivas famílias.

No entanto, podemos juntar à migração guineense por razões de natureza económica, os que deixaram os seus campos de produção agrícola e pastorício, onde algumas famílias venderam parte do seu património, como cabeças de gado, para custear a migração dos filhos.

Este grupo é constituído maioritariamente pelos fulas<sup>28</sup>, os quais depararam com uma situação de pobreza agrária, devido à ausência do progresso tecnológico, que tardou e ainda tarda a chegar. As suas produções, ou seja, os seus fatores produtivos, não são capazes de gerar *outputs* suficientes para a subsistência das suas famílias, como também de dar aos agricultores a possibilidade de terem uma atividade rentável.

O aumento da capacidade de produção agrícola só é possível, caso exista investimentos concretos no setor agrícola como, aquisição de tratores, alfaias, correção de solos, sistemas de rega e construção de silos para armazenagem.

---

<sup>28</sup> Os fulas são grupos étnicos de muçulmanos das regiões Leste da Guiné-Bissau (Gabu e Bafatá).

Razões como ausência ou ineficácia de algumas políticas de programas de desenvolvimento rural por parte dos sucessivos governos guineenses, deixa este setor no declínio levando assim ao aumento do êxodo rural.

Também há casos de jovens que terminaram os seus estudos no interior do país. Na impossibilidade de prosseguirem aí os seus estudos, veem a migração para a cidade de Bissau como uma oportunidade de continuarem os estudos e como a possibilidade de virem a concorrer a uma bolsa de estudo no exterior.

A migração dos guineenses não foi, pois, só uma migração de camponeses, mas também de quadros que não tiveram lugar, espaço, nem condições para contribuir para o seu país.

Desta forma podemos descrever a migração por razões económicas como um projeto familiar, por estar intrínseco no objetivo de vida do imigrante a luta pela sua subsistência e por uma vida melhor para os seus familiares.

Este tipo de migração é de curta duração e constituído por imigrantes que costumam aceitar trabalhos do sector terciário informal, como a construção civil e prestação de serviços de limpeza, que se estende também às empregadas domésticas. Este tipo de trabalho, mesmo sendo precário, possibilita ao imigrante alguma segurança económico-social, que por vezes acontece em detrimento da própria segurança que deveria estar inerente ao desempenho dessas funções. O não domínio da língua também contribui por vezes para a insegurança laboral.

O segundo fator motivacional da migração guineense tem a ver com a história recente de instabilidade política<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Em 1998, o presidente Nino Vieira teve de enfrentar um golpe militar liderado pelo brigadeiro Ansumane Mané. Entre 1998 e 1999, o país mergulhou praticamente numa guerra civil, realizaram-se novas eleições, ganhas por Kumba Yalá, que assumiu o cargo de presidente da República em 2000 e foi deposto por novo golpe militar, em Setembro de 2003, sob a alegação de inépcia para resolver problemas.

A 01 de Março de 2009, Tagme Na Waie, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, foi morto num atentado bombista em 02 de Março de 2009. Nino Vieira foi também morto a sangue frio.

A guerra civil de 7 de Junho de 1998 a 7 de Maio de 1999 levou a intervenção de Portugal na operação de evacuação de cidadãos nacionais<sup>30</sup>, está resultou na maior operação de evacuação, efetuada até aos dias de hoje ou seja num total de 3.487 pessoas evacuadas da seguinte forma cujo destino final a cidade de Praia, Cabo-Verde:

De acordo com a entrevista do Comandante, Hélder Costa, do navio Ponta de Sagres, à jornalista Filipa Parreira, da agência Lusa o navio armador “Ponta de Sagres” retirou de Bissau 2.250 e os restantes foram evacuados pela componente da força Naval.

Segundo Rodrigues e Santos (2007), só num dia foram evacuados de Bissau, 774 cidadãos nacionais e estrangeiros, que ficaram assim repartidos: (412) embarcaram no navio-chefe (NRP Vasco da Gama), (192) no NRP João Coutinho e (170) no NRP Honório Barreto.

Entretanto efetuaram-se mais operações de evacuação em número mais limitado (463). Houve um pouco de tudo, desde feridos de guerra que tiveram de ser operados no NRP Bérrio, a grávidas em situação risco. A Operação Falcão, realizou várias operações de evacuação, e registou um total 1237 evacuações, (ver Anexo B).

No entanto à situação de instabilidade política e de alguma insegurança que se vive no país podem juntar-se os recentes acontecimentos de 1 de Março de 2009, vividos na Guiné, que obrigaram muitas pessoas a deixar o país, visto que as suas vidas já não se encontravam em segurança, dado que a liberdade ou as condições de vida não estavam garantidas.

Esta situação gerou um grande fluxo de refugiados forçados a deixarem a Guiné – Bissau, que, segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, é difícil quantificar.

De acordo com a Convenção de Genebra de 1951, essas pessoas podem ser denominadas de refugiados.

Também existem outras motivações, que levaram cidadãos guineenses a deixar a Guiné-Bissau, e que se encontram descritas no Quadro I, onde os imigrantes inquiridos indicam as razões que estiveram associadas à emigração dos guineenses para Portugal.

---

<sup>30</sup> Cidadãos de Nacionalidade Portuguesa



### Quadro I - Razões da vinda para Portugal em %

	Imigrantes
Trabalho/Procura de melhores condições de vida	47,00
Estudos	22,10
Tratamento médico	10,90
Com ou para se juntar a familiares	4,40
Férias	6,80
Estágios, especializações profissionais, missão de serviço	2,00
Razões Políticas	1,00
Outras Razões	5,80
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: *Inquérito Nacional aos Guineenses em Portugal (1995)*

Como se vê, a grande maioria - 73,50% - procura a migração como forma de resolver os problemas económico-financeiros que são vividos na Guiné, de modo a proporcionar uma vida melhor aos familiares.

As restantes razões que se perfilam neste inquérito acabam sempre por convergir para a génese da migração guineense para Portugal, que é proporcionar melhores condições de vida a si e aos seus familiares.

### II.3 Principais destinos da migração guineense

O Senegal é de longe o país onde está fixada a maior comunidade guineense. De acordo com Galli, (1987:112), citado por Machado (2002) em *Contrastes e Continuidades*, “nos anos 80, estima-se que o número de guineenses a residir no Senegal como emigrante e/ou refugiado da guerra colonial seja de 78.000”, facto esse que ficou evidente aquando do conflito militar de 7 de Junho de 1998, onde a maioria do contingente da tropa senegalesa era constituída por filhos de emigrantes “mancanhas e manjacas”, radicados no Senegal.

Os destinos da migração guineense não se resumem só a França, Senegal e Gâmbia. Também houve migração de guineenses para Portugal, existindo duas fases distintas desta migração: a primeira, que teve início na altura da independência, 3 de Setembro de 1973, a qual foi reconhecida em 25 de Abril de 1974 com a revolução dos cravos, e se estendeu até à década de 80, com a chegada da população das ex-colónias; a segunda, que se iniciou já depois de

1987 e se tem estendido até aos dias de hoje, por razões económicas e políticas vividas no país.

#### **II.4. Quantificação/diferenciação da imigração guineense em Portugal**

Nos dias de hoje torna-se muito difícil quantificar e diferenciar os imigrantes, refugiados e asilados guineenses que estão a residir em Portugal.

No que se refere aos asilados<sup>31</sup>, é muito difícil identificá-los, visto que a integração dos refugiados e asilados em Portugal é quase perfeita, não permitindo assim a distinção, ou melhor, pode-se dizer que esses dois grupos estão homogeneizados com a população imigrante a residir em Portugal.

Torna-se, pois, difícil quantificar/diferenciar ao certo a população migrante guineense. Mesmo o número apresentado pelo SEF poderá ser largamente ultrapassado, se estendermos a nossa análise ao cenário das fronteiras terrestres. Este organismo não dispõe de um sistema de controlo mais rigoroso, dado que a adesão<sup>32</sup> de Portugal à União Europeia obrigou a que se assinassem alguns diplomas sobre a circulação de pessoas, agora vigentes na comunidade europeia.

O facto de Portugal se situar dentro do espaço Schengen<sup>33</sup> permite que um cidadão guineense, que queira emigrar da Guiné para Portugal, por razões históricas e afins, o faça através de um pedido de visto numa embaixada de um país Membro sediada em Bissau, e posteriormente se desloque para Portugal.

Podemos juntar a situação descrita anteriormente a um outro cenário difícil de contornar que é a migração clandestina, nomeadamente a que é feita por via marítima/aérea.

De acordo com o relatório de imigração, fronteira e asilo (RIFA:43-49,2008), foram controladas mais embarcações e navios no ano de 2008 do que no ano transato, em todas as

---

<sup>31</sup> Segundo os dados da INE, os pedidos de asilos de cidadãos, Guineenses para o ano de 1999 é de 13, dos quais um deles através dos termos do Acordo de Dublin.

<sup>32</sup> Processo de adesão a CEE a 01 de Janeiro 1986

<sup>33</sup> O Espaço Schengen permite a livre circulação de pessoas dentro dos países signatários, sem a necessidade de apresentação de passaporte nas fronteiras. Porém, é necessário ser portador de um documento legal como, por exemplo, o Bilhete de Identidade ou o passaporte.

fronteiras marítimas do território Português. Nos termos da lei, o SEF tem competência para conceder vistos de curta duração, cujos locais de concessão são o aeroporto de Lisboa e o Porto de Lisboa. No ano de 2008, concedeu 2.205 vistos de curta duração, no aeroporto de Lisboa e 1.979 vistos de curta duração no Porto de Lisboa. Não nos foi possível precisar a quantidade de imigrantes guineenses nestes números.

Os vistos concedidos nas fronteiras marítimas estão ao abrigo das facilidades consagradas pelos instrumentos internacionais aplicáveis a estes profissionais.

No ano de 2008, o SEF emitiu 1.565 medidas cautelares, que se desdobram em:

- ✓ Mandato de captura;
- ✓ Pedido de paradeiro no âmbito do processo administrativo de expulsão<sup>34</sup>;
- ✓ Pedido de paradeiro de autoridade policial.

Com estas contrariedades, torna-se difícil quantificar os imigrantes guineenses que poderão estar na clandestinidade, porque não existe registo de entrada relativamente aos que escapam ao controlo de fronteiras.

---

<sup>34</sup> Paradeiro para Efeito de Expulsão – Art. 141.º n.º 1, 148 e 161 da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho

## Capítulo – III. Os imigrantes guineenses em Portugal

### III.1. Onde vivem

A população imigrante guineense, no território Português, está concentrada junto à zona litoral, ou melhor, nas zonas com elevado grau de desenvolvimento económico.

De acordo com os dados dispostos no Quadro II, a zona de Lisboa e Vale do Tejo, em conjunto com o Algarve, representa um total (em números absolutos) de 91%, o que mostra uma grande assimetria em termos da distribuição geográfica dos imigrantes guineenses em Portugal.

A região norte aparece como a terceira zona de preferência dos migrantes, uma vez que reside aí cerca de 5% da população imigrante guineense. A região de Lisboa e Vale do Tejo representa 84%, que corresponde a uma população de 20.421, num total de 24.342 cidadãos imigrantes. É importante também salientar que a população imigrante se encontra em quase todo o território português. Deve-se destacar a região Centro, que alberga 3% dos imigrantes, enquanto os Açores e Madeira possuem 1% dessa população imigrante. A região do Alentejo figura também nessa distribuição com um peso de menos de um por cento.

**Quadro II - Regiões de Residência em 2008 em %**

	<b>Imigrantes</b>
Norte	5,00
Centro	3,00
Lisboa e Vale do Tejo	84,00
Alentejo	0,00
Algarve	7,00
Açores e Madeira	1,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Nota: \* dados para 2008

Fonte: SEF\_ Relatório de Imigrações Fronteiras e Asilo (2008)

É importante salientar que a escolha destas regiões pela população imigrante não é inocente. As escolhas costumam incidir nas zonas do país que possuem uma elevada concentração da atividade económica, mas também existe uma outra justificação para essas escolhas.

Fazendo uma retrospectiva da migração para Portugal, apercebemo-nos de que estas são zonas onde os primeiros imigrantes residiam e se estabeleceram.

De acordo com Machado (2002), o facto de os mais antigos acolherem os mais modernos na migração fez com que a região de Lisboa e Vale do Tejo fosse um grande pólo de concentração da migração guineense, funcionando como uma plataforma de distribuição para Norte e para Sul.

Existe ainda uma grande mobilidade geográfica dos imigrantes, que resulta da localização do seu posto de trabalho. Essa mobilidade é evidente com a atual conjuntura económica que assola Portugal e o mundo; visto estar a viver-se uma situação económica muito difícil, a migração guineense teve de encontrar formas de contornar essa contrariedade momentânea.

É esta a razão pela qual muitos imigrantes voltaram a imigrar para outros países europeus e também africanos, nomeadamente Angola e Argélia.

### **III.2. Tipos de alojamentos**

A pertença étnica influencia a distribuição residencial dos imigrantes, como é o caso dos manjacos e fulas, duas etnias cujas identidades étnicas são as mais salientes, que por vezes formam até pequenas comunidades em bairros degradados.

Para Machado (2002), *“são grupos de homens, solteiros ou sem famílias em Portugal, reunidos em casas contíguas numa rua ou viela, criando um espaço comum, ou em habitações de maior dimensão compradas coletivamente, de modo a evitar a despesa de aluguer individual mensal”*.

Esse facto também é constatado nos cadernos do associativismo “Monografias dos movimentos associativos da freguesia Verdeana – memórias e Estróia, 2008: 71-74”, onde um grupo de imigrantes, na sua maioria de etnia manjaca, a residir no concelho de Cascais, mais precisamente no bairro das Marianas, criou um fundo social denominado “a barraca da solidariedade”, com intuito de proporcionar aos novos imigrantes condições de habitabilidade e auxiliá-los na integração na sociedade de acolhimento.

A construção deste espaço contou com a contribuição de todos os membros no que se refere à compra de tijolos e à própria construção da barraca, que ficou registada na Repartição de Finanças de Cascais com o registo 105-B.

Esta estratégia permitiu aos imigrantes uma acumulação rápida de capital, proporcionando-lhes assim envio de remessas com alguma regularidade. Esta solidariedade habitacional é visível a outros níveis, como por exemplo, na chegada de novos imigrantes que são acolhidos pelos familiares nos primeiros tempos.

Estratégias como estas têm maior visibilidade na região de Lisboa e Vale do Tejo, mas ela também acontece nas outras regiões de Portugal.

Existem outras dinâmicas praticadas pelos imigrantes, associadas ao lugar onde trabalham. Como exemplo, note-se o recurso aos contentores dos estaleiros que constitui uma das formas de colmatar essa falta de acolhimento/integração.

Os dados presentes no Quadro III, resultantes do Inquérito Nacional realizado aos guineenses em Portugal (1995), mostram os tipos de alojamento do imigrante guineense em Portugal, tal como o tipo de ocupação que está subjacente.

### **Quadro III – Tipo e regime de ocupação do alojamento em %**

<b>Tipo de alojamento</b>	<b>Imigrantes</b>
Barraca de madeira e/ou de chapa	2,70
Casa de tijolo abarracada	22,40
Andar em prédio	23,70
Casa/andar degradado	4,40
Moradia	27,50
Quarto/parte de casa	15,90
Outra situação	3,40
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

<b>Regime de ocupação</b>	
Propriedade do próprio ou da família	17,60
Alugado	47,50
Subalugado	27,10
Outra situação	7,80
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: *Inquérito Nacional aos Guineenses em Portugal (1995)*

Constatou-se que o número de guineenses a viver em habitações degradadas era maior na região de Lisboa e Vale do Tejo do que na região Norte e Algarve.

Também se constatou que em LVT existiam mais imigrantes a residir em quartos e partes de casas, ou seja, em espaços subalugados.

Nas regiões do Norte e Algarve, os alojamentos mais frequentes eram moradias e o andar e apartamento, segundo Machado (2002:140).

Os dados disponíveis no Quadro III mostram ainda que havia 25% de imigrantes a viver em barracas.

Mesmo sem “elementos metódicos de pesquisa” sobre os alojamentos dos imigrantes, pode dizer-se com segurança que este valor nos dias de hoje é muito inferior ao apresentado, devido ao programa de realojamento de muitos municípios (nomeadamente o do Bairro das Marianas em Cascais, Quinta do Mocho no Prior Velho e bairros na Pontinha, bem como outras zonas do município de Loures).

Os imigrantes que estavam alojados em andares, prédios e moradias eram a grande maioria e correspondiam a 51% da população.

O segmento de alojamento alugado, de quarto/parte da casa, que era praticado na região de Lisboa e Vale do Tejo, correspondia a 16%, que em termos de regime de ocupação é considerado subaluguer. Tal como atrás referimos, mesmo na ausência de elementos de pesquisa, pode-se afirmar que este segmento terá crescido.

Subalugar parte de uma casa é uma das estratégias adotadas pelos imigrantes de modo a guardarem uma parte significativa do seu rendimento, aumentando as suas poupanças.

O segmento das casas/andares degradados, na altura, abrangia somente 4% da população imigrante; de acordo com Machado (2002), estes são na sua maioria de etnias muçulmanas, e a opção de residirem nestas condições faz parte das suas estratégias de imigração.

No entanto, quando falamos no regime de ocupação de alojamentos vemos que a grande maioria dos imigrantes (75%) optou por alugar ou subalugar os seus alojamentos. Isto deve-se ao facto de estarmos perante uma migração laboral que, em termos do período temporal de permanência, em comparação com outros tipos de migração, decorre num período mais reduzido.

Também 18% dos imigrantes tiveram a possibilidade de adquirir as suas próprias casas, uma vez que poderão já ter alterado os seus projetos iniciais de migração.

Existem ainda outras situações, no que se refere ao regime habitacional, e que correspondiam a uma taxa de 8% dos imigrantes, na data do inquérito.

### III.3 Os imigrantes guineenses no mercado de trabalho

A migração guineense, muito embora seja laboral, não deve ser vista como uma migração de mão-de-obra desqualificada.

Esse facto é evidenciado no inquérito que foi submetido aos imigrantes guineenses em 1995, cujos resultados podemos ver no Quadro IV:

**Quadro IV – Condição dos imigrantes perante o trabalho na Guiné-Bissau em %**

	<b>Imigrantes</b>
Exerciam profissão	63,40
Desempregados	1,00
Estudantes	22,00
Trabalhadores - estudantes	11,60
Domésticas	1,00
Outras Situações	1,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: *Inquérito Nacional aos Guineenses em Portugal (1995)*

Podemos verificar que 63,4% dos imigrantes exerciam uma profissão, uma grande parte desta percentagem era constituída por funcionários do Estado que, com a aplicação do programa de ajustamento estrutural, não tiveram outra alternativa senão deixar o país.

Por seu turno, 22% dos imigrantes inquiridos nesse período eram estudantes e 12% trabalhadores-estudantes.

De acordo com Machado, 2002:75-107, a grande maioria dos imigrantes era possuidora, pelo menos, de ensino secundário complementar, 4% possuía ensino médio e 5% tinha uma licenciatura.

Também no seio dessa população podem-se encontrar os que não sabem falar nem ler em português, o que não implica que sejam analfabetos, uma vez que o sabem fazer noutras línguas.



A estes podemos juntar aqueles que terminaram os seus percursos académicos noutros lugares<sup>35</sup>, e que não puderam regressar ao seu país de origem devido à instabilidade política e institucional vivida na Guiné-Bissau.

Apesar de, como se viu, esta ser uma migração com algum grau de qualificação, ela é vista pelos empregadores portugueses como uma migração laboral com todas as características inerentes, ou seja, como mão-de-obra desqualificada.

Por isso, a inserção desta mão-de-obra no mercado do trabalho português é feita na sua grande maioria pelos sectores desqualificados e informais desse mercado, não existindo pois nenhuma relação entre as qualificações e as funções a desempenhar.

Para Machado (2002), a razão da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho da construção civil ou no sector informal é por vezes uma questão do foro jurídico – um título de residência<sup>36</sup> ou um visto de trabalho são instrumentos jurídicos que permitem ao imigrante trabalhar em Portugal no sector formal. Já os ex-bolseiros guineenses, provenientes da República de Cuba e de alguns países do ex-bloco socialista, que viram a construção civil como uma oportunidade para melhorar as suas condições de vida e que escolheram Portugal por razões históricas, na sua maioria possuem só visto de trânsito ou de turista visto que o seu objetivo era regressar à Guiné.

Mas o simples facto de não serem portadores de títulos que lhes permitam trabalhar em condições de igualdade com os restantes imigrantes no mercado de trabalho dificultar-lhes-á, de forma acrescida, a sua inserção profissional.

A esta questão de foro jurídico devemos juntar, também, a necessidade ou urgência que um imigrante tem de encontrar um posto de trabalho, visto que só assim conseguirá assegurar a sua subsistência e a dos seus familiares, razões mais do que suficientes para os levar ou atirar para mercados onde existe uma grande prevalência de informalidade.

O tempo de espera do imigrante para obtenção de um documento que legalize a sua situação no país é uma variável fundamental para a determinação de uma situação económica e social mais ou menos favorável.

---

<sup>35</sup> Nos países do ex-bloco socialista e República de Cuba.

<sup>36</sup> Nos termos do conceito legal da Lei 23/2007, de 4 de Julho.

Se o tempo de espera para um trabalho qualificado for longo, o imigrante ficará mais vulnerável a uma situação de pobreza. Essa é a razão pela qual muitos imigrantes acabam por optar por sectores de mercado de trabalho informais.

Esta é a realidade vivida pela maioria dos imigrantes, independentemente da sua origem, que deixaram a Guiné para imigrar para Portugal, bem como por aqueles que terminaram os estudos académicos nos países do ex-bloco socialista e Cuba e pelos que fizeram os seus percursos académicos em Portugal.

Para estes últimos, ainda existe um outro fator que potencializa a entrada em mercados informais. O simples facto de os migrantes perderem a bolsa de formação permite-lhes ver a construção civil como uma oportunidade (que no entanto se transforma depois numa armadilha) para continuarem em Portugal, tentando cumprir os seus objetivos de formação e de melhoria de condições de vida.

Do inquérito nacional aos guineenses em Portugal (1995), obtêm-se dados (constantes do Quadro V), que mostram as condições dos imigrantes perante o trabalho.

#### **Quadro V – Condições dos imigrantes perante o trabalho em %**

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Exercem profissão	66,30	47,00
Desempregados	2,10	7,60
<b>Total ativos</b>	<b>68,40</b>	<b>54,60</b>
Domésticas	0,00	4,40
Reformados	0,00	0,80
Estudantes	17,50	21,90
Crianças com menos de 6 anos	14,10	18,30
<b>Total não ativos</b>	<b>31,60</b>	<b>45,40</b>
Total	100,00	100,00

Fonte: *Inquérito Nacional aos Guineenses em Portugal (1995)*

Neste quadro podemos ler que 66% da população masculina exerce profissão e 47% da população feminina também exerce uma função.

No que se refere ao desemprego, este é mais elevado nas mulheres do que nos homens, sendo de 8% para as mulheres e 2% para os homens.

A percentagem de população não ativa correspondente às mulheres é de 45% e de 32% para a população masculina.

Podemos, assim, concluir que a população ativa dos imigrantes, tanto masculina como feminina, corresponde à maioria no global.

Os vários estudos já realizados sobre a inserção dos trabalhadores imigrantes em Portugal apontam na mesma direção: o segmento secundário, com a predominância de trabalhos pouco qualificados, onde sectores como a construção civil, trabalhos domésticos, hotelaria e restauração e limpezas são as profissões que constituem as escolhas dos novos imigrantes.

Segundo Machado (2002), a construção civil é a categoria que possui maior peso na distribuição profissional dos imigrantes guineenses em Portugal; este sector emprega cerca de 84% dos imigrantes homens ativos.

No entanto, a população imigrante feminina, na sua grande maioria encontra-se no sector de empresas de comércio e serviços com números acima dos 64%, mas deve-se salientar que existe um elevado número (13%) de mulheres imigrantes com profissões de carácter científico e a exercerem as respetivas funções, com inserção formal no mercado de trabalho. Estas mulheres são, sobretudo, profissionais de saúde.

Essa integração plena neste tipo de mercado de trabalho só foi possível devido a um défice de mão-de-obra em Portugal nesta área profissional.

Também há uma quantidade de mulheres que são trabalhadoras das indústrias têxteis, elétrica e alimentar.

À data da realização do inquérito em 1995, o setor de comércio e serviços, mais propriamente o de serviços de limpeza, era um setor maioritariamente feminino, sendo a população imigrante de sexo masculino quase inexistente. No entanto, nos dias de hoje esta situação já não corresponde à realidade porque o acentuar da crise económica mundial, que já vinha desde 2003, conduziu a um aumento significativo da situação de desemprego e o sector da construção civil perdeu muitos postos de trabalho, levando a que alguns imigrantes de sexo masculino viessem a concorrer com os do sexo feminino para esse sector.

Esta crise não proporcionou só uma simples mudança de sectores de atividade; para muitos houve a necessidade de voltar a imigrar. Os países de destino dessas novas imigrações vão desde territórios europeus a africanos, nomeadamente França, Espanha, Argélia e Angola.

Voltando ao setor da construção civil e de serviços de limpeza, sectores mais precários para a migração laboral, estas são áreas profissionais onde o imigrante consome a maior parte do seu tempo pessoal.

A maioria dos imigrantes são os primeiros a levantarem-se na cidade e quase os últimos a chegarem às suas casas. Esta é uma situação que é vivida pelas senhoras que trabalham no setor de limpeza, as quais por vezes possuem três postos de trabalho<sup>37</sup>, em consequência do setor só lhes permitir trabalhar poucas horas e com uma remuneração muito baixa, onde por vezes os contratos de trabalho não são garante de recebimento do décimo terceiro mês ou do décimo quarto mês.

Este registo de horas de trabalho entre imigrantes do sexo feminino não é muito diferente daquele que acontece na construção civil, onde se pode trabalhar pelo menos de 12 a 14 horas por dia e por vezes também ao domingo.

Esta dedicação, quase que forçada, ao trabalho é por vezes levada ao extremo, como é o caso dos trabalhadores da construção civil que vivem nos estaleiros das obras. Pode-se neste caso considerar que estamos perante exploração da mão-de-obra: os imigrantes dedicam-se por inteiro ao trabalho, não podendo por vezes faltar com medo de perderem o seu posto de trabalho e os respetivos alojamentos, que só por si são precários, visto que a maioria dos imigrantes trabalha sem contratos.

A construção civil é um setor com um elevado grau de informalidade, na medida em que são descurados alguns requisitos dispostos no código de trabalho, nomeadamente o contrato de trabalho e as horas de trabalho semanal.

Os próprios atores do setor são os que proporcionam essa informalidade, visto serem eles os angariadores desta mão-de-obra. A angariação é feita de forma informal e esta atitude é largamente reconhecida e aceite.

O conceito de “informal” implica a forma como são aceites os convites, as condições de trabalho, o vencimento do trabalhador, a existência ou ausência de contrato e os descontos ou ausência deles para a segurança social.

---

<sup>37</sup> Conforme as declarações de rendimentos em anexo

Muitas das vezes essa submissão à informalidade está inerente às dinâmicas sociais, ou seja, foi um tio ou um amigo que arranhou o trabalho ao imigrante; logo, o imigrante evita questionar o patrão sobre as condições de trabalho, deixando assim em aberto muitas dúvidas, com o intuito de não melindrar a posição de quem lhe arranhou trabalho. São, pois, muitas as perguntas e as incertezas vividas pelo imigrante, as quais persistirão até ao final da atividade laboral para a qual foi angariado.

A informalidade do setor da construção civil é estrutural, como mostra um estudo de Pinto e Queiroz sobre o setor, baseado num inquérito efetuado em estaleiros da região do Porto.

Neste inquérito, consta que os trabalhadores sem contrato eram 34% e os que possuíam contrato a prazo eram 14%. Realce-se o facto de 72% da população inquirida ter admitido que iniciou atividade profissional sem contrato.

A informalidade alimentada neste sector permite muitas vezes ganhos mútuos, mesmo que sejam temporários. Frequentemente, o patrão declara um ordenado inferior ao realmente auferido pelo trabalhador e, caso este tenha um contrato de trabalho, isto possibilita-lhe descontar menos para a segurança social e menos em matéria de IRS<sup>38</sup>, quando desconta. A fuga fiscal permitirá ao trabalhador uma acumulação rápida de capital, que por conseguinte reduzirá o período de permanência no país de acolhimento previamente planeado pelo imigrante. Para Pinto e Queiroz, esta relação traz vantagens imediatas, na facilitação da fuga fiscal e no acréscimo de remuneração.

No entanto, é importante salientar que, apesar dos ganhos elevados e rápidos, esta situação nem sempre é benéfica para o trabalhador, visto que estamos a falar de um setor que é precário. Esse facto pode deixar os trabalhadores muito mais vulneráveis a situações adversas, como a sazonalidade do trabalho, o desemprego e acidentes sem cobertura de seguradora.

Quanto ao desemprego, a crise económica de 2008 também afetou este setor, obrigando muitos dos que trabalhavam neste ramo a emigrarem<sup>39</sup> de novo.

---

<sup>38</sup> Retenção na fonte em matéria do IRS.

<sup>39</sup> [http://www.publico.pt/Sociedade/ha-muito-mais-gente-a-abandonar-portugal\\_1393115](http://www.publico.pt/Sociedade/ha-muito-mais-gente-a-abandonar-portugal_1393115), acedida em 24 de Julho de 2009

Neste setor, que carece de aplicação de instrumentos de regulação, os patrões funcionam da seguinte forma – cobram uma taxa fixa de desconto à cabeça, uma quantia média que ronda atualmente os 120 euros, independentemente da remuneração auferida, comprometendo-se mais tarde a entregar essa quantia à segurança social.

Tendo em conta que o trabalhador dedica a maior parte do seu tempo ao exercício laboral, fica sem possibilidade de se dirigir à segurança social de modo a indagar se realmente as suas contribuições estão a ser entregues, e se o são por inteiro. Também um dia sem trabalhar significa menos rendimento a auferir no final do mês. Estas pessoas não dispõem de ferramentas como Segurança Social Direta, nem têm outro meio de se assegurarem de que os descontos efetuados deram entrada de forma correta no Instituto de Segurança Social, ficando assim à mercê da boa-fé dos patrões.

A precariedade referida atrás não é exclusiva do setor da construção civil, esta encontra-se também subjacente aos sectores de restauração e de serviços de limpezas, onde a predominância é feminina.

A remuneração nestes sectores é muitas vezes baixa, cabendo à mulher imigrante guineense elaborar estratégias perante o mercado de trabalho.

Uma vez que a subsistência dos seus familiares poderá estar em causa, no que se refere ao envio de remessas, isso obriga-as a terem pelo menos três trabalhos (ver anexo C): um, onde realmente terão que ter um contrato de trabalho e descontam para a segurança social, ficando assim salvaguardadas pelo regime de previdência social em caso de situação de desemprego; outro para depois do trabalho principal; e um último realizado nas suas folgas.

Estas são soluções encontradas para contornarem a situação de baixa remuneração do seu trabalho principal. Mas as estratégias das mulheres guineenses não se resumem à situação descrita; elas possuem ainda outros mecanismos, que vão desde a constituição de casas comerciais de produtos africanos e cabeleireiros, até aos pitorescos “*clnadós*”<sup>40</sup>

É de salientar que, apesar de a prática destas atividades por vezes não ser formal, é uma fonte de rendimentos que não pode ser negligenciada.

---

<sup>40</sup> Pequenos bares informais, que são a parte integrante da casa de quem é o possuidor do negócio, funcionam através de publicidade” boca a boca”.

### III.4. Relacionamento dos imigrantes guineenses

Há fatores peculiares que tornam o imigrante guineense facilmente identificável nas sociedades onde se encontra inserido. Fatores que vão desde a língua “*crioula*” – que é o veículo de comunicação com maior difusão de todo território nacional (Guiné-Bissau) – os traços culturais e os estilos musicais<sup>41</sup>, às especificidades gastronómicas e à forma distinta dos trajes muçulmanos face à restante população dos PALOP.

A sua singularidade cultural não fica por aqui, ela está vincada também na forma como os guineenses ocupam os seus tempos livres e nos rituais associados ao casamento, nascimento ou morte.

A sociabilidade dos imigrantes guineenses distingue-se pela sua peculiaridade, como por exemplo o capital humano empregue nas suas relações do quotidiano.

As variáveis como género, idade, classe ou trajetória social influenciam diretamente a estruturação das redes sociais.

Os dados do Quadro VI são uma excelente ferramenta para que possamos comparar a relação de sociabilidade dos imigrantes guineenses com a da restante população PALOP e a população do país de acolhimento. Neste quadro são tidos em conta os quatro círculos de sociabilidade que são: família, amigos, colegas e vizinhos.

**Quadro VI – Redes de sociabilidade de migrantes guineenses em %**

	Familiares	Amigos	Colegas	Vizinhos
Guineenses	99,30	97,50	71,10	69,80
Portugueses	22,30	62,50	95,50	88,80
Cabo-verdianos	25,00	49,80	59,90	43,30
Angolanos	3,50	35,80	56,60	32,80
Moçambicanos	1,30	13,80	18,40	11,80
São-tomenses	1,80	15,80	20,80	14,00
Outras origens	6,50	10,30	15,70	7,00

Fonte: *Inquérito Nacional aos Guineenses em Portugal (1995)*

<sup>41</sup> Desde gumbé, kussundé, tina, tinga, korá, mandjuandadi, djambadone broska e cabaça.

Pode-se dizer que a população guineense no contexto da migração privilegia a sociabilidade com imigrantes guineenses. Segue-se a população cabo-verdiana, depois a portuguesa e em quarto lugar a população angolana. Com as restantes comunidades, o contacto social é pouco significativo.

Verifica-se que existe uma grande sociabilidade dos imigrantes guineenses com os seus familiares. Numa fase inicial, para quem conhece a comunidade imigrante guineense, esta parecer-lhe-á paradoxal. É que a primeira fase da migração guineense terá sido uma migração fortemente masculina<sup>42</sup> e essencialmente laboral, onde os homens foram os primeiros a chegar ao país do acolhimento do migrante (Portugal) e só depois as suas famílias, através do programa de reagrupamento familiar.

Mas conseguiremos resolver este paradoxo se compreendermos o significado de pertença de família para os guineenses. Quando se fala de convivência familiar, não se trata de uma convivência familiar nuclear, mas sim de laços de “segunda linha” ou até porventura de uma “terceira linha” – primos, sobrinhos, cunhados tios/tios por afinidade<sup>43</sup> – logo, a família constituirá mais do que a simples definição ortodoxa da família. Para os guineenses, a família é constituída por redes de pessoas sem se levar em conta a questão de linhas parentais.

Segundo Machado (2002:223), *“Os dados do inquérito mostram que, de uma bateria de 23 possíveis atividades de ocupação de tempos livres, a visita a familiares é das mais frequentes, só suplantada pelo consumo televisivo, pela audição de rádio e, apenas ligeiramente, pelo contacto com amigos”*

A prática das visitas aos familiares é uma norma própria da “sociedade crioula” guineense; sendo os recursos escassos em termos de meios de transporte, as visitas são feitas de forma pedestre<sup>44</sup>.

A importância dessa rede de sociabilidade é de difícil mensuração, porque ela é rica em termos de trocas de capital humano, onde as redes são sustentadas na base de proximidades

---

<sup>42</sup> Representa 61% da população imigrante, de acordo com os dados do SEF (RIFA 2008)

<sup>43</sup> É prática regular na Guiné-Bissau tratar um vizinho por sobrinho, tio, tia; basta que as nossas famílias possuam boas relações, passando assim a ter laços familiares de segunda ou terceira linha.

<sup>44</sup> Existem pessoas que saem de Santa Luzia para visitar familiares residentes no bairro militar.



étnicas, religiosas e de confiança recíproca [ver Quintino 2004:301]. O lado menos formal<sup>45</sup> destas visitas torna-as desejadas por todos os intervenientes, uma vez que servem mais como um canal de transmissão de experiência e de convivência, em que os imigrantes mais antigos aconselham os mais novos sobre como lidar com cenários da migração em Portugal.

Também as visitas são momentos únicos de confraternização dos familiares, protagonizados aos sábados e domingos, em que as donas de casa proporcionam requintes gastronómicos tradicionais às suas famílias e demais visitas inopinadas. As visitas são oportunidades para o imigrante experienciar a cultura gastronómica da Guiné e de relembrar o país de origem nos momentos de convívio.

Voltando aos dados do quadro, verifica-se que, no contexto da relação de sociabilidade para a variável familiar, “os imigrantes privilegiam mais as suas relações com os seus familiares Guineenses”. Essa relação possui uma taxa de preferência de quase 100% para os imigrantes guineenses, seguida de uma taxa de 25% de preferência para relações com os seus familiares cabo-verdianos e em terceiro lugar com os familiares portugueses, com uma taxa de 22%.

Segundo Machado (2002:232) estas razões de preferência não são inocentes, porque mostram o lado histórico das relações familiares que se estabeleceram ainda na Guiné-Bissau antes da independência e da migração para Portugal.

No que refere à sociabilidade dos imigrantes guineenses com os colegas, amigos e até mesmo vizinhos, esta resulta de um longo processo de convivência.

A relação de amizade é mais frequente entre imigrantes na população guineense. Para Machado (2002), trata-se de uma relação muitas das vezes intra-étnica, sendo um pouco mais fechada nas relações com outras comunidades. No entanto, o percurso académico/profissional deve ser visto como um fator potenciador de construção de amizades dentro de outras comunidades.

Pode-se dizer que o círculo de amigos dos imigrantes guineenses é resultante das relações anteriores e posteriores à migração. Como a maioria da população imigrante é oriunda da região de Bissau, pressupõe-se que os imigrantes já possuíssem alguma relação de amizade

---

<sup>45</sup> Não precisam de ser combinadas nem anunciadas.

antes do projeto de migração. As amizades efetuadas já no território português também poderão resultar de fatores de igualdade de identidades, ou seja, os imigrantes partilham um sentimento de pertença, que os une como guineenses, resultante da partilha dos mesmos espaços<sup>46</sup> e experiências.

Pode-se dizer, também, que o meio profissional<sup>47</sup> onde esta comunidade se encontra inserida favorece contactos com as demais comunidades.

Veja-se, no outro lado da realidade, os moçambicanos e pessoas de outras origens que registam uma taxa de 19% e 16% respetivamente, no que diz respeito à sociabilidade com os amigos.

O estatuto de vizinho pressupõe coabitação espacial, na qual existe um certo sentimento de pertença a um mesmo espaço. Essa coabitação é uma das condições necessárias para estas relações de sociabilidade, que o fator tempo irá favorecer.

Neste contexto, a população portuguesa figura no primeiro plano, por ser a comunidade de acolhimento, seguida da comunidade guineense migrante.

No campo profissional, as relações dos círculos de colegas resultam da partilha da mesma profissão. Já nas zonas de residência, podem encontrar-se as relações interétnicas, visto que existem nestes locais populações oriundas de outros países africanos bem como alguma população autóctone.

De acordo com Machado, (2002:78) pode-se dizer que o relacionamento da população imigrante guineense é influenciado pelo tempo de chegada a Portugal. É mais aberto nos círculos de imigrantes que estão há mais tempo em Portugal e mais fechado nos que estão há menos tempo.

---

<sup>46</sup> O encontro de migrantes guineenses na Praça da Figueira e no Rossio, onde encontramos muitos imigrantes maioritariamente de etnias Fulas e Mandingas, é um exemplo.

Também a comunidade guineense proporciona convívio em jeito de piqueniques em épocas de verão junto a alguns parques do concelho de Lisboa, como são o do Paião, sito em Famões, e a mata das Mercês.

<sup>47</sup> Construção civil e obras públicas, serviços de limpezas.

### III.5. Práticas religiosas

A identidade religiosa das populações guineenses é assim descrita de acordo com os dados do *Office of Coordination of the United Nations System in Guinea – Bissau*: 36% da população guineense é animista<sup>48</sup>, 46% da população é de filiação islâmica<sup>49</sup>, 14% da população é de orientação católica e 4% da população é pertencente a outras religiões.

É importante salientar que este cenário deve ter sofrido grandes alterações, porque têm aparecido na Guiné outras novas filiações religiosas<sup>50</sup> bem como casos de conversões de religião.

A comunidade islâmica na Guiné tem tido uma excelente progressão, mais por conta de novas conversões como foi o caso mediático do ex-candidato presidencial Kumba Yalá. A essas conversões podemos juntar também os casos de mulheres ou homens animistas e católicas, que quando casam com homens ou mulheres muçulmanos são obrigadas a converter-se ao islamismo. Num país onde a poligamia é um facto socialmente aceite, a prática poligâmica instituída nos praticantes da fé islâmica torna-se uma condição potenciadora para o crescimento de novos fiéis do islão.

No entanto, os valores obtidos no inquérito efetuado à população migrante, relativamente à sua identidade religiosa (Quadro VII), não traduzem a orientação religiosa que é vivida na Guiné.

**Quadro VII – Autoidentificação religiosa dos imigrantes em %**

Religião	(%)
Católicos	62,30
Muçulmanos	17,80
Outras filiações	5,80
Sem filiação	10,60
Não respostas	3,50
Total	100,00

Fonte: *Inquérito Nacional aos Guineenses em Portugal (1995)*

<sup>48</sup> Tem como prática o culto dos antepassados, das forças físicas ou fenómenos paranormais.

<sup>49</sup> É uma religião baseada na submissão a Deus. O próprio nome da religião significa simultaneamente submissão e paz.

<sup>50</sup> Adventistas, Maná, Reino de Deus, Pentecostal e Fê bahá'í.

O Quadro VII mostra que a grande maioria dos imigrantes (62%) se autoidentificam como católicos, enquanto uma fasquia que corresponde a 18% possui orientação muçulmana, 6% tem outras filiações religiosas, 11% não possui filiações religiosas e 4% dos imigrantes não responderam quanto à sua autoidentificação religiosa.

Como explicar este paradoxo? Poderia pensar-se que muitos animistas se teriam convertido ao catolicismo, sofrendo o efeito de socialização do país de acolhimento. Mas o mais provável é estarmos só perante uma mudança circunstancial e temporária da religião animista para a religião católica. A maioria dos migrantes identifica-se com a religião católica tal como a maioria da população portuguesa, mesmo que isso não se traduza numa verdadeira prática ou crença católica. Pode-se dizer também que o contexto em que lhes foi efetuada a pergunta quanto à sua autoidentidade religiosa terá tido influência nas respostas dadas.

A verdade é que duas das etnias com peso mais significativo no total dos imigrantes (os manjacos e os mancanhas), de acordo com o inquérito nacional aos migrantes guineenses (Fernando Luís Machado, *Contrastes e Continuidades*, 2002:123), são povos animistas, cujas práticas religiosas são animistas, onde a religião é manifestada através de elementos e práticas de tradição secular herdadas dos antepassados. Quase todos os imigrantes destas duas etnias<sup>51</sup> possuem práticas religiosas de crença animista. Por isso, apesar de terem respondido que pertenciam à religião católica, voltarão a acreditar na religião que lhes foi ensinada a adorar em momentos positivos ou menos positivos na sua vida.

A prática da religião católica dos imigrantes guineenses em Portugal tem algumas estruturas que a sustentam, como é o caso do Fórum de católicos guineenses em Portugal, cuja existência ronda os 7 anos. Esta estrutura veio substituir várias outras associações ou grupos paroquiais que descendiam das demais paróquias<sup>52</sup> em Bissau.

---

<sup>51</sup> Se perguntarem num inquérito ou em outras circunstâncias, qual a orientação religiosa de um guineense que não seja muçulmano, a primeira resposta a partida do inquirido será seguinte: ele dirá que é da religião católica, essa afirmação é válida para muitos outros mancanhas e manjacos.

Mas quando voltarem as suas casa irão lembrar que, herdaram a tradição animista dos nossos pais que herdaram dos seus antepassados sem questionar e no qual continuam crentes e devotos.

<sup>52</sup> Paróquia de Nossa Senhora de Fátima (sito no antigo Bissau nobu); Paróquia do Cristo Redentor da comunidade de cupilom, entre outras.

O fórum costuma reunir na paróquia do Campo Grande todos os terceiros domingos de cada mês, onde a comunidade dos imigrantes participa na missa<sup>53</sup>.

Esta estrutura também possui uma agenda de atividades proposta pelos próprios membros, que vai desde a integração de estudantes guineenses à realização de campanhas de solidariedade dirigidas aos novos imigrantes.

Quanto à religião muçulmana, esta é a segunda em termos de práticas religiosas por parte dos imigrantes guineenses em Portugal. No que se refere às condições para a prática do Islamismo, existe um bom número de templos na região de Lisboa e Vale do Tejo, onde reside a maioria dos migrantes guineenses. No norte e sul do país existem também alguns lugares de prática de culto<sup>54</sup>, bem como na ilha da Madeira.

Em Portugal existe uma comunidade islâmica de Lisboa, fundada a 6 de Abril de 1968 por grupos de estudantes muçulmanos oriundos das ex-colónias, que na altura se encontravam a estudar em Portugal. Esta comunidade estima-se que possua cerca de 35 a 40 mil muçulmanos sendo a sua maior parte de origem guineense.

Também em Lisboa podemos encontrar a Mesquita Central da Praça de Espanha, cuja data do lançamento da primeira pedra foi em 1985, tendo sido inaugurada a 29 de Março de 1985, (Gonzaga, *et al.* 2001: 71-73).

---

<sup>53</sup> Missa de características africanas.

<sup>54</sup> <http://www.comunidadeislamica.pt/09-Contactos.php>

### III.6. Hábitos, costumes e tradições

Os valores culturais são indissociáveis dos imigrantes guineenses em Portugal, nomeadamente as suas crenças e certos rituais como o casamento, o nascimento, a morte ou o recurso a especialistas em práticas de adivinhação e também o culto do sobrenatural.

Para esta análise, deve dividir-se a população guineense imigrante em dois grupos étnicos, os animistas e os muçulmanos.

Para os primeiros, o casamento resulta de um acordo entre duas famílias, com o intuito de se fazer um casamento arranjado. Porém, práticas de casamento deste tipo não são funcionais no espírito da migração.

Por isso, a migração deu-lhe uma outra forma, ou melhor, reinventou a *lebá cabaz*, que passou a ser uma prática necessária para haver casamento para animistas na diáspora.

O ato de *lebá cabaz* consiste no seguinte: a família do rapaz deverá levar um cabaz<sup>55</sup> e um conjunto de intenções para a casa dos pais ou familiares da noiva, onde deverão mostrar as verdadeiras intenções e o motivo que os levou a deslocarem-se lá; só depois da concordância entre as famílias é perguntado à noiva se é também esse o seu desejo, cabendo-lhe a última palavra. Esta cerimónia é sempre efetuada à noite.

Já no que se refere ao segundo grupo étnico, os muçulmanos, segundo Gonzaga *et al.* (2001:71) “o casamento não é um sacramento, mas sim um acordo legal no qual cada parte é livre de incluir condições”.

Mas os costumes matrimoniais variam de país para país. No caso dos imigrantes guineenses, especificamente os muçulmanos djacancas<sup>56</sup>, o casamento é composto por 6 passos:

Primeiro passo:

Quando um rapaz estiver interessado numa moça, este terá que falar primeiro com os pais dele para explicar de onde é a rapariga e quem são os familiares; no caso de os pais a

---

<sup>55</sup> Cabaz é uma cabaça grande que é composta de prendas e lembranças da família do rapaz para oferecer a família da rapariga.

Cada elemento do cabaz tem o seu significado e essa noite serve para as Senhoras mais velhas “*mindjeris garandis*” passarem as suas vivências e ensinamentos matrimoniais à rapariga a quem o cabaz está destinado

<sup>56</sup> Populações de etnias muçulmanas

aprovarem, enviam 10 (dez) *fidjus de cola (cola di punta)* com alguns emissários, à exceção do rapaz e dos pais, com o intuito de se dirigirem à casa dos pais da moça e perguntarem se esta tem ou não algum compromisso matrimonial com alguém. Caso não tenha, os pais da moça dão liberdade para que seja feito o pedido.

Segundo passo:

É denominado como *cola di busca cassamente*, no qual se diz se os pais da moça querem ou não dá-la em casamento; se sim, *cola ta dismanchado*. A partir daí são postas as condições: desde as *colas brancas*, que servem para os pais informarem os seus amigos, vizinhos e familiares de que a filha já tem marido, até à oferta de um carneiro para as senhoras da família da rapariga (tias, primas, irmãs). Por fim, o rapaz terá que visitar todos os familiares e amigos (mais próximos) da família da rapariga (*duá*)<sup>57</sup>, para declarar que será o marido dela.

Terceiro passo:

Uma semana depois, o rapaz e os seus colegas vão a casa da rapariga com artistas tradicionais, em representação da alegria por o noivado ter sido aceite.

Quarto passo:

A seguir, o rapaz reúne algumas peças de roupa para a rapariga (mínimo 10 complés<sup>58</sup>), lingerie, sapatos, perfumes... e para os pais dela (1 complé para cada), dentro de uma mala, que é levada à casa dos pais dela.

Quinto passo:

O pai do rapaz formaliza um pedido para se realizar o casamento, e os pais da rapariga escolhem uma data para a formalização do mesmo “*mara cassamento*”. O casamento poderá ser formalizado (“marado”) na casa dos pais da rapariga ou numa mesquita da comunidade, onde o rapaz oferece um dote dentro das suas possibilidades. Existem determinados objetos que têm de estar presentes: 10 colas, sal, agulha, papel branco, pano branco.

Sexto passo:

---

<sup>57</sup> O *duá* consiste em elogiar a rapariga, dizendo que ela é muito prendada, e desejar aos noivos uma longa vida.

<sup>58</sup> Traje tradicional de etnia muçulmana.

Depois disso, o rapaz envia nova comitiva com a intenção de se celebrar o casamento. Nesta fase a noiva é preparada na casa dos pais para ser levada à casa do marido (toma banho com leite, veste o pano branco e é lhe dado um *calma*<sup>59</sup>, uma tia trança-lhe o cabelo, efetuam-se danças e cantorias das mulheres).

Para o ritual de nascimento não existe uma grande diferença entre os dois grupos religiosos. Para os animistas é efetuada uma cerimónia de “*sete*” ou “festa do sétimo dia” de vida da criança. É uma festa de pretexto para convívio entre as famílias e os amigos que ainda não conhecem o novo membro da família, o recém-nascido.

Para os muçulmanos, a festa do sétimo dia ou “*rapa*” serve também para proteger as crianças de espíritos maléficos e atribuir o nome à criança de modo a apresentá-la à comunidade.

Já perante a morte, os rituais diferem de etnia para etnia, mesmo dentro dos animistas. Alguns, como os manjacos, sempre consideraram a morte o lado negativo da migração visto acontecer sempre muito longe do núcleo duro das suas famílias, uma vez que as suas migrações são essencialmente masculinas, e ser desejo de todos os imigrantes dessa etnia encontrarem-se junto dos seus familiares aquando da chegada dessa hora.

Foi por essa razão que, no dia 12 de Agosto de 1983, numa reunião realizada em Carcavelos (Bairro das Marianas), foram lançadas as sementes de um projeto que, anos depois, iria designar-se Associação dos Filhos e Amigos de Bachil (AFAB).

Esta associação tinha como objetivo fundamental promover a solidariedade entre os seus membros em caso de emergência (doença ou morte).

Para esse efeito foi constituído um fundo social com as receitas provenientes das quotizações dos membros. A AFAB é uma entre outras associações de imigrantes guineenses em Portugal, que se regem pelos mesmos propósitos.

Os fundos das suas quotizações servem muitas das vezes, nos casos de óbito de um dos associados ou familiares, para financiar a trasladação do corpo para a Guiné, bem como para participar nas cerimónias que terão de ser efetuadas na Guiné (*toca tchur*). Por exemplo, a pessoa que vai acompanhar as cerimónias poderá levar uma certa quantia para ajuda aos mais velhos, conforme os costumes.

---

<sup>59</sup> Uma concha de cabaça.



Para aqueles que não possuem associações com estes fins, muitas das vezes se a família tiver disponibilidade financeira para a trasladação do corpo, esta é efetuada; caso contrário, o recurso será os cemitérios portugueses. Nesta última opção, existe a possibilidade da vinda dos seus familiares para a cerimónia fúnebre, o que pode transformar-se ou proporcionar uma das formas de imigração. É enviada posteriormente uma certa quantia em dinheiro de modo a realizar-se a cerimónia *di toca tchur* na Guiné.

Já os muçulmanos manifestam-se de forma diferente perante a morte: não existe um velório, não é feita a trasladação do corpo do morto para a Guiné-Bissau, e é efetuada a cerimónia fúnebre o mais rapidamente possível, ou seja, dentro de 24 horas.

### **III.6.1 A prática do culto do sobrenatural**

A imigração guineense foi sempre acompanhada pelo culto do sobrenatural, conforme referido atrás, o qual teve algum peso nas migrações sazonais dos *marabus* para o Senegal.

Na migração guineense para a Europa, em concreto para Portugal, esta prática ocupou quase todo o território continental e as regiões autónomas.

Os *marabus* (designados de *mouros* na Guiné) possuem canais de comunicação que lhes permitem chegar com alguma facilidade a toda a população imigrante e autóctones, através de publicidades nos jornais, revistas e até na televisão (ver o Anexo D).

A publicidade dos *mouros* na imprensa não é bem vista pela população imigrante que os considera como charlatães, dando preferência aos mais modestos, que são conhecidos pelos seus feitos através de testemunhos de amigos e familiares. Esse facto é evidenciado no trabalho de Machado (2002:261), onde é referido que alguns guineenses criticam astrólogos pela falta de competência nessa atividade, acusando-os ainda de oportunismo comercial.

Os *mouros*, em situação de migração, autointitulam-se de astrólogos, apresentando-se como dotados de capacidades de resolução de um rol infinito de problemas, que vão desde negócios até problemas de saúde.

Segundo Machado (2002) e Quintino (2004), são indivíduos especializados em estudos e interpretações do Corão e muitos deles passaram uma parte dos seus percursos profissionais como professores de escolas corânicas. Também segundo Machado (2002) e Quintino

(2004:276), neste mercado os *mouros* são geralmente do género masculino, contrapondo-se a outros praticantes de culto paranormal que são os *djambacoss*, onde podemos encontrar indivíduos tanto do género masculino como feminino

A prática de culto paranormal consiste na entrada em transe de pessoas normais especialmente escolhidas por um espírito, que em seu tempo de vida tinham poderes paranormais, para comunicar.

Os *djambacoss* também costumam desempenhar o papel de curandeiros, devido ao vasto conhecimento das plantas e raízes medicinais, e este facto torna-os singulares em comparação com os curandeiros, vistos que estes últimos só conhecem as plantas e raízes medicinais porque lhes foi transmitido ou herdado de um familiar mais velho.

## **Capítulo IV - A economia do imigrante**

### **IV.1. Consumo e Poupança**

As pessoas obtêm os seus rendimentos através dos seus trabalhos e do capital que possuem. Esses rendimentos têm, muitas das vezes, um peso enorme na sua economia por permitirem aos migrantes decidir quanto vão consumir e quanto vão poupar para o seu futuro.

As decisões de consumo afetam sempre o bem-estar, no que se refere à parte do rendimento a consumir no presente em relação ao consumo futuro visto serem baseadas nas expectativas relativas ao rendimento futuro. Por outras palavras, o imigrante irá sofrer uma restrição orçamental intertemporal.

A poupança do imigrante será igual ao seu rendimento menos o seu consumo no momento atual.

Para muitos, esta poupança só é possível graças a uma rede de solidariedade entre os imigrantes, que não é mais do que um grupo de pessoas conterrâneas que comungam dos mesmos princípios, desde os hábitos alimentares até à própria crença. Essa solidariedade funciona na base de partilha das despesas, nomeadamente da renda de casa, uma vez que esta é a parcela com maior peso sobre o rendimento do imigrante; em seguida vem a alimentação e as despesas acessórias, que seriam insuportáveis para uma só pessoa. Só deste modo o imigrante terá condições de poupar uma boa parte do seu rendimento disponível.

Para o migrante deverão existir pressupostos válidos que o levem a poupar sacrificando uma parte do consumo presente. Para muitos imigrantes as suas poupanças têm objetivos específicos, como por exemplo aquisição de uma casa nova ou uma casa de férias para o caso de decidirem ficar em Portugal. Também poderão servir para manter o nível de vida depois da reforma ou para dar uma educação melhor aos seus filhos. Esta atitude também pode ser vista como uma forma de promoção do desenvolvimento do seu país, uma vez que a poupança leva à acumulação do capital. Para um imigrante, todas estas razões são válidas, visto que a imigração passou a ser um projeto familiar, com intuito de proporcionar uma vida melhor aos familiares.

Também ao nível da economia agregada, essas decisões individuais de consumo e poupança irão ajudar a determinar a taxa de crescimento da economia, mas não iremos enveredar por

essa óptica, visto que o nosso campo de ação é baseado na informalidade do envio das remessas.

Para a implementação deste projeto familiar, os imigrantes guineenses viram-se obrigados a utilizar os mecanismos ao seu dispor de modo a resolver as suas questões de poupança/crédito, pelo que até reinventaram forma de poupança, a “*Abota*<sup>60</sup>”, que é forma de poupança e de crédito associativa, com intuito de prosseguir alguns objetivos pessoais/coletivos, como por exemplo, a criação de grupos informais, onde os membros contribuem periodicamente com um montante monetário para um fundo social comum que é entregue de forma rotativa aos associados.

De acordo com Duarte & Gomes (1996:110), num estudo sobre o sector informal, estima-se que 80% das atividades de comércio são financiados inicialmente com o capital acumulado das Abotas

## **IV.2. Remessas**

Instituições como o BM ou o FMI consideram que existem três tipos de fluxos monetários: i) remessa de trabalhadores imigrantes (associada às remessas formais e informais dos trabalhadores); ii) remunerações dos empregados ligados à cooperação; iii) transferência financeira em produtos dos migrantes, que pressupõe que o imigrante envie um bem para o seu país de origem (no caso guineense, equipamentos de transporte), que possa constituir uma fonte de receita para si ou para os seus familiares.

Por outras palavras, o termo “remessas” remete-nos para o envio de fluxos monetários/matérias por parte dos migrantes para os seus países de origem.

---

<sup>60</sup> Abota é um sistema mutualista de poupança e crédito, é um sistema semelhante a Kixikila, que consiste no seguinte: um grupo de pessoas amigas reúne-se com um único propósito que é a poupança, e cada membro entrega ao representante do grupo uma quantia monetária definida por todos. Assim que o representante do grupo tiver recolhido todas as quantias, este entregá-las-á a um elemento do grupo. O último elemento a receber será o primeiro a receber numa próxima quotização

Analiticamente existem dois tipos de remessas de migrantes - ver Tolentino *et al.* (2008:28):

- ✓ Remessas financeiras – que consistem na transferência monetária formal ou informal do imigrante para o seu país de origem;
- ✓ Remessas sociais – que estão associadas ao impacto dos valores, ideias, atitudes, capital social e competência, que involuntariamente cada imigrante transporta da sociedade de acolhimento para o seu país.

### **IV.3. Razões do envio de remessas**

De acordo com alguns estudos já efetuados sobre o assunto, o envio de remessas depende do ciclo em que se encontra a própria migração.

A migração guineense caracteriza-se por ser laboral, onde existe uma predominância da população masculina.

Segundo Corrêa D´Almeida (2003), existem pelo menos duas razões que proporcionam elevadas taxas de envio de remessas:

- ✓ Elevada taxa de famílias separadas pela emigração de um dos elementos do casal;
- ✓ Precária qualidade de integração na comunidade de acolhimento, ou seja, ausência do sentimento de pertença.

Como já referimos no capítulo anterior, a emigração guineense possui algumas das características atrás descritas como potencializadoras de envio de remessas por parte dos emigrantes.

#### **IV.4. Importância das remessas para a Guiné-Bissau**

Uma vez que o nosso estudo se centra no envio de remessas de modo informal, é importante fazer uma ressalva sobre o peso das remessas formais quantificadas, visto que as estatísticas por vezes não são suficientemente funcionais de modo a serem quantificadas.

De acordo com os dados UNCTAD constantes no (Anexo E) - Fluxo de remessas totais em 2005 - e em relação ao PIB, que contém uma listagem de países menos avançados após a revisão trienal de 2006 e World Factbook 2007, a Guiné-Bissau possui uma população total de 1.6 milhões, com uma taxa de crescimento populacional de 3% e com uma produção interna de 301,1 milhões de dólares. A mesma fonte também quantificou alguns indicadores como as remessas enviadas pelos imigrantes guineenses, que para o período de 2005 foi de 28,00 milhões de dólares.

No entanto, tendo em conta a importância crescente das remessas para o país e para os familiares dos imigrantes, devemos comparar o seu peso com alguns indicadores; para isso é necessário calcular alguns rácios de dependência do país relativamente ao exterior.

Os indicadores de dependência do país para com o exterior são o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). De acordo com a mesma fonte, o valor de IDE para a Guiné-Bissau em 2003 era de 5,00 milhões de dólares, enquanto o valor de APD, para o mesmo período, era de 76,20 milhões de dólares.

Em 2005, a relação entre as remessas e o PIB foi de 9,3%, colocando assim a Guiné na sexta posição dos países que possuem as maiores percentagens de remessas sobre o PIB.

Calculando os rácios de dependência para APD em 2003, estes correspondem a 35,19% do PIB e para IDE correspondem a 2,31% do PIB.

Estes rácios traduzem algum grau de dependência do país perante o exterior. A dependência do país, conforme mostram estes indicadores, poderia ser colmatada em parte através de políticas de atração de remessas de imigrantes de modo a que essas poupanças pudessem figurar como formas de financiamento para o país, sempre com custos mais baixos do que os empréstimos que são solicitados ao exterior.

O governo deveria, pois, encontrar formas de facilitar os processos formais de envios, como a redução de custos de transações.

#### **IV.5. Remessas informais *versus* formais**

##### Remessas por canais informais

São fluxos de difícil quantificação, enviadas através das redes organizadas de comércio<sup>61</sup> em Portugal, por viajantes amigos ou familiares que viajam para a terra natal.

##### Remessas por canais formais

São fluxos de fácil mensuração, que são remetidas por canais formais, que vão desde bancos e casas de transferências de dinheiro até aos CTT<sup>62</sup> de Portugal.

---

<sup>61</sup> Lojas africanas, com filiais na Guiné-Bissau, têm como estratégia financeira facilitar os processos de câmbios das suas as receitas efetuadas na Guiné-Bissau. Esta receita servirá para fazer o pagamento dos valores recebidos em Portugal.

<sup>62</sup> Correios telégrafos e telefones.

#### IV.6. Formas de remessas informais

Após uma análise das formas de envio de remessas pelos emigrantes, pode-se constatar que existem três formas de remessas de emigrantes, as quais apresentarei por ordem cronológica.

A primeira delas surgiu de modo a fazer face a uma grande preocupação das suas vidas: a proximidade dos familiares na altura da morte. Como emigrantes, é o acontecimento da morte fora da terra natal que motiva uma predisposição forte para uma última despedida.

Por essa razão, no dia 12 de Agosto de 1983, numa reunião realizada em Carcavelos (Bairro das Marianas), foram lançadas as sementes de um projeto que, anos depois, se iria designar Associação dos Filhos e Amigos de Bachil (AFAB).

Esta associação tinha como objetivo fundamental promover uma ação de solidariedade entre os seus membros em caso de emergência (doença ou morte). Para o facto foi constituído um fundo social com as receitas provenientes das quotizações dos membros.

Como é que esta comunidade envia as divisas para os seus países de origem?

Quando um associado (com quotas em dia) tiver necessidade de recorrer à assistência ou a um *tratamento de terra* (ou seja, a necessidade de tratamento na Guiné), a AFAB disponibiliza uma verba.

No que se refere a casos de óbito, a associação também financia uma participação nas cerimónias efetuadas na Guiné. A pessoa que se desloca ao país de origem para a realização dessa cerimónia poderá também levar uma certa quantia para ajudas aos mais velhos, entre outros apoios financeiros, conforme os costumes. A AFAB envia também remessas de produtos, o que é de extrema relevância na prossecução de alguns projetos locais, como por exemplo a construção de postos de saúde e escolas.

Para a implementação desses projetos foi necessária, por parte da AFAB mãe, a criação de mais outras duas congéneres com o mesmo nome, uma na Guiné-Bissau, no Bachil, e outra em França. A filial da Guiné (que também é pagadora de quotas, através do trabalho para a própria associação) encarrega-se de eleger necessidades e também de contribuir com mão-de-obra uma vez que possui poucos recursos financeiros.



As AFAB (em Portugal e França) disponibilizam as verbas necessárias para os projetos em questão, que serão enviadas para a Guiné (já em forma de materiais de construção ou de recursos materiais escassos na Guiné - Bissau).

A segunda forma de envio até poderá ser mais antiga do que a anterior, só que infelizmente não existem relatos históricos sobre uma data precisa.

A esta forma de envio de remessas chamo de “*portador de boa vontade*” ou “*correio de boa vontade*”. Esta forma consiste no seguinte: (Quem envia = Imigrante; Quem faz chegar = Portador; Quem recebe = Beneficiário). Haverá alguém que se desloca à Guiné (por motivos da sua vida particular) e funcionará de correio (isto é, portador do dinheiro a entregar ao(s) beneficiário(s)). A pessoa que quer enviar dinheiro ou conhece previamente esse portador ou então terá que se dirigir ao aeroporto e tentar encontrar um portador (o que poderá não ser muito difícil ou estranho uma vez que esta é já uma prática corrente).

Analisando o funcionamento desta modalidade de entrega no aeroporto, ela é feita do seguinte modo:

Escolhe-se o dia do voo e, no aeroporto, antes da hora do *check-in*, é feita a seleção criteriosa do potencial portador. Esta seleção consiste numa abordagem onde se pretende recolher a máxima informação sobre o (potencial) portador: o local onde irá residir, como está vestido, familiares e até contactos dos mesmos. Depois disso, o imigrante irá abrir o envelope e coloca a quantia na presença do portador. Depois de reunidas todas as informações, avisar-se-á a pessoa que vai receber o dinheiro, sobre quem vai levar o dinheiro, qual a sua residência e a forma como está vestido.

A conclusão deste processo pode ser feita no próprio dia, ou seja, no aeroporto da Guiné-Bissau (especialmente se o portador residir no interior do país e, portanto, eventualmente afastado do recetor, ou então por uma simples razão de urgência do destinatário). Em muitos dos casos, o recetor só vai buscar o dinheiro no dia seguinte. Assim, pode dizer-se que, tipicamente, o tempo de demora ou duração de toda esta “operação” é um dia, com uma taxa de sucesso de quase 100%. Este modelo de envio não contempla qualquer custo para as partes envolvidas (a não ser o custo de se ter de esperar pelo menos um dia para receber o dinheiro).

A terceira modalidade de envio pode dizer-se que é a mais dinâmica, uma vez que envolve várias pessoas (agentes económicos a operar regularmente nos seus próprios negócios

correntes) e pode ficar totalmente processada em poucas horas, sendo que, em sentido restrito, ela é realizada com carácter informal.

Esta última modalidade aproveita a existência de pequenas e médias empresas sediadas na Guiné, mas com filiais em Portugal (ou vice-versa) que servem de “transferidores” das importâncias que se quer enviar. Estas empresas permitem aos emigrantes o envio, de uma forma cómoda, das suas remessas sem se pagar os elevados custos “oficiais” de envio de dinheiro para Guiné. Esta forma é cómoda porque todas elas possuem uma ou várias contas bancárias que são facultadas às pessoas que querem enviar dinheiro.

A pessoa em questão irá fazer essa transação, sem os transtornos de ter que apresentar documentos a justificar a proveniência do dinheiro e os fins a que se destina. Depois de se efetuar o depósito, basta fazer um telefonema para o titular da conta indicando o montante depositado, explicando se o valor já possui uma comissão<sup>63</sup> ou não (assim como a respetiva referência – que não é mais do que a descrição do movimento que costuma ter o nome da pessoa que deposita), assim como quem irá à filial receber o montante e qual a moeda de preferência, porque pode receber tanto em euros, como no CFA. Curiosamente, muitas pessoas preferem euros uma vez que existem variações da taxa de câmbio (porque também estas empresas praticam taxa de câmbio fixa que é 1 Euro para 650 CFA). Esta operação pode ser efetuada numa questão de horas, visto que as transferências são efetuadas partindo do princípio de que a filial na Guiné possui dinheiro para fazer o pagamento, caso contrário a empresa em Portugal irá enviar o dinheiro através do “*portador de boa vontade*” no dia de voo para a Guiné-Bissau.

Há que sublinhar que, nesta terceira modalidade, os emigrantes são como que investidores destas pequenas empresas. E, por esse facto, estas recebem sempre dinheiro para as suas potenciais compras e abastecimento dos seus negócios da Guiné em Portugal, o que permite ao empresário controlar muito melhor as suas receitas ou, pelo menos, dispor de um fundo de maneiio mais folgado.

---

<sup>63</sup> São pagos 5 euros sobre o valor a transferir para as quantias até 201 euros e 10 euros para valores superiores a 202 euros.

Em termos práticos, as vendas efetuadas por estas empresas na Guiné providenciam a liquidez a entregar aos recetores das remessas iniciais enviadas de Portugal. Este processo acontece menos no sentido inverso (filiais na Guiné para as empresas guineenses que estão a operar em Portugal).

De acordo com o quadro de envio de remessas pelos canais informais, os custos inerentes a cada modalidade são os seguintes:

### Quadro VIII – Análise das Remessas de Emigrantes

Quantia inicial	Formas de Remessas	Método de Transferência	Percentagem de Comissão	Custos	Condições Exigidas	Quantia final recebida
*	Coletividades	Voo/filial	0,00%	0	NA	Quantia entregue
*	Portador de boa vontade	Voo/filial	0,00%	0	NA	Quantia entregue
Valores até 200 Euros	PME'S	Voo/filial	n.d	€	Nome	Quantia enviada menos €
Valores superiores a 202 Euros	PME'S	Voo/filial	n.d	€10	Nome	Quantia enviada menos €10

\* Qualquer quantia

Pode-se ainda salientar que os períodos das transferências são dois:

– Época Alta, que vai desde Agosto até Abril (períodos festivos de Natal, Ramadão, Carnaval, Páscoa, primeiro de Maio e cerimónias de *toca thur*). Neste período estima-se em média que sejam transferidos entre 1500 a 2000 euros diários. Esse dinheiro serve exclusivamente para fazer face aos gastos destas épocas.

– Época Baixa, que vai de Maio a Junho. Neste período é transferida uma média diária de 350 euros a 500 euros. Quando estamos a falar de um universo de pelo menos 10 empresas, as quantias são significativas.

O fenómeno oposto também ocorre da Guiné para Portugal, mas numa escala mais reduzida. Existem pessoas que têm os seus familiares (filhos) a estudar em Portugal, ou familiares que se encontram hospitalizados.

Também existem emigrantes que possuem investimentos de imobiliário (aluguer de casas) ou serviços de transporte (táxis ou toca-tocas), e os seus encarregados de negócios costumam enviar para Portugal as receitas provenientes desses investimentos.

Por outro lado, dentro das remessas informais, existem ainda as remessas de produtos alimentares, onde o imigrante encomenda e paga em Portugal os produtos alimentares de primeira necessidade dentro da dieta<sup>64</sup> alimentar guineense para serem levantados na Guiné pelos seus familiares na Guiné – Bissau.

#### **IV.7. Estratégias Empresariais das *Nharas* de Lisboa (remessas informais).**

Desde muito cedo as mulheres guineenses quase que foram obrigadas a encontrar estratégias para o sustento das suas famílias, uma vez que o Estado Guineense é o maior empregador. Mas o facto de não existirem receitas suficientes para fazer face aos seus compromissos, assim como os baixos salários pagos aos funcionários públicos na sua maioria chefes de famílias, ou o facto de estes poderem ficar um bom tempo sem receber os seus ordenados, juntamente com a liberalização do mercado na década de 90, tudo isto permitiu que as mulheres enveredassem por atividades de pequenas escala no comércio com o objetivo da subsistência dos seus familiares.

Este é um papel que socialmente lhes é reconhecido, ou seja, o de providenciar o sustento da sua família, pelo que se podem citar alguns exemplos de mulheres que tiveram que encontrar ferramentas adequadas para vencer na migração.

##### **Primeiro Exemplo:**

“Nené”, agora casada e mãe de quatro filhos, saiu da Guiné-Bissau em 1996, ou seja há 16 anos, através de uma junta médica por razões de saúde.

Os seus primeiros seis meses foram tempos difíceis: mãe de família, com uma criança nos braços e sem rendimentos. Mas o apoio de uma senhora de nacionalidade santomense, que vivia em Chelas na zona M, foi crucial para a sua estratégia de vida.

Esta senhora foi quem lhe garantiu o alojamento e lhe transmitiu os seus conhecimentos informais na área empresarial, abrindo-lhe assim as suas perspetivas sobre a forma de obter rendimentos através de compras e vendas de produtos.

---

<sup>64</sup> Açúcar, arroz, óleo, Azeite, Bacalhau, grão-de-bico, estes últimos para as épocas festivas, o restante para o quotidiano das famílias

No que se refere à sua estratégia para o mercado de trabalho, esta é totalmente diferente da das outras senhoras, que normalmente consistia em estas terem pelo menos três trabalhos. Mas é aqui que Nené difere pois limitou-se a ter um único trabalho, em que fizesse oito horas diárias e com duas folgas semanais.

Os dois dias de folga foram muito importantes na sua estratégia empresarial, pois trabalhava durante três semanas seguidas sem folgar, acumulando assim folgas para a última semana do mês, o que lhe permitia deslocar-se a França, de autocarro, numa viagem de vinte quatro horas, onde comprava acessórios de moda e cosméticos, que posteriormente eram expostos para venda na parede do seu quarto subalugado, onde eram adquiridos pelos seus amigos e amigas mais próximos.

Também foi a primeira pessoa a trazer caixas de “*bentanas*” (peixe congelado) de França para vender em grosso às senhoras que possuem “*clandos*”.

O transporte do peixe era feito de forma informal através de camiões frigoríficos que saíam das docas francesas com cargas para Portugal.

Ela negociava pessoalmente com os condutores o transporte das suas caixas de peixe.

Com a carga já no camião, ela seguia o mesmo, para posterior receção em Portugal.

Neste momento, a Nené, está a dirigir dois negócios pessoais, que são: a Casa de Transferência, uma rede organizada de envio informal de remessas para a Guiné-Bissau, e um cabeleireiro, onde estabeleceu um acordo com as suas cabeleireiras, que consiste em repartir o valor das prestações de serviço em percentagem, cabendo a cada parte cinquenta por cento do valor resultante do serviço.

Quanto aos cosméticos expostos no cabeleireiro só a Nené compete a venda desses produtos e é também ela que tem a responsabilidade de suportar os custos fixos do negócio.

### **Segundo Exemplo:**

“ Balanta”, a empresária informal, fala da sua experiência como dona de um “*clando*” em Lisboa e Vale do Tejo.

Para iniciar a sua atividade teve que entrar numa primeira fase numa “*mandjuandadi di Abota*” de modo a possuir uma boa alavancagem financeira para o seu negócio.

A casa onde ela mora possui um quintal, o seu companheiro é um músico e ela uma boa cozinheira de pratos tradicionais guineenses; os dois decidiram aproveitar essas sinergias de modo a potenciar o “*clando*”, cujo objetivo é proporcionar aos demais, amigos, amigos dos seus amigos e conhecidos a viverem em Portugal ou fora, com alguma nostalgia, pratos típicos e petiscos únicos guineenses.

A escolha da ementa é quase sempre feita por marcação e o “*clando*” também serve de apoio a muitos imigrantes guineenses sozinhos que necessitam que alguém lhes prepare as suas marmitas para levarem para o trabalho.

### **Terceiro Exemplo:**

Migrou há 9 anos atrás, senhora irreverente, com muito bom gosto no que se refere a moda. Talvez por ter passado a fase inicial da sua juventude na Guiné-Bissau, consegue compreender o que realmente as jovens mulheres guineenses “querem” nomeadamente no que diz respeito a vestuários, acessórios de moda, cosméticos e sapatos.

Em termos logísticos ela desdobra-se em esforços de modo a deslocar-se aos locais onde compra os produtos; a título de exemplo, para cremes para a pele socorre-se dos supermercados LIDL, para os acessórios desloca-se aos grandes armazéns de revenda ao público.

Após adquirir os produtos, alguns seguem por via aérea, através de amigos e familiares ou conhecidos que são abordados no aeroporto de Lisboa, e outros por via marítima dentro de bidões, através de uma transportadora a quem paga a carga por cubicagem.

Das receitas resultantes deste negócio, uma parte é-lhe enviada através de redes organizadas de envio de remessas informais e a outra parte serve para ajudar a sua família local nas despesas do quotidiano.

#### **IV.8. Envio de remessas através de canais formais.**

Existe em Portugal um variado leque de agências/instituições que oferecem serviço de envio de remessas dos imigrantes para os seus países de origem. Esses serviços diferem de instituição para instituição. Mas essas ofertas têm os seus condicionantes.

Os CTT de Portugal disponibilizam junto dos emigrantes dois tipos de serviço:

- ✓ Vale internacional
- ✓ Envio de remessas através da Western Union

No que se refere ao vale internacional este tem a condicionante de o valor máximo de envio ser 500 euros.

No entanto, o seu custo é até o mais baixo do mercado, visto que valores até 100 euros enviados têm um custo de 6,55 euros, e valores compreendidos neste intervalo [100,01 a 500 euros] têm um custo de 7,95.<sup>65</sup>

Quando se faz uma relação de custo/benefício, no que se refere ao tempo de espera, entende-se que não justifica a demora de oito dias úteis para se poder levantar o dinheiro.

Os levantamentos das remessas são efetuados em moeda local à taxa de câmbio em vigor à data.

No que diz respeito à modalidade Western Union, esta é mais versátil tanto relativamente ao montante a enviar às taxas a pagar. Através deste meio podem enviar-se valores de 0,01 euros até 6.500 euros<sup>66</sup> (ver Anexo F).

Os CTT e a Western Union não são as únicas instituições a operar neste mercado português, existem outras instituições financeiras que veem este nicho de mercado como uma oportunidade para fazer face à possível perda de receitas.

Depois de uma prospeção do mercado bancário em Portugal, pode referir-se o seguinte:

Aos três maiores bancos privados portugueses não é indiferente o valor do mercado formal de envio das remessas. Também a forma de prestação de serviços em duas das três instituições

---

<sup>65</sup> Valor praticado pelos CTT.

<sup>66</sup> Tabela praticada pela Western Union.

observadas, é similar. A única diferença é o valor acrescentado intrínseco a cada experiência proporcionada pelas instituições ao emigrante, ou seja a forma como a instituição recebe o imigrante.

O serviço prestado pela CGD funciona da seguinte forma: é solicitado, a quem requer o serviço, que indique o nome do beneficiário, tanto com a conta IBAN como com o SWIFT, que preencha um formulário e escolha a forma de pagamento das despesas, visto que existem três formas de o fazer.

A primeira é a **OUR**, em que as despesas são cobradas na origem. A outra é chamada de **SHARE** nesta, as despesas são partilhadas, ou seja, metade na origem e outra metade no destino. Por último temos a **BEN**, em que as despesas são pagas inteiramente no destino.

Cumpridas essas formalidades, o tempo estimado será sempre de 48 horas, com uma média de encargos a rondar mais ou menos 40 euros por transação<sup>67</sup>.

Uma vez que estamos a falar de imigrantes, estes procedimentos têm alguns constrangimentos, nomeadamente no que diz respeito à formalização da transferência bancária, visto que para estas instituições (CGD, BES e MILLENNIUM BCP) existe um pré-requisito, constantes da checklist da abertura de conta<sup>68</sup> que só confere às pessoas a faculdade de efetuarem uma operação desta natureza, se reunirem as seguintes condições:

A primeira delas é que quem transfere o dinheiro terá que possuir uma conta bancária. Para ter essa conta bancária é sempre necessário que o indivíduo tenha um documento de identificação, que pode ser passaporte ou autorização de residência (estrangeiro com estatuto de residente em Portugal). Alguns imigrantes não possuem este primeiro pré-requisito por se encontrarem ilegais em Portugal.

O segundo pré-requisito é o comprovativo de morada. Para isto é suficiente apresentar o recibo de água, luz ou até mesmo a correspondência oriunda de instituições como uma seguradora. No que se refere ao número de identificação fiscal, basta que o imigrante se dirija a uma repartição de finanças para o requerer.

---

<sup>67</sup> Valor praticado pelos bancos (de acordo com informação obtida de forma informal).

<sup>68</sup> Check-list de abertura de conta do Banco Espírito Santo em anexo.



Por último, o comprovativo de profissão e da entidade patronal. Este pode ser obtido através da apresentação do recibo de vencimento ou de uma declaração da entidade patronal. Muitos dos imigrantes, estando em situação irregular, têm dificuldades em obter um contrato de trabalho, logo torna-se complicado solicitar este tipo de documento.

Não obstante, os bancos não veem como fator impeditivo para abertura das contas a falta de alguns destes itens requeridos ao imigrante. Verifica-se, assim, que a atuação dos bancos em Portugal nesta matéria não é consensual.

As dificuldades dos emigrantes não se resumem só a Portugal, mas também há problemas com os serviços prestados pelos bancos a operarem no país de origem (Guiné-Bissau) com a inexistência de um serviço bancário<sup>69</sup> eficaz e também a inexistência de conta bancária por parte dos destinatários. Este último constrangimento poderá estar associado a causas culturais. Deve dizer-se que a taxa de atividade bancária na Guiné – Bissau é muito reduzida.

É comum destinatário não ter conta bancária e, conseqüentemente, IBAN e SWIFT, tal como é solicitado pelas instituições financeiras nas transações internacionais de transferências bancárias.

Pelas razões invocadas, o serviço prestado pelas instituições bancárias não satisfaz a maioria dos imigrantes, mas sim as empresas que operam na Guiné-Bissau e com negócios em Portugal. Talvez para fazer face a essa contrariedade, alguns bancos apresentaram as seguintes soluções de poupanças e investimentos, como por exemplo:

O BES, por exemplo, através de uma empresa do grupo (BES Seguro), oferece um seguro BES BOAS-VINDAS<sup>70</sup> (ver Anexo G) dividido em três tipos de produto: “Boas-vindas mais”, “Standard” e “Top”, em que a diferença do primeiro para os dois últimos é o valor que a seguradora paga aos herdeiros ou beneficiários – 5.000 Euros e 10.000 – Euros em caso de morte. No que se refere à assistência em qualquer um deles, o valor é de 5.500 euros, seja de acidentes pessoais ou necessidades de trasladação de pessoas de nacionalidade estrangeira e residentes em Portugal que pretendam garantir o regresso ao país de origem em caso de morte.

---

<sup>69</sup> Tele envio ou transferências com cartão de débito ou crédito para Guiné-Bissau.

<sup>70</sup> De acordo com a ficha do produto e o folheto de condições gerais e especiais do BES BOAS-VINDAS.

Pelo que é necessário satisfazer algumas condições para a sua adesão ou seja o emigrante deverá ser:

- ✓ Ser titular da conta BES Boas-Vindas do BES;
- ✓ Ter idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 60;
- ✓ Ter nacionalidade estrangeira e ser residente em Portugal.

O BES também apresenta um outro serviço de envio de dinheiro, o BES Express, que só abrange 4 países (Brasil, Cabo Verde, Ucrânia e Moldávia) e é um serviço efetuado no multibanco e funciona como um pagamento de serviço.

Por seu turno, o Millennium BCP também apresenta uma solução de poupança idêntica à do BES Boas-Vindas, com um custo mensal de 4 euros, mais imposto de selo. Com estas duas soluções, os bancos estão a dar respostas à “inquietação” inicial dos imigrantes guineenses, nomeadamente quanto a trasladação do corpo para o país de origem.

O BES disponibiliza junto da população imigrante um outro produto associado ao BES Boas-Vindas, que é uma ferramenta de envio de dinheiro para os países de origem, através de um Cartão Pré-Pago, emitido no âmbito das redes multibanco e VISA Internacional, e que é utilizável apenas em ambiente eletrónico (ATMS e POS).

Este serviço consiste na atribuição de dois cartões ao imigrante, sendo um para enviar ao beneficiado das remessas para futuros levantamentos e o outro para o emigrante. Para o mesmo serviço existe um limite máximo de 2.500,00 euros/mês para carregamentos. Os carregamentos ficam logo disponíveis; no entanto, as transferências efetuadas no território nacional para a conta/cartão, só ficam disponíveis entre 2 a 3 dias, na Guiné – Bissau.

Os custos associados a este serviço são os seguintes: a anuidade é de 10,00 euros, sendo gratuita a anuidade do 1º Cartão Familylinks, emitido no âmbito da abertura da conta de depósitos à ordem BES Boas Vindas, e enquanto a referida conta permanecer aberta, a esse valor devemos adicionar também imposto de selo à taxa de 4%. A substituição do cartão tem um custo de 10,00 euros, o pedido é efetuado pelo titular da conta BES Boas Vindas, a primeira substituição do cartão pode ser isenta do custo de substituição.

O custo que está associado ao levantamento no ATM, fora da zona EURO é de 1,25% sobre o valor levantado mais 1% do imposto do selo, aplicado sobre o valor do levantamento.

Mesmo existindo outros custos de contexto, como tempo<sup>71</sup>, as vantagens atrás referidas são as mais relevantes para um imigrante.

#### **IV. 9. Acesso aos serviços bancários.**

Até este momento, em Portugal, existem duas instituições bancárias que possuem boas práticas no que diz respeito à abertura de uma conta bancária por parte de imigrantes residentes em Portugal.

Em 2004, foi criado pelo Millennium BCP, a conta passaporte – uma conta à ordem com isenção de comissão e de anuidade do cartão electron Nacional e Internacional, bem como um seguro de acidente pessoal gratuito, que inclui uma cobertura de risco de saúde e acidentes pessoais com um custo de 6 euros mês. Acresce Imposto do Selo à taxa de 4%.

Por seu turno, o BES criou em 2006 uma oferta de serviço – o BES BOAS-VINDAS, que possibilitando ao titular da conta um leque variado de serviços, tendo um custo associado de 3,75 euros mês e um acréscimo de 2,5 euros, com domiciliação de ordenado Dias *et al.*, (2009:51).

Já em 2007 surge um plano para integração dos imigrantes, constituído por 120 medidas<sup>72</sup> criadas pelo Governo Português, das quais duas<sup>73</sup> apresentam como objetivo melhorar as condições de acesso a serviços financeiros e bancários para imigrantes de forma eficiente.

É importante referir que qualquer imigrante guineense, com idade compreendida entre os 25 e os 35 anos de idade, e que esteja com situação regularizada e resida em Portugal, ou seja, com autorização de residência ou de permanência em Portugal, tem ao seu dispor a possibilidade de abrir uma conta bancária (ver Anexo H). A oferta disponibilizada pelos bancos poderá até

---

<sup>71</sup>[http://www.contacartao.com/jsp/portlet/c\\_consumerprogram\\_home.jsp;sess=LUzqwtgTQp02p1B1vfDTC3kiI7wazCcPc8PIPOUYJMoCDzlmQdFcV!-](http://www.contacartao.com/jsp/portlet/c_consumerprogram_home.jsp;sess=LUzqwtgTQp02p1B1vfDTC3kiI7wazCcPc8PIPOUYJMoCDzlmQdFcV!-)

[1301688036!167774213!80!7002?page.jsp;page=consumer/bes\\_acct\\_holder/gc\\_fees.jsp](http://www.contacartao.com/jsp/portlet/c_consumerprogram_home.jsp;sess=LUzqwtgTQp02p1B1vfDTC3kiI7wazCcPc8PIPOUYJMoCDzlmQdFcV!-1301688036!167774213!80!7002?page.jsp;page=consumer/bes_acct_holder/gc_fees.jsp), acedida em 25 de Abril de 2010

<sup>72</sup> Plano para a integração dos imigrantes Resolução do conselho de Ministros n.º 63-A/2007 de 3 de Maio.

<sup>73</sup> Medida 18 “Sensibilização do Sistema Bancário para maior Abertura ao Acesso ao Crédito por parte de Imigrantes” e a medida 103 “Sistema Financeiro de Envio de Remessas mais Eficientes”.

estar desadequada para os imigrantes guineenses, uma vez que não lhes permite fazer transferência de remessas para a Guiné-Bissau. Mas a responsabilidade da não adequação desses serviços associados a estas contas bancárias não é exclusiva dos bancos comerciais portugueses, é também das instituições bancárias sedeadas na Guiné. Deve dizer-se que esta oferta poderá não ser adequada dadas as necessidades particulares dos imigrantes, nomeadamente características das transferências de remessas para o país de origem. A Guiné-Bissau é, neste momento, o único país lusófono que não conta com a presença de bancos portugueses, talvez pela sua reduzida atividade bancária, estimando-se que só dois por cento da população tem acesso e utiliza os serviços bancários. Esses dois por cento podem ser explicados da seguinte forma: razões de ordem educacional ou cultural, as quais influenciam a relação do imigrante e do beneficiário com o sistema bancária

Como atrás já foi referido, aquando da caracterização dos emigrantes guineenses, a maioria são funcionários públicos que sempre auferiram os seus vencimentos através de dinheiro vivo, uma vez que o Estado não possuía a prática de pagamento através de transferência bancária. Um outro grupo de migrantes é proveniente do interior do país onde não existia nenhuma instituição bancária.

Deve-se salientar ainda que até 1997 o sistema financeiro a operar na Guiné era composto por um reduzido número de instituições bancárias – o Banco Internacional da Guiné (BIG) e o Banco Totta & Açores. O primeiro faliu<sup>74</sup> e o segundo funcionou até 1998/99, acabando por sair do mercado guineense devido à guerra de 7 de Junho.

A integração da Guiné, em 1997, na União Económica Monetária da África Ocidental (UEMOA), foi um fator de incremento para o surgimento de novas instituições bancárias como o Ecobank; Banco da União; e Banco Regional de Solidariedade.

---

<sup>74</sup> Notícias do jornal oje, que pode ser consultado em: <http://www.oje.pt/noticias/afrika/actividade-reduzida-e-integracao-na-uemoa-deixa-guine-bissau-fora-da-rede-dos-bancos-portugueses>. Acedido em 10 de Abril de 2010

#### **IV.10. Destino das remessas.**

A utilização das remessas é feita através de dois níveis:

- ✓ Nível macroeconómico;
- ✓ Nível das famílias.

Ao nível macroeconómico, as poupanças externas são uma excelente forma de promover desenvolvimento.

Ao nível das famílias observa-se uma melhoria das condições de vida dos familiares dos emigrantes, tornando assim a emigração um projeto familiar.

No que diz respeito à primeira hipótese, as remessas têm servido para proporcionar uma educação melhor aos filhos e familiares, visto que o sector de educação ainda vive uma constante instabilidade. O Ministério da Educação e os professores tardam a chegar a um acordo e muitas das vezes o ano escolar não chega ao fim<sup>75</sup>. Segundo a mesma fonte, a Guiné-Bissau só consagra 6% do orçamento geral de Estado ao sector educativo e a esse facto devemos juntar também a emigração dos melhores professores do sistema de ensino guineense para Cabo-Verde. Em 2003, assistiu-se à decretação do ano escolar em branco, porque os alunos das escolas públicas não chegaram a fazer um trimestre de aulas nesse ano.

Esta desacreditação do sistema de ensino guineense é muitas vezes resolvida com a injeção de remessas de emigrantes, que podem assim matricular os seus filhos e familiares nas escolas privadas, evitando correr o risco de os filhos perderem o ano escolar.

Por outro lado, também se pode falar de uma outra fragilidade institucional, no sector de saúde. Muitas vezes as pessoas têm que recorrer a clínicas privadas ou enviar os seus familiares para o Senegal, de modo a suprir essa necessidade, no internamento/tratamento, na cirurgia e na aquisição de medicamentos.

Também as remessas servem para a construção de casa própria e para a realização de projetos de cariz solidário (criação de escolas e posto de saúde no interior do país), onde outras ajudas demoram a chegar.

---

<sup>75</sup> Conforme a notícia publicada pela panapress  
<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por003893&dte=23/04/2009>

Estes factos foram facilmente comprovados através dos questionários realizados junto as remetente das remessas em Portugal para a Guiné-Bissau, onde as despesas do quotidiano: alimentação, educação dos filhos e familiares e a parte que cobre as despesas com saúde são representadas por remessas extraordinárias.

Quanto a segunda hipótese, o PNB guineense encontra-se subavaliado, devido à informalidade nos envios de remessas. A prática de envios de remessas formais não é muito significativa por parte dos imigrantes guineenses devido a alguns constrangimentos impostos pelas instituições financeiras e também por desconhecimento dos produtos financeiros que são oferecidos pelas instituições.

De acordo com BCEAO (2008)<sup>76</sup>, o valor das remessas atingiu no ano passado cerca de 34 milhões de euros, segundo dados providentes das setes agências a operarem na Guiné-Bissau.

Segundo a Nancy Tolentino (2009), estima-se na Africa Subsariana, que os fluxos informais são em 45 e 65 % maiores do que as remessas formais, mas esta estimativa poderá variar<sup>77</sup> se o custo de transação situar entre 2 a 5%.

Tendo em conta a importância crescente das remessas, quando comparadas com o peso (rácios de dependência) de alguns indicadores vitais para o país, como o IDE e o APD, deveria ser do interesse do Estado em captar mais esse recurso.

De acordo com o estudo de Tolentino *et al.* (2008:98-103), as remessas têm um impacto enorme no desenvolvimento de um país, impacto esse que pode ser sentido no incremento do nível de vida dos familiares. Afinal, a emigração é um projeto familiar com o intuito de se melhorarem as condições de vida tanto do imigrante como da respetiva família.

Mas os efeitos positivos do envio de remessas não ficam só por aí, devem destacar-se também outras atividades geradoras de rendimentos, como por exemplo a dos *toca-toca*<sup>78</sup>, que são

---

<sup>76</sup> *Rapport Annuel de la Commission Bancaire de l'UMOA – 2008.*

<sup>77</sup> Uma variação entre 35 e 75%.

<sup>78</sup> *Toca-toca* são os transportes colectivos mais comuns de Bissau para circular no país e são fornecidos pelas entidades privadas.

fonte de rendimento de muitos emigrantes e cujas receitas irão proporcionar o bem-estar do emigrante bem como dos seus entes queridos.

As remessas também possibilitam aos beneficiários que se invista no fomento do capital humano através da percentagem do valor das remessas destinada à educação dos filhos e aos cuidados de saúde.

Deve-se no entanto referir o caso da associação “filhos e amigos de bahcil” que, na aplicação dos seus projetos sociais através da sua filial na Guiné, produz junto da comunidade local um impactos positivos em termos de acessos a um certo tipo de serviços, nomeadamente o projeto em curso - “construção de posto de saúde” e a criação de emprego para os locais, proporcionando assim o desenvolvimento da comunidade local.

A atracção das remessas deve ser entendida pelas entidades governamentais como uma excelente oportunidade de fazer face a algumas insuficiências financeiras do país e também à fraca capacidade de influência da agenda internacional na atracção de investimentos diretos estrangeiros para os seus países.

É importante que se definam políticas eficazes, de modo a atrair poupanças dos emigrantes. No caso guineense é urgente fortalecer e credibilizar os sistemas financeiros, de modo a que se deixe pouca margem aos operadores do mercado informal, que por vezes podem ser utilizados como instrumentos para a lavagem de capitais ilícitos.

Como já foi dito atrás, a história da migração guineense é recente, devendo por isso aproveitar-se alguns ensinamentos dos demais países, como Brasil, Portugal e México, que possuem uma longa história de políticas de incentivos praticadas pelas demais nações no que respeita à captação de remessas. Estas práticas vão desde i) remessas obrigatórias, que consistem na assinatura por parte do emigrante de um termo de responsabilidade no momento de concessão de visto, de modo a que seja enviado, por meios formais, uma certa percentagem do seu rendimento; ii) produtos financeiros, que oferecem ao imigrante excelentes taxas de retornos nos certificados de aforros; iii) simplificação do processo da transferência, de modo a ser feito em qualquer lugar e a qualquer hora; iv) facilitar o acesso aos serviços de remessas pelos imigrantes em situação irregular;<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> Caso dos mexicanos nos Estados Unidos de América Em 2001, o acordo de ambos os governos, possibilitou ao portador do Cartão de Identidade consular abrir contas bancárias e movimenta-las.

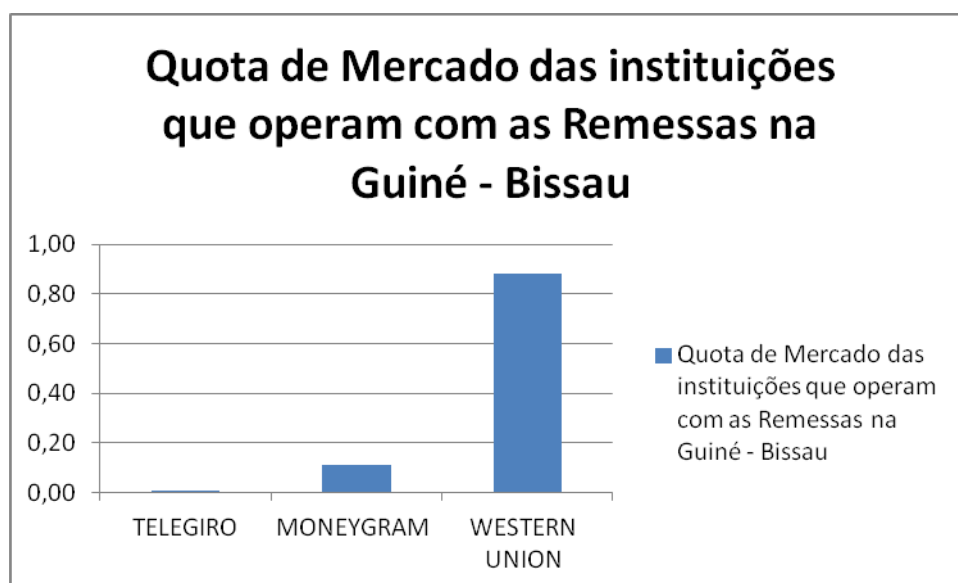
v) captação de remessas, como o caso brasileiro, incentivando as empresas de envio de remessas com a isenção comissões sobre montantes enviados, permitindo assim transferência de custo nulo para o emigrante; vi) criação de fundo de contrapartida de habitação, visto que o desejo de ter casa própria ou de melhorar a habitação de que já dispõe é um dos objetivos que leva o emigrante a enviar a sua remessa; vii) criação de depósitos bancários com taxas especiais, ou seja, superiores ao praticado no mercado, e concessão de benefícios fiscais para estas contas.



#### IV.11. Mercado das remessas na Guiné.

De acordo com os dados oficiais do BCEAO na Figura II – Quota de mercado das instituições que operam no mercado das remessas na G.B, nomeadamente da sua agência principal de Bissau, estão a operar na Guiné-Bissau sete sociedades<sup>80</sup>, destacando-se a Western Union pela sua quota de mercado, a qual estabeleceu parcerias com quatro dos cinco bancos a operarem na Guiné-Bissau, permitindo assim aos guineenses enviarem e receberem as suas remessas através das sucursais destes bancos, no qual a abertura da conta bancária não é uma condição necessária para se efetuarem as transações de envio e receção de remessas. Além desta, destaca-se a Money Gran que tem parceria com o Banco da África Ocidental e a Telegiro, que é a única a operar sem parceria no mercado guineense.

Figura II – Quota de mercado das instituições que operam no mercado das remessas na G.B.



Fonte: Dados do *BCEAO TRANSFERTS REÇUS(XOF) ANNEE 2008*

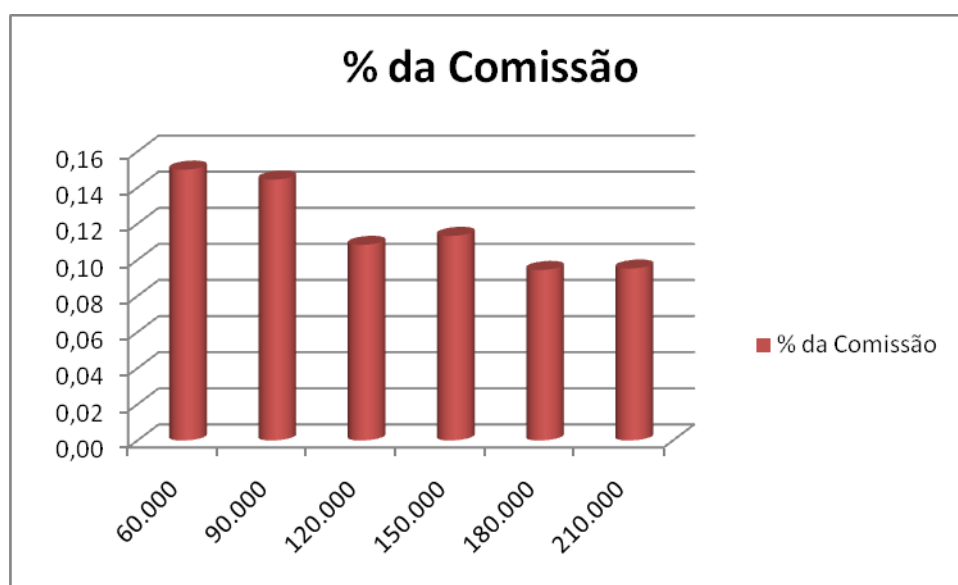
A parceria entre a Western Union e as instituições bancárias que operam na Guiné-Bissau, para o ano de 2008, teve um peso de 88% no total das remessas enviadas por imigrantes guineenses, relegando a Money Gran para segundo lugar com 11% das remessas.

Neste mercado a Telegiro não possui uma quota nada significativa, onde tende-lhe cabido apenas 0,1% das remessas.

<sup>80</sup> Western Union/Sofib, Western Union/Brs, Western Union/Bdu, Western Union/Ecobank, Money Gram/Cgt, Money Gram – BAO, Telegiro.

De acordo com a Figura III – Percentagem das comissões cobradas pelas empresas do mercado das remessas, deve acrescentar-se que as parcerias da Western Union e Money Gram não têm como objetivo a redução de custos dos envios das remessas, mas sim a exploração de posições dominantes no mercado, atividade que as leva a praticar preços pouco acessíveis para muitos imigrantes. Aliás, parte das receitas do seu *core business*, são provenientes das comissões pagas nos valores de 60.000FCFA a 210.000FCFA, que em média os emigrantes transferem.

**Figura III – Percentagem das comissões cobradas pelas empresas do mercado das remessas**



Fonte: Coûts des opérations de transferts de fonds- Money Gram CGT/Western Union 2008

Os custos de transferência associados a estas verbas, por parte dos imigrantes, são de 10 a 15% do valor que é enviado, a que devemos ainda acrescentar o imposto do selo.

Para quantias superiores a 210.000 FCFA, os custos de transferência não ultrapassam uma média de comissão de 5%, valores que dificilmente o imigrante consegue poupar e depois enviar.

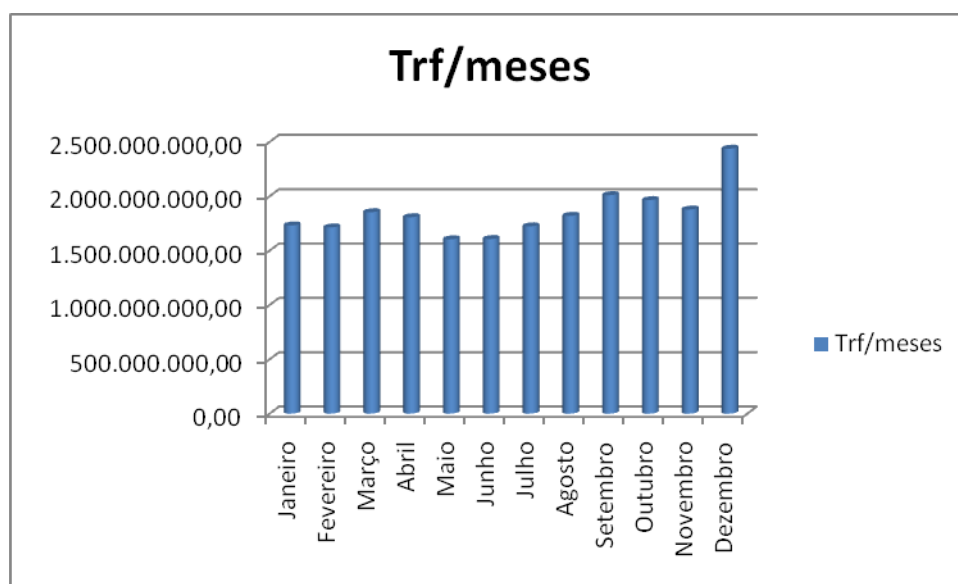
#### IV.4.12. Época Alta das Remessas

De acordo com os dados do BCEAO, referentes a remessas formais para o ano de 2008, os períodos em que se registam maiores fluxos de envios de remessas são em parte, iguais a aqueles em que se regista maiores fluxos de remessas informais. A Figura IV – Fluxo das transferências em meses do ano, ilustra o período de Agosto a Abril como período forte de envios de remessas por parte dos imigrantes guineenses.

O crescente fluxo de remessas nesses períodos é justificado pelo decorrer de períodos festivos como Carnaval, Páscoa, Natal, Ramadão e também o das cerimónias de *“toca cthur”*<sup>81</sup>.

Pode dizer-se que essas remessas servem quase exclusivamente para o consumo durante esses períodos. Os períodos que vão de Maio a Julho, devemos considerá-los como época baixa. Esta é a altura de preparação dos terrenos para a agricultura e de campanha da castanha de caju por parte dos locais, sendo esta uma hipótese de explicação para a redução do envio de remessas.

Figura IV – Fluxo das transferências em meses do ano

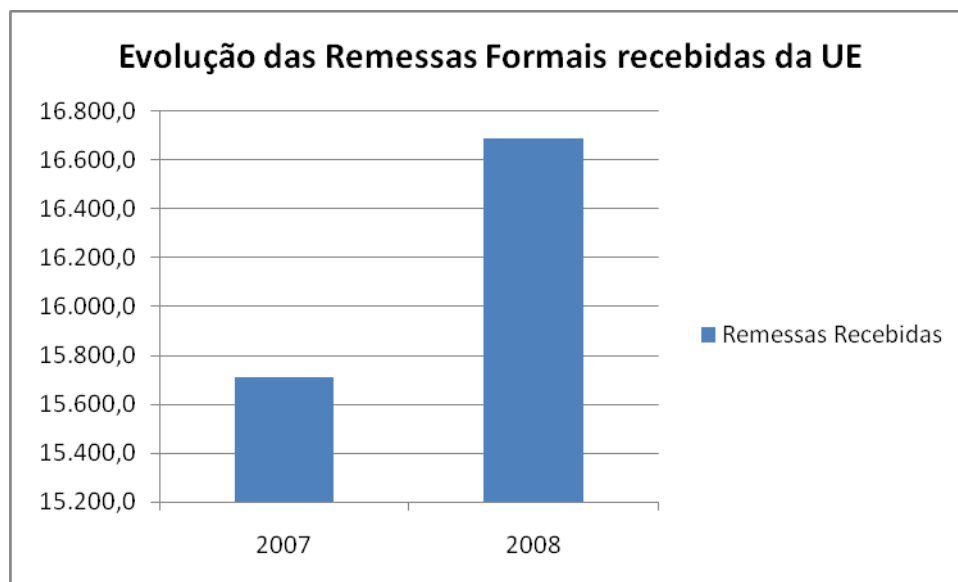


Fonte: Dados do BCEAO TRANSFERTS REÇUS(XOF) ANNEE 2008

<sup>81</sup> Cerimónia de culto que é praticado em homenagem aos mortos. Dura três dias, durante os quais se abatem animais, como vacas, porcos, galinhas, e se ingere muita bebida.

De acordo com os dados do BCEAO, analisando só os fluxos de remessas, provenientes da União Europeia, observa-se uma forte evolução destes fluxos. De 2007 para 2008, houve uma evolução favorável de fluxos dessas remessas em cerca de 10%.

**Figura V – Evolução das remessas enviadas da U.E. para Guiné – Bissau**



Fonte: Dados do *BCEAO TRANSFERTS REÇUS(XOF) ANNEE 2008*

#### **IV.13. Fatores determinantes na escolha do canal para envio de remessas**

A grande maioria dos imigrantes a residirem em Portugal desconhece algumas das formas de envio de remessas para o seu país natal. Este desconhecimento não permitirá ao imigrante a escolha mais adequada mediante o leque total de ofertas disponibilizados pelas instituições/agências de envio de remessas.

De acordo com o levantamento efetuado dos canais formais/informais de envio de remessas e de acordo também com o conhecimento do valor médio que é transferido mensalmente por imigrante, conclui-se que muitas vezes as escolhas efetuadas pelos migrantes não são as mais eficientes.

Pelos canais informais, enviar através do portador de boa vontade uma verba de qualquer montante não possui nenhum custo.

No entanto, as casas de comércio dos imigrantes guineenses, ou lojas de produtos africanos, que intitulamos de PME, também possuem valência de agências de envios de remessas.

Enviar dinheiro através destas agências tem um custo de €5, para o montante de €201 e de €10 para valores superiores a €202, ou seja, o custo de transação informal está compreendido dentro do seguinte intervalo [0%; 0,05%]. Contudo, pelos canais formais ou agências como a Western Union e Money Gran, o envio de uma verba no valor de €250 terá um custo de €26,50; esse valor representa um custo de transação de 10,60%.

Quanto aos serviços que são prestados pelo banco constata-se o seguinte:

A ausência de instituições bancárias na Guiné, que operam com IBAN e SWIFT, conduz a uma dificuldade dos bancos em executar a transferência direta para a Guiné-Bissau, deixando uma outra alternativa: os bancos portugueses efetuam transferência para outros bancos da região e esses por sua vez transferem para um banco na Guiné-Bissau. Porém, este serviço nunca terá um custo inferior a €0.

A segunda hipótese é o serviço que é disponibilizado pelo BES, o serviço de *contacartão*, cartão pré-pago, que possibilita carregamentos até €2500/mês.

Para um carregamento de €250, o titular do cartão terá um custo fixo de 1,25% sobre a quantia levantada fora da zona euro mais a parte variável de 1% do imposto do selo sobre o valor. Neste caso, teremos para o montante referido o seguinte custo<sup>82</sup>:  $[250*0,0125 + 250*0,001] = €3,13 + €2,5 = €5,63$ .

Em suma, depois de analisadas as formas de envio de remessas e as comissões associadas a cada modalidade, conclui-se que a opção dos imigrantes no envio das suas remessas por canais informais é mais racional quando comparados os custos associados a cada uma das outras modalidades existentes por canal formal.

Note-se que estas modalidades informais não levam a uma relação de vínculo entre quem envia e a entidade. Já o serviço que é disponibilizado pelo BES implica um vínculo entre o imigrante e a instituição e não possui um custo muito elevado. No entanto, a sua prática é quase desconhecida ou pouco utilizada, por um lado por falta de conhecimento por parte dos imigrantes guineenses, por outro, pelo desconhecimento dos funcionários do banco.

---

<sup>82</sup> Pode-se também acrescentar o custo de oportunidade por se esperar 2 a 3 dias para o dinheiro ficar disponível depois do emigrante efectuar o carregamento do cartão.

Também a Guiné-Bissau não possuía terminais de ATM com serviço VISA, só recentemente, desde 2007, é que passou a possuir o sistema GIM-UEMOA (equivalente ao VISA), possibilitando ao portador do cartão bancário a utilização em qualquer terminal automático de bancos que façam parte do espaço da UEMOA.

Também o serviço de vale postal, que os CTT disponibilizam, tem um custo associado mais elevado do que os cartões pré-pagos do BES, o que, associado ao tempo de demora na entrega e também ao desconhecimento da sua existência pela grande maioria da população migrante, leva a que poucos o utilizem.

No entanto, a Western Union e a Money Gran, possuem um custo mais elevado em comparação com os restantes serviços, pois cobram cerca de 11%<sup>83</sup> do valor da verba. Este facto, por si só, faz, com que cada vez menos imigrantes utilizem este serviço, que é procurado apenas em caso de urgência.

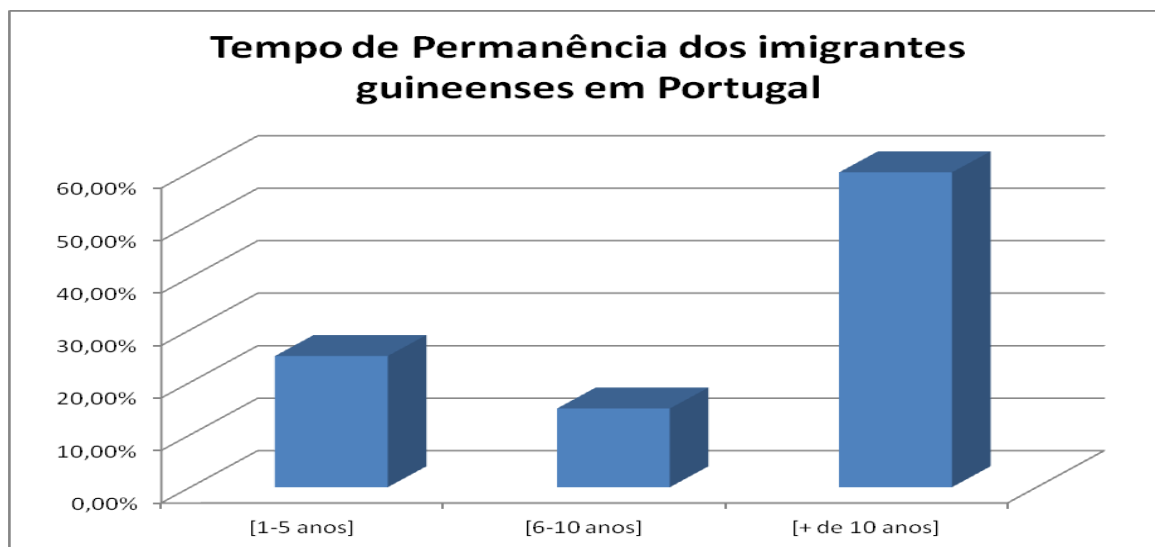
---

<sup>83</sup> Valor medido em comparação com os valores que os emigrantes costumam enviar.

#### IV.14. Perfil do imigrante face ao envio de remessas

Numa amostra de vinte (20) questionários aplicados (ver Anexo I) aos imigrantes guineenses a residirem em Portugal, constatou-se o seguinte quanto ao tempo de permanência dos imigrantes no país: 25% dos imigrantes têm menos de cinco anos, 15% menos de dez e 60% mais de dez anos (conforme dados do gráfico abaixo).

**Figura VI – Tempo de permanência dos imigrantes guineenses em Portugal**



Fonte: Inquérito perfil do imigrante/remessas

Constatou-se também que a estratégia inicial dos imigrantes guineenses, que era a acumulação rápida de rendimentos por forma a regressar rapidamente à Guiné, deixou de ser válida e transformou-se no alargamento do período de permanência em Portugal.

Esta situação está intimamente correlacionado com a situação difícil<sup>84</sup> que se vive na Guiné-Bissau e também de acordo com (RIFA:18-21,2009), as constantes alterações legislativas<sup>85</sup>

<sup>84</sup> Período de instabilidade política que culminou numa guerra civil, que teve o seu término em Maio de 1999. Durante esse período conturbado, registaram-se pelo menos dois golpes de estado, duas nomeações de chefes de estado interino e três eleições, das quais duas presidenciais e uma legislativa. Esta instabilidade política terá resultado ela própria de uma série de recessões económicas.

<sup>85</sup> Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro, que permitiu a concessão de um título provisório pelo período de um ano; Lei n.º 17/96, de 24 de Maio, que permitiu a emissão de um título provisório anual, renovado anualmente até ao período de três anos; Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro.

em Portugal, no âmbito da Regularização Extraordinária, que contribuíram de forma substancial para a melhoria das condições de vida dos imigrantes guineenses.

No dia 3 de Agosto de 2007, entrou em vigor a Nova Lei de Estrangeiros (Lei nº 23/2007 de 4 de Julho), que estabelece o Regime Jurídico de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Cidadãos Estrangeiros do Território Nacional. Esta nova lei não prevê qualquer processo de regularização extraordinária, mas mudou a vida de imigrantes que reúnam as condições legalmente previstas, ou seja, a posse de documento de viagem válido e a posse de meios de subsistência.

Com esta lei, no que diz respeito ao exercício de uma atividade profissional, quem possuir uma oferta de trabalho e se encontrar no país de origem ou quem entrar em Portugal com visto de turista e posteriormente começar a trabalhar de forma legal, pode requerer a autorização de residência.

Com as autorizações de permanências/residências ou visto de trabalho o imigrante tem direito ao reagrupamento familiar. Esse processo abrange cônjuge, filhos, companheiras/os.

O facto de a nova lei reconhecer o "direito à saúde, à educação e também a figuração do reagrupamento familiar" permitiu que os migrantes se fixassem em Portugal mais do que tinham perspectivado.

O perfil do imigrante guineense que costuma enviar remessas é maioritariamente constituído pela população masculina que corresponde a 55% da amostra contra os 45% da população feminina, como se lê no quadro IX.

#### **Quadro IX – Perfil do imigrante remetente de remessas**

Perfil do imigrante remetente de remessas				
Homens	Casados	8	72,73%	55,00%
	Solteiros	3	27,27%	
Mulheres	Casadas	5	55,56%	45,00%
	Solteiras	4	44,44%	
Total		20	100,00%	100,00%

Fonte: *Inquérito perfil do imigrante/remessas*



Ainda dentro da população masculina, a maioria, ou seja, 73% são casados e os 27% correspondem aos solteiros; quanto ao universo feminino, a situação é um pouco mais equilibrada, onde 56% das mulheres são casadas e 44% ainda são solteiras.

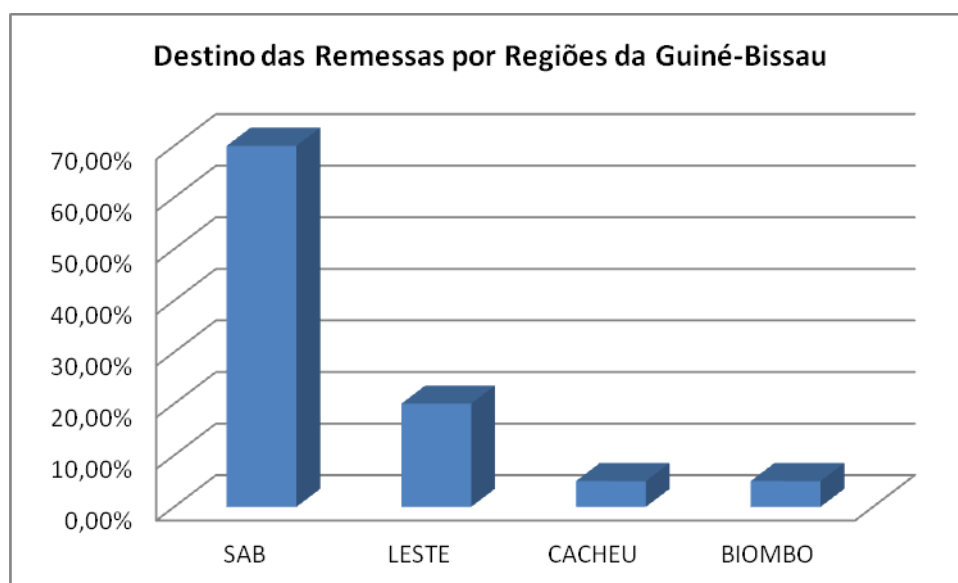
Esta evolução para o equilíbrio dos géneros dos imigrantes guineenses também está intimamente ligada com as constantes mudanças na lei da imigração portuguesa.

No entanto, no que se refere à religião, pode-se dizer que estamos perante um empate técnico, onde 50% da população inquirida é de religião muçulmana e os restantes são de religião católica/animista.

De acordo com o inquérito, pode-se dizer que 70% das remessas se destina ao Sector Autónomo de Bissau, 20% à região leste e 5% às regiões de Biombo e Cacheu.

Estes resultados só vieram reforçar a ideia inicial de que o Sector Autónomo de Bissau é um trampolim para a migração guineense.

**Figura VII – Destino das remessas por regiões da Guiné-Bissau**



Fonte: *Inquérito perfil do imigrante/remessas*

Verificou-se também que, dos vinte (20) inquiridos, apenas um (1) recorreu aos canais formais de envio de remessas, tendo os restantes dezanove (19) recorrido aos canais informais. O recurso a canais informais pelo imigrante é o mais frequente, sendo o uso de canais formais feito apenas em caso de urgência, excetuando a situação de uma imigrante

guineense que trabalha em Espanha e não possui a alternativa de recorrer a canais informais como os que vivem em Portugal.

A maioria dos imigrantes começou a enviar as suas remessas assim que conseguiu os primeiros rendimentos resultantes dos seus empregos.

Os destinatários das remessas são, de um modo geral, pais, filhos, cônjuge e alguns familiares próximos.

No que se refere à utilização das remessas, elas servem para fazer face às despesas de alimentação e educação dos seus familiares; as despesas de saúde são sempre colmatadas com as remessas extraordinárias.

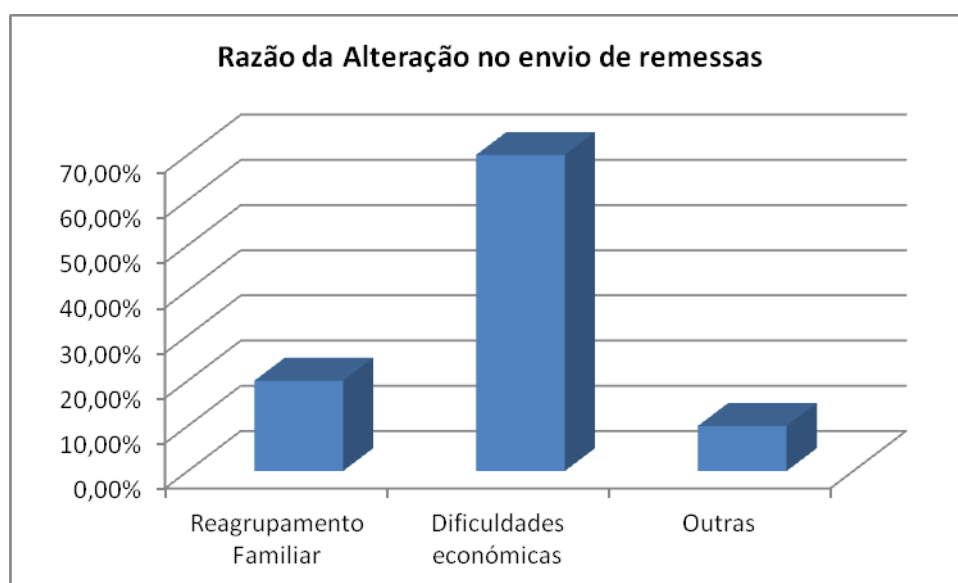
Para a maioria dos imigrantes, o valor médio a enviar está dentro do intervalo de 100 a 150 Euros por mês.

Os imigrantes solteiros ou a viverem sozinhos em Portugal costumam enviar as suas remessas mensalmente; quanto àqueles que já são casados e a viver com as suas famílias costumam fazê-lo num intervalo de 2 a 3 meses, tirando situações excepcionais de alguma urgência.

No que se refere à alteração do valor enviado, 85% dos imigrantes inquiridos admitiram que os valores que costumam enviar diminuiu, enquanto 15% dos inquiridos viram os seus valores aumentados ou inalterados.

Estes últimos continuam a ter as suas famílias nucleares na Guiné-Bissau; um dos inquiridos explica o aumento com o envio de remessas de produtos como roupas, acessórios de moda e cosmética, visto que muitos guineenses viram incrementado o seu poder de compra.

**Figura VIII – Razão da Alteração no envio de remessas**



Fonte: *Inquérito perfil do imigrante/remessas*

As razões que levaram à diminuição do envio de remessas são em primeiro lugar as grandes dificuldades económicas resultantes do desemprego (70%) <sup>86</sup>; 20% dos inquiridos viram os seus valores a diminuir devido ao reagrupamento familiar; os restantes 10% já não têm família direta na Guiné-Bissau.

<sup>86</sup> Esta situação levou a que muitos guineenses optassem por novos destinos de migrações ou por países que possuem um estado social mais favorável

Este projeto constituiu para mim um tremendo desafio, onde o pensamento crítico e reflexivo foi a sua base e permitiu, para além de caracterizar um povo na circunstância de imigrante, identificar alguns problemas inerentes bem como benefícios, traduzidos em remessas, para os familiares e para o país de origem.

Um dos grandes desafios com que me deparei na elaboração do projeto foi a separação do eu e do nós na análise da população guineense devido à minha ligação social e afetiva à matéria, a qual, no entanto, não me impediu de identificar problemas e tirar conclusões de modo objetivo.

A história da migração intercontinental guineense é muito recente e deu-se por dois fatores motivacionais distintos: o primeiro de ordem económica e o segundo de ordem política.

Quanto aos fatores económicos associados a este fenómeno reconhece-se o impacto da aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) em 1987 criado pelo Estado Guineense com ajuda do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Quanto às motivações políticas estas estão relacionadas com a história recente de instabilidade política e de alguma insegurança que se vive no país, podendo juntar-se a esses factos os recentes acontecimentos de 1 de Março de 2009 vividos na Guiné. Isto obrigou muitas pessoas a deixarem o país, visto que a liberdade e as condições de vida dos guineenses já não estavam garantidas.

Estes dois fatores levaram a que Bissau passasse a ser um trampolim para a emigração. De acordo com os números da INEC (2005), a população guineense cresceu 140%, desde a independência até a data do censo.

Houve um crescimento da população residente na cidade de Bissau através do êxodo rural da população agrícola, que se deslocou para a cidade à procura de melhores condições de vida.

Pode dizer-se que o que está por trás da migração são problemas estruturais: i) baixos salários; ii) instituições fracas (quer públicas quer privadas).

Os guineenses na situação de imigrantes não construíram uma sociedade fechada sobre si próprios. É claro que há aspetos que são indissociáveis da vida quotidiana da maioria dos guineenses que são a prática dos seus usos e costumes, como as idas a muros, a djambacus ou às missas no Campo Grande. Elementos como músicas e trajes cerimoniais são presenças quase obrigatórias nos encontros de guineenses. Mas houve também a reinvenção de tradições, adaptadas à realidade da migração.

Quanto às suas práticas religiosas, estas não refletem a realidade que é vivida na Guiné-Bissau, visto que aqui os animistas representam o segundo maior grupo religioso da população guineense e na migração têm um peso muito marginal, tendo os católicos passado a ser a maioria. Concluímos, pois, que na imigração se dá uma mudança circunstancial e temporária da religião animista para a religião católica, embora se reconheça que o contexto (migração) em que lhes foi efetuada a pergunta quanto à sua autoidentidade religiosa teve influência nas respostas dadas.

Os manjacos e os mancanhas foram as primeiras etnias guineenses a migrarem para a Europa, mais especificamente para França, tendo a migração para Portugal ocorrido mais tarde.

Estas duas etnias possuem práticas religiosas animistas, onde a religião é manifestada através de elementos e práticas de tradição secular herdadas dos antepassados.

Os imigrantes guineenses construíram redes de interajuda, continuando a ser mestres na arte de bem receber o próximo, como demonstra o trabalho que é desenvolvido na Associação dos Filhos e Amigos de Bachil (AFAB).

Esta associação tem como objetivo fundamental promover ações de solidariedade entre os seus membros em caso de emergência (doença ou morte), para o que foi constituído um fundo social com as receitas provenientes das quotizações dos membros. Este fundo serve muitas vezes, nos casos de óbito de um dos associados ou familiares, para financiar a transladação do corpo para a Guiné, e também para participar nas cerimónias que terão de ser efetuadas na Guiné (toca tchur). Por exemplo, a pessoa que irá acompanhar as cerimónias poderá levar uma certa quantia para ajudar os mais velhos, entre outras ações, de acordo com os costumes.

Na migração, os guineenses também ganharam o sentimento de pertença relativamente a alguns lugares em Portugal, como Praça da Figueira, Rossio e Damaia, que também são referências para os seus familiares na Guiné-Bissau.

O aeroporto de Lisboa, tanto nas chegadas como nas partidas, é um outro lugar de referência para os guineenses. Nos dias de voo é um lugar de desfiles de trajes tal como de prática acentuada de crioulo. O uso do dialeto acaba por ser uma parte integrante da Guiné-Bissau, mas constitui, também, uma barreira física entre a Guiné e Portugal. O aeroporto de Lisboa é um lugar que para os guineenses está associado a dois sentimentos diferentes: nas chegadas há uma atmosfera de alegria e nas partidas, tristeza, visto que o migrante, ao ir despedir-se de algum familiar ou amigo, fica também com vontade de fazer aquela viagem, de poucas horas, para a sua terra natal.

Muitos dos projetos de imigração são projetos familiares, ou seja, o imigrante deixa o seu país com intuito de proporcionar uma vida melhor aos seus que ficaram para trás.

Para implementação deste projeto familiar, os imigrantes guineenses veem-se obrigados a utilizar mecanismos ao seu dispor para resolverem questões relacionadas com o envio de dinheiro aos seus familiares ao mais baixo custo.

Existem pelo menos três formas de envio de remessas de modo informal:

A primeira é através das associações de solidariedade social como a AFAB, cujo objetivo é apoiar os seus membros através de envio de remessas financeiras, entre outros instrumentos de ajuda social.

A segunda funciona da seguinte forma: a pessoa que quer enviar dinheiro deverá conhecer previamente esse portador ou então terá que se dirigir ao aeroporto e tentar encontrar um portador (o que poderá não ser muito difícil ou estranho uma vez que esta é já uma prática corrente). Dentro desta, podemos ainda colocar as estratégias empresarias das mulheres perante a migração (envio de remessas em forma de produtos de modo a serem transacionados na Guiné – Bissau). Isto leva-nos a concluir que as remessas informais dos emigrantes são mais eficazes do que as ajudas externas para o desenvolvimento, na busca dos objetivos pessoais, a ajuda externa iria tardar a chegar, dando assim a resposta a nossa primeira hipótese.

A terceira modalidade de envio pode dizer-se que é a mais dinâmica, uma vez que envolve várias pessoas (agentes económicos a operar regularmente nos seus próprios negócios correntes) e pode ficar totalmente processada em poucas horas, sendo que, em sentido restrito, ela é realizada com carácter informal.

Esta última modalidade aproveita a existência de pequenas e médias empresas sediadas na Guiné, mas com filiais em Portugal (ou vice-versa), que servem de “transferidores” das importâncias que se quer enviar.

Estas empresas permitem aos emigrantes o envio, de uma forma cómoda, das suas remessas sem terem de pagar os elevados custos “oficiais” de envio de dinheiro para a Guiné. Esta forma é cómoda porque todas elas possuem uma ou várias contas bancárias que são facultadas às pessoas que querem enviar dinheiro.

Há que sublinhar que nesta terceira modalidade os emigrantes são como que investidores destas pequenas empresas. E, por esse facto, estas recebem sempre dinheiro para as suas potenciais compras e abastecimento dos seus negócios da Guiné em Portugal, o que permite

ao empresário controlar muito melhor as suas receitas ou, pelo menos, dispor de um fundo de maneiio mais folgado.

Em termos práticos, as vendas efetuadas por estas empresas na Guiné providenciam a liquidez a entregar aos recetores das remessas iniciais enviadas de Portugal. Este processo acontece menos no sentido inverso (filiais na Guiné para as empresas guineenses que estão a operar em Portugal).

Esta situação só evidencia a nossa primeira hipótese onde: Algumas PME guineenses são “suportadas” pelas remessas informais, ou seja essas remessas permitirão aos empresários possuírem uma maior liquidez nos seus negócios, possibilitando, igualmente, lucrarem com operações informais.

A estimativa das remessas informais é uma tarefa muito difícil, mas, mesmo sem elementos metódicos de pesquisa sobre a sua quantificação, podemos dizer que em Portugal são mais frequentes do que as remessas formais, visto que o envio de remessas formais só é utilizado como último recurso ou em caso de extrema urgência devido ao elevado custo de comissão de envio.

Pode-se dizer que o custo associado ao envio de remessas nessas três modalidades é quase nulo. Para as duas primeiras, o custo de envio é nulo, ou seja, zero euros; para a última forma, o custo é de cinco euros por cada cem euros enviados.

Deve acrescentar-se que as parcerias entre a Western Union e Money Gran não têm como objetivo a redução de custos dos envios das remessas, mas sim a exploração de posições dominantes no mercado, atividade que as leva a praticar preços pouco acessíveis para muitos imigrantes. Aliás, parte das receitas do seu “core business” são provenientes das comissões pagas nos valores 60.000FCFA a 210.000FCFA que em média os imigrantes transferem.

Os custos de transferência associados a estas verbas, por parte dos imigrantes, são de 10 a 15% do valor do que é enviado, a que devemos ainda acrescentar o imposto do selo.

Para quantias superiores a 210.000 FCFA, os custos de transferência não ultrapassam uma média de comissão de 5%, valores que dificilmente o imigrante consegue poupar e depois enviar.

O período em que se registam maiores fluxos de envios de remessas formais (de Julho a Abril) é coincidente com o dos maiores fluxos de remessas informais.

O crescente fluxo de remessas nesses períodos é justificado pelo decorrer de períodos festivos como Carnaval, Páscoa, Natal e também o das cerimónias de “toca cthur ”. Essas remessas servem quase exclusivamente para o consumo durante esses períodos.

O período que vai de Maio a Junho deve ser considerado como época baixa. Esta é a altura de preparação dos terrenos para a agricultura e campanha da castanha de caju por parte dos locais, e é esta provavelmente a razão da redução do envio de remessas.

Para o Banco Mundial, as remessas mundiais encontram-se subavaliadas em cerca de 50% do seu valor total. Também as estimativas do FMI, PNUD e OCDE indicam que estas estão subavaliadas num intervalo de 35% a 75%. Isto leva-nos a concluir que o PNB guineense está subavaliado, dando assim resposta à nossa segunda hipótese: o PNB está subavaliado devido à informalidade das remessas dos emigrantes, que não entram para a sua contabilidade.

Os efeitos das remessas dos imigrantes na economia da Guiné Bissau são visíveis em termos de investimentos em produtos como vinho e açúcar, na construção de casa própria e na educação e saúde dos filhos e familiares.

Pode-se concluir que a migração, e subsequente remessa dos imigrantes, tem um impacto positivo na redução da pobreza, visto que os familiares dos imigrantes, ou seja, os beneficiários, recolhem benefícios sob a forma de rendimentos que lhes permitem ter uma vida um pouco melhor do que outras pessoas que não possuem familiares a trabalhar fora do país.

Apesar disso, esta não deve ser a única estratégia do governo guineense para atingir outro nível de desenvolvimento social.



## BIBLIOGRAFIA

ACIDI I.P. (2007) “ *Plano para Integração dos Imigrantes Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de Maio*” Lisboa.

ALMEIDA, André Corrêa d’ (2003) “*impacto da imigração em Portugal nas contas do Estado*”, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

ACIME (2003), I Congresso Imigração em Portugal “*Diversidade Cidadania – Integração*”, Lisboa.

Banco de Portugal (2008/09) *Evolução das Economias dos PALOP e Timor Leste*, Lisboa.  
Carlos Sangreman, Fernando Sousa Jr, Guilherme Zeverino, Miguel Barros (2006) *A evolução política recente na Guiné-Bissau, As eleições presidenciais de 2005, Os conflitos, O desenvolvimento, A sociedade civil*, CESA, Lisboa.

CARDOSO, Carlos. *A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil*. Lusotopie. Disponível em:  
<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/cardoso.rtf>, Acesso em: 24 de Outubro de 2011.

Dias, Bruno et al (2009), “*Sindicatos e Imigração em Portugal*”, Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural ACIDI I.P., Lisboa.

DENARP (2005), *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – Guiné – Bissau*.

Fernando Luís Machado, *Contrastes e Continuidades – Migração. Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta. Editora, 2002.

Horácio C. Faustino, João Peixoto e Patrícia Baptista (2009) “*As características da imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral*” ACIDI I.P., Lisboa.

Hugon, Phillepe (1999), 2.<sup>a</sup> Ed – *Economia Africana*, Vulgata.

Imbali, F. (1993) *Os efeitos sócio-económicos do programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau*, INEP, Bissau.

Instituto Nacional de Estatística e Censos (2005) *Guiné – Bissau em Números*.

ICEP PORTUGAL (2004) *Ficha de Mercado – Guiné – Bissau*.

IPAD (2009) *Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*, Lisboa.

Joana Miranda Figueiro (2005), *Fluxos Migratórios e Cooperação Para o Desenvolvimento Realidades Compatíveis no Contexto Europeu*, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, i.p Fundação para Ciência e Tecnologia.

João Peixoto (2008), *Imigração e Mercado de Trabalho*, ACIDI I.P., Lisboa.

Marina Kolarova, João Peixoto (2009) “*Sindicatos e Imigração em Portugal*” Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural ACIDI I.P., Lisboa.

Mankiw, N. Gregory, (1997) “*Macroeconomia*”, Terceira Edição, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

QUINTINO, Maria Celeste Rogado (2004) “*Migrações e etnicidade em terrenos portugueses: guineenses: estratégias de invenção de uma comunidade*”, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.

Rodrigues, Alexandre Reis., Santos, Américo Silva (2007), Bissau em chamus, Casa das Letras.

SEF (2008), Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo, Lisboa

Tolentino, André C., Rocha, Carlos M. E Tolentino, Nancy c. (2008) *A importância e o Impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de cabo verde*, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, i.p. e Fundação Calouste Gulbenkian.

Tolentino, Nancy (2008) “*Remessas e (potencial) desenvolvimento*”. Trabalho no âmbito do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG / Universidade Técnica de Lisboa.

## **SÍTIOS DA INTERNET:**

(Panapress-Archives. 23 de Abril de 2009)

<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por003893&dte=23/04/2009>

(Jornal oje. 10 de Abril de 2010)

<http://www.oje.pt/noticias/africa/actividade-reduzida-e-integracao-na-uemoa-deixa-guine-bissau-fora-da-rede-dos-bancos-portugueses>.

(Banco Espírito Santo, SA. 25 de Abril de 2010)

[http://www.contacartao.com/jsp/portlet/c\\_consumerprogram\\_home.jsp;sess=LUzqwgtQp02plB1vfDTC3kiI7wazCcPc8PIPOUYJMoCDzlmQdFcV!-1301688036!167774213!80!7002?page.jsp?page=consumer/bes\\_acct\\_holder/gc\\_fees.jsp](http://www.contacartao.com/jsp/portlet/c_consumerprogram_home.jsp;sess=LUzqwgtQp02plB1vfDTC3kiI7wazCcPc8PIPOUYJMoCDzlmQdFcV!-1301688036!167774213!80!7002?page.jsp?page=consumer/bes_acct_holder/gc_fees.jsp)

(Comunidade Islâmica de Lisboa. 25 de Abril de 2010)

<http://www.comunidadeislamica.pt/09-Contactos.php>

(Jornal Publico. 24 de Julho de 2010)

[http://www.publico.pt/Sociedade/ha-muito-mais-gente-a-abandonar-portugal\\_1393115](http://www.publico.pt/Sociedade/ha-muito-mais-gente-a-abandonar-portugal_1393115),

(Sapo. 04 de Novembro de 2011)

<http://noticias.sapo.ao/lusa/artigo/12391409.html>

(Gazeta de Notícias. 04 de Novembro de 2011)

[http://www.gaznot.com/?link=details\\_actu&id=299&titre=Entrevista,](http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=299&titre=Entrevista)

( Lusotopia. 27 de Outubro de 2011)

<http://lusotopia.no.sapo.pt/indexGBEtnias.html>

# ANEXOS

# ANEXO A

**Tableau 1 : Principaux indicateurs de l'economie bissau-guineenne**

		2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Comptes Nationaux</b>							
PIB nominal	10 <sup>6</sup> FCFA	270.499	276.109	302.162	302.501	331.040	377.451
PIB reel (aux prix de 2005)	10 <sup>6</sup> FCFA	281.696	289.704	302.162	308.617	318.500	328.760
Croissance du PIB reel	%	0,4%	2,8%	4,3%	2,1%	3,2%	3,2%
Population	Habitant	1.249.200	1.274.800	1.300.900	1.327.600	1.354.800	1.382.600
Croissance demographique	%		2,0%	2,0%	2,1%	2,0%	2,1%
PIB nominal par tete	FCFA/ tete	216.538	216.590	232.272	227.856	244.346	273.001
Taux de change / \$	FCFA / \$	580,1	527,6	526,6	522,9	480,5	463,1
PIB nominal par tete	\$ / tete	373	411	441	436	509	590
Taux d'investissement	%	9,8%	7,6%	6,6%	6,4%	11,7%	8,7%
Inflation (IHPC)	%	-3,8%	1,3%	3,3%	2,0%	4,6%	10,4%
Deflateur du PIB	%						
Exportations/ PIB	%	16%	16%	16%	12%	17%	16%
Importations/ PIB	%	24%	27%	28%	28%	36%	31%
Taux de couverture	%	67%	58%	56%	43%	47%	50%
<b>Finances publiques</b>							
Recettes totales	10 <sup>6</sup> FCFA	28.700	49.029	37.845	46.989	50.086	49.574
Depenses totales	10 <sup>6</sup> FCFA	41.000	70.416	51.845	52.243	54.443	49.266
Taux de pression fiscale	%	4,3%	4,3%	6,1%	6,1%	5,5%	5,5%
Depenses courantes / PIB	%	10,3%	15,2%	13,0%	13,2%	12,4%	12,2%
Salaires / recettes budget	%	51,2%	65,9%	71,6%	60,6%	75,5%	60,7%
<b>Monnaie et credit</b>							
Avoirs extérieurs nets	10 <sup>6</sup> FCFA	0	0	0	0	0	0
Credits à l'economie	10 <sup>6</sup> FCFA	0	0	0	0	0	0
Position nette du Gouv.	10 <sup>6</sup> FCFA	0	0	0	0	0	0

**SOLDES DE LA BALANCE DES PAIEMENTS**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>I - COMPTE DE TRANSACTIONS COURANTES</b>	<b>-190</b>	<b>7.324</b>	<b>-5.530</b>	<b>-20.956,00</b>	<b>-14.603,8</b>	<b>-12.875,0</b>
BIENS	-171	-3.754	-8.603	-27.665,00	-29.171,0	-31.640,0
Marchandises générales	-194	-3.781	-8.635	-28.330,00	-29.796,0	-31.640,0
Autres biens	23	27	32	665,00	625,0	750,0
SERVICES	-17.581	-19.347	-19.288	-18.904,00	-16.692,8	-18.541,0
Transports	-11.925	-11.293	-13.160	-11.773,00	-11.467,8	-14.337,0
dont fret	-7.708	-7.128	-8.374	-10.547,00	-11.272,0	-12.653,0
Voyages	-6.654	-6.427	-4.316	-6.661,00	-5.663,0	-3.301,0
Autres services	998	-1.627	-1.812	-470,00	438,0	-903,0
REVENUS	-5.133	-5.090	-4.651	-4.619,00	-4.669,0	-6.577,0
Revenus salariés	963	408	16	-160,00	-75,0	-145,0
Revenus des investissements	-6.096	-5.498	-4.667	-4.459,00	-4.594,0	-6.432,0
dont intérêts sur dette publique	-5.798	-5.744	-4.512	-4.385,00	-4.772,0	-6.318,0
TRANSFERTS COURANTS	22.695	35.515	27.012	30.232,00	35.929,0	43.883,0
Administration publiques	10.936	23.015	18.495	17.818,00	17.000,0	28.700,0
Autres secteurs	11.759	12.500	8.517	12.414,00	18.929,0	15.183,0
<b>II - COMPTE DE CAPITAL ET D'OPÉ. FINANCIÈRES</b>	<b>30.885</b>	<b>15.145</b>	<b>15.953</b>	<b>23.272,00</b>	<b>28.648,6</b>	<b>26.725,0</b>
COMPTE CAPITAL	24.886	14.473	23.946	16.836,00	15.388,6	16.468,0
Transfert de capital	24.886	14.473	23.946	16.836,00	15.388,6	16.468,0
Administrations publiques	20.928	12.232	21.945	15.336,00	15.352,0	16.410,0
Autres secteurs	3.958	2.241	2.001	1.500,00	36,6	57,0
COMPTE D'OPÉRATIONS FINANCIÈRES	5.999	672	-7.993	6.436,00	13.260,0	10.257,0
Investissements directs	2.028	4.850	4.218	9.060,00	8.905,0	2.672,7
Investissements de portefeuille	325	503	1.100	700,00	2.900,0	249,7
Autres investissements	3.646	-4.681	-13.311	-3.324,00	1.455,0	7.334,6
Financement exceptionnel ( pour mémoire)	21.539	19.400	14.712	11.800,00	11.958,0	15.010,0
<b>III - ERREURS ET OMISSIONS</b>	<b>3.122</b>	<b>-2.995</b>	<b>-2.798</b>	<b>-573,00</b>	<b>-1.957,8</b>	<b>815,0</b>
Ajustement circulation fiduciaire	-69.288					
<b>IV - SOLDE GLOBAL</b>	<b>-35.471</b>	<b>19.474</b>	<b>7.625</b>	<b>1.743,00</b>	<b>12.087,0</b>	<b>14.665,0</b>
<b>V - AVOIRS ET ENGAGEMENTS EXTERIEURS</b>	<b>35.471</b>	<b>-19.474</b>	<b>-7.625</b>	<b>-1.743,00</b>	<b>-12.087,0</b>	<b>-14.665,0</b>
Autorités monétaires	44.471	-18.724	-10.323	3.300,00	-10.786,0	-8.820,0
dont Contrepartie de réévaluation de FMI (pour mémoire)	893	142	15			
Banques	-9.000	-750	2.698	-5.043,00	-1.301,0	-5.845,0

Source: Direction Générale des Douanes, calculé de l'Agence Principale de la BCEAO à Bissau

# **ANEXO B**



ANEXO B

RELAÇÃO DAS EVACUAÇÕES EFECTUADAS PELA COMPONENTE NAVAL

DATA	LOCAL	QUANTIDADE	NAVIO	OBS
16 JUN 98	BISSAU	412	<i>NRP V. GAMA</i>	Por Bote e Heli
		170	<i>NRP HONÓRIO</i>	
		192	<i>NRP COUTINHO</i>	
19 JUN 98	P. DO BIOMBO	16	<i>NRP V. GAMA</i>	Por Bote
20 JUN 98	BISSAU	3	<i>NRP V. GAMA</i>	Por Heli (feridos) Transf. BÉRRIO
21 JUN 98	N/M INGLÊS	4	<i>NRP HONÓRIO</i>	Transf. Emb. no Mar
24 JUN 98	P. DO BIOMBO	8	<i>NRP V. GAMA</i>	Por Bote
	BUBAQUE	1	<i>NRP HONÓRIO</i>	
25 JUN 98	VARELA	10	<i>NRP V. GAMA</i>	Por Heli
		10	<i>NRP HONÓRIO</i>	Nhominca
28 JUN 98	BISSAU	185	<i>NRP COUTINHO</i>	Por Bote Passaram Bérrio
29 JUN 98	RÁPIDOS DO SALTINHO	7	<i>NRP V. GAMA</i>	Por Heli
	BUBAQUE	20	<i>NRP V. GAMA</i>	Por Bote
03 JUL 98	P. DO BIOMBO	92	<i>NRP HONÓRIO</i>	Por Bote
10 JUL 98	MAR	12	<i>NRP V. GAMA</i>	Transf. BÉRRIO*
15 JUL 98	BISSAU	95	<i>NRP V. GAMA</i>	Por Bote

\*Pessoas de Rápidos de Saltinho; deslocaram-se até cacine e vieram de embarcação pelo rio Cacine até ao navio e depois transferidos para o Bérrio.

## ANEXO B1

### Guiné-Bissau

Comandante recorda como retirou 2000 refugiados num cargueiro para 20 pessoas por Filipa Parreira, Lusa06 Maio 2012

Após o golpe de Estado de 1998 na Guiné-Bissau, mais de 2.000 pessoas saíram de Bissau num cargueiro com capacidade para 20 e estiveram 24 horas "como numa lata de conserva", algumas comer nem beber, até ao Senegal.

Hoje, o comandante do navio recorda as horas de tensão que viveu enquanto esperava um cessar-fogo temporário que lhe permitisse atracar em Bissau, quando constatou que em vez de mil havia mais de 2.000 pessoas à espera de embarcar e quando ameaçou recorrer à mangueira de alta pressão para impor a ordem na entrada dos passageiros.

"É claro que tive medo. Na véspera não sabia como ia correr, não sabia se seria respeitado o cessar-fogo", contou Hélder Costa Almeida, numa altura em que um novo golpe de Estado ameaça a estabilidade na Guiné-Bissau.

Em entrevista à Lusa no seu último dia no ativo, o comandante recordou que o navio que comandava, o Ponta de Sagres, estava em Cabo Verde, última escala da sua rota habitual para Bissau, quando se deu o golpe de Estado, a 7 de junho de 1998.

A proprietária do Ponta de Sagres "ofereceu o navio, que era português", para uma eventual evacuação e o governo aceitou, uma vez que, por causa do 10 de junho, "estava tudo concentrado em Lisboa" e os navios da armada demorariam dias a lá chegar.

O Ponta de Sagres chegou às 9:00 de dia 11 a Bissau, mas, devido ao contínuo tiroteio, só pôde atracar cercas das 15:00, depois de Lisboa convencer as partes em confronto a fazerem umas horas de trégua para permitir o embarque.

Apesar de o cargueiro ter apenas 100 metros de comprimento e estar carregado de contentores, o comandante estimara, calculando meio metro quadrado por pessoa, que poderia transportar pouco mais de mil passageiros, mas quando chegou ao cais encontrou mais do dobro.

"Naquela barafunda toda, tive de pôr ordem. As pessoas estavam assustadas, estavam no cais desde as 7:00, com o calor, o tiroteio, com crianças. Quando viram o navio atracar queriam entrar todas ao mesmo tempo", contou o comandante.

"Desci ao convés e ameacei ligar a mangueira de alta pressão. Garanti que levávamos toda a gente, estaríamos o tempo que fosse preciso, mas com ordem. (...) Em cerca duas horas metemos no barco todas as pessoas que aguardavam para embarcar", recordou.

A viagem seria curta, de 24 horas, até Dacar. "Em condições precárias, 24 horas dava para aguentar".

E as condições foram de facto precárias. "O navio era para 20 pessoas. Casas de banho havia as dos tripulantes. Dei instruções para que senhoras com crianças ocupassem as messes e corredores, usassem as casas de banho da tripulação. Os oficiais cederam os seus camarotes", mas ainda assim mais de 2000 pessoas fizeram a viagem no convés, "de pé ou sentados no espaço exíguo em que estavam".

Hélder Almeida recorda que houve quem passasse fome e sede. "Não que não tivéssemos mantimentos e água, mas não era possível passar a comida às pessoas, elas iam tão apertados. Dei instruções às pessoas para passarem pão e bolachas, mas isso não aconteceu. Quem esteve perto da cozinha e dos alojamentos comeu, quem não esteve, teve de aguentar 24 horas".

"Depois de desembarcarmos em Dacar ficámos dois dias a limpar o navio e a descansar. Imagina-se como ficou o navio, não havia casas de banho para todos", recorda.

E meios de salvamento? "Tínhamos para 20 pessoas e levávamos 2000 e tal. Ou as deixávamos ou arriscávamos. Correu bem. Se corresse mal eu era crucificado", admitiu Hélder Almeida, reconhecendo que esta foi a sua maior aventura e coincidiu com o final da sua carreira no mar.

"Já tinha sido convidado para dirigir um novo serviço de inspeção de navios estrangeiros. Aquela foi a minha penúltima viagem". Por esta "aventura", foi agraciado com a Ordem Militar da Torre e Espada, condecoração apenas atribuída a mais dois civis.

# ANEXO C

I R S

RETENÇÃO NA FONTE  
Nota dos rendimentos devidos e do imposto retidoANO  
2009

ENTIDADE PAGADORA

NOME	VADECA AMBIENTE, SA	Nº.FISCAL	505356686
MORADA	Avenida D.AFONSO HENRIQUES, 1343/73		
COD.POSTAL	4450-017	MATOSINHOS	Tel: 229397800

TITULAR DOS RENDIMENTOS

NOME	ANDREZA BASSANGUE INDEQUI	Nº.FISCAL	235416215
MORADA	AV.COM.LUIS ANT.SILVA Nº20-1ºESQ.		
COD.POSTAL	2700-001		

IMPORTÂNCIAS DEVIDAS - EUR

TIPO DE RENDIMENTOS	TÓTAL IMPOSTO RÉTIDO	RENDIMENTOS DO ANO	
		SUJ. A RET.	DISP. RÉT.
A - TRABALHO DEPENDENTE		2,847.59	

DEDUÇÕES - EUR

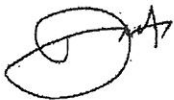
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	290.26
CONTRIBUIÇÕES PARA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	
CONTRIBUIÇÕES PARA A.D.S.E.	
DESPESAS DE SAÚDE PAGAS E NÃO REEMBOLSADAS	
QUOTIZAÇÕES SINDICAIS	
INDEMNIZAÇÕES PAGAS P/RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	
CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDO DE PENSÕES	

DISCRIMINAÇÃO DE RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES

CATEG	2008	2007	2006	2005

MATOSINHOS, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

CARIMBO





**FACILITY SERVICES**

**RETENÇÃO NA FONTE**  
Declaração dos Rendimentos devidos e  
do Imposto Retido  
(alínea b) do n.º 1 do Art.º 119 do CIRS

Ano a que os  
Rendimentos  
dizem respeito  
**2009**

<b>IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PAGADORA</b>		
<b>NOME</b>	ISS FACILITY SERVICES LDA	<b>N.º IDENTIFICAÇÃO FISCAL</b> 501616276
<b>MORADA</b>	RUA MOINHO DA BARRUNCHADA Nº4 1.º DI CARNAXIDE CARNAXIDE 2790 109 CARNAXIDE	<b>C.CUSTO</b> 10349
<b>IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DOS RENDIMENTOS</b>		
<b>NOME</b>	ANDREZA BASSANGUE INDEQUI	<b>N.º IDENTIFICAÇÃO FISCAL</b> 235416215
<b>MORADA</b>	AV.COMANDANTE LUIS ANTONIO SILVA,20-1.ºES FALAGUEIRA AMADORA 2700 01 AMADORA	
<b>IMPORTÂNCIAS DEVIDAS E IMPOSTO RETIDO</b>		
<b>TIPO DE RENDIMENTO</b>	<b>TOTAL RETIDO</b>	<b>TOTAL SUJEITO</b>
A - TRABALHO DEPENDENTE	0.00	392.35
B - TRABALHO INDEPENDENTE	0.00	0.00
H - PENSÕES	0.00	0.00
<b>DEDUÇÕES</b>		
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA A SEGURANÇA SOCIAL		43.16
DESPESAS DE SAÚDE PAGAS E NÃO REEMBOLSADAS		0.00
		0.00
QUOTIZAÇÕES SINDICAIS		0.00
		0.00

LOCAL : CARNAXIDE  
DATA : 2009 / 12 / 31

  
\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

LJ - Serv.Gerais Sistemas Seg.,Lda.

R.Adelino A. Costa, 15 C/V Dt.  
Amadora  
2720-002 AMADORA

Contribuinte N° 505660695

### DECLARAÇÃO

Com vista ao preenchimento da Declaração de Rendimentos para efeitos de Alínea b) n° 1 do art.119 CIRS, confirmamos que:

Andreza Bassangue Indequi

Contribuinte n° 235416215

Auferiu no Ano 2009, como rendimento do trabalho dependente :

REMUNERAÇÕES ILIQUIDAS no montante de 15.66 Euros  
aos quais foram deduzidos os seguintes DESCONTOS :

Taxa Social Única -----	1.72 Euros
I.R.S. -----	0.00 Euros

Amadora , 25 de Janeiro de 2010

 **SERVICOS GERAIS**  
R. Adelino A. Costa, N° 15, C/V Dt.  
2720-002 AMADORA  
N° de Contribuinte: 505 690 695

Nome: Andreza Bassangue Indequi

Categoria: Aux. Serv<sup>o</sup>

Contribuinte: 235416215

Declaração anual de rendimentos do ano 2009

Iliquido: 5.805,01 €  
Retenção: 0,00 €  
Liquido: 5.805,01 €

Lisboa, 19-01-2010

O Director

HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL

Largo da Estrela, 1249-075 Lisboa

NIF: 600021610

Código: 0828 Contribuinte: 235416215 NIB: 003500850010577490048

Apelido: Indequi Nome: Andreza Bassangue Indequi

Categoria: Aux. Serv<sup>o</sup> Serviço: Hemodialise Horário: 35H

Vencimento: 474,43 € Faltas: 0 Valor das Faltas: 0,00 €

Serv. Nocturnos: 01-01-2010 a 31-01-2010 6,04 €

Serv. Extra: a 0,00 €

Outros Serviços: 0,00 €


Irs: 0% Iliquido: 480,47 €

Descontos: 0,00 Retenção: 0,00 €

Liquido: 480,47 €

Receber: 480,47 €

Março de 2010

 <p><b>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS</b> DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS</p> <p>DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS</p> <p><b>MODELO 3</b></p>	<b>Comprovativo de Entrega da Declaração Modelo 3 de IRS</b> Via Internet		
	Ano	2008	<p><i>Elementos para validação do Comprovativo</i></p> <p>N.º de Contribuinte: 235416215</p> <p>Cód. Validação: 8K8CCJWBHQB2</p> <p><small>Para validar este comprovativo aceda a um dos sites <a href="http://www.e-financas.gov.pt">www.e-financas.gov.pt</a> seleccione a opção "Validação Doc." ou <a href="http://www.portaldasfinancas.gov.pt">www.portaldasfinancas.gov.pt</a> opção "Serviços&gt;Outros Serviços&gt;Validação de Documento" e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo</small></p>
	Identificação da Declaração	3140-I6412-30	
	Data de Recepção	2009-04-21	

<b>3 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR</b>			
<b>A</b> NOME(S) DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)		NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE	
Sujeito Passivo A <b>ANDREZA BASSANGUE INDEQUI</b>		03	235416215
Sujeito Passivo B		04	
<b>B</b> NÚMERO DE DEPENDENTES NÃO DEFICIENTES <b>3</b>		<b>C</b> NÚMERO DE DEPENDENTES DEFICIENTES <b>0</b>	
D 1 NIF	D 4 NIF	DD 1 NIF	
D 2 NIF	D 5 NIF	DD 2 NIF	
D 3 NIF	D 6 NIF	DD 3 NIF	
D Dependentes com idade inferior ou igual a 3 anos N.º <b>0</b>		D Dependentes com idade superior a 3 anos N.º <b>3</b>	

<b>4 NATUREZA DA DECLARAÇÃO</b>		<b>5 RESIDÊNCIA FISCAL</b>	
1.ª declaração do ano <b>1</b> <input checked="" type="checkbox"/> Declaração de substituição <b>2</b> <input type="checkbox"/>		<b>A RESIDENTES</b>	
Prazo especial (n.º 2 art.º 60.º) <b>3</b> <input type="checkbox"/> Prazo especial (n.º 2 art.º 31.º-A) <b>4</b> <input type="checkbox"/>		Continente <b>1</b> <input checked="" type="checkbox"/>	
Data do facto que determinou a obrigação de declarar ou alterar rendimentos já declarados <b>5</b> Ano Mês Dia		R. A. Açores <b>2</b> <input type="checkbox"/>	
		R. A. Madeira <b>3</b> <input type="checkbox"/>	
		<b>B NÃO RESIDENTES</b>	
		Representante NIF <b>4</b>	
		Opta pelas taxas do art.º 68.º do CIRS? Não <b>5</b> <input type="checkbox"/> Sim <b>6</b> <input type="checkbox"/> País <b>7</b>	
		Total dos rendimentos obtidos no estrangeiro <b>8</b>	

<b>6 ESTADO CIVIL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)</b>			
Casados <b>1</b> <input type="checkbox"/>	Solteiro, viúvo, divorciado ou separado judicialmente <b>2</b> <input type="checkbox"/>	Separado de facto <b>3</b> <input checked="" type="checkbox"/>	Unidos de facto <b>4</b> <input type="checkbox"/>

<b>7 INFORMAÇÕES DIVERSAS</b>			
<b>A SOCIEDADE CONJUGAL - ÓBITO DE UM DOS CÓNJUGES</b>			
Se ocorreu o óbito do cónjuge indique o NIF do falecido <b>1</b>		No caso de ser deficiente indique o grau de incapacidade <b>2</b>	
		Era deficiente das Forças Armadas? SIM <b>3</b> <input type="checkbox"/> NÃO <b>4</b> <input checked="" type="checkbox"/>	
<b>B ASCENDENTES QUE VIVEM EM COMUNHÃO DE HÁBITAÇÃO COM O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)</b>		<b>C REEMBOLSO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA</b>	
NIF <b>01</b>	DEFICIENTE GRAU	NIB - O número de identificação bancária deve pertencer ao sujeito passivo A e/ou B <b>1</b>	
NIF <b>02</b>	DEFICIENTE GRAU		
NIF <b>03</b>	DEFICIENTE GRAU		
NIF <b>04</b>	DEFICIENTE GRAU		

<b>8 N.º DE ANEXOS QUE ACOMPANHAM A DECLARAÇÃO</b>		<b>QUANT.</b>
Anexo A - Categorias A e H		1 1
Anexo B - Categoria B (Regime simplificado)		2 1
Anexo C - Categoria B (Regime de contabilidade organizada)		3
Anexo D - Transparência fiscal - Herança indivisa		4
Anexo E - Categoria E		5
Anexo F - Categoria F		6
Anexo G - Categoria G		7
Anexo G1 - Mais-valias não tributadas		8
Anexo H - Benefícios fiscais e deduções		9 1
Anexo I - Herança Indivisa		10
Anexo J - Rendimentos obtidos no estrangeiro		11
Outros documentos		12



TRABALHO DEPENDENTE  
PENSÕES

01 2008

3

Sujeito passivo A NIF 02

235416215

Sujeito passivo B NIF 03

4

RENDIMENTOS	RETENÇÕES	DEDUÇÕES	SUJEITO PASSIVO A	SUJEITO PASSIVO B	DEPENDENTE	DEPENDENTE
Rendimento bruto	401					
Retenções na fonte de IRS	402					
Contribuições obrigatórias para regimes de protecção social	403					
Quotizações sindicais (valor pago)	404		0,00			
Código da dedução						
Código da dedução						
Código da dedução						
Código da dedução						
Código da dedução						
Gratificações não atribuídas pela entidade patronal (al. g) n.º 3 do art. 2.º)	410					
Rendimento de agentes desportivos	412					
Retenções na fonte de IRS	413					
Pensões	414					
Pensões de alimentos	424					
Rendas temporárias e vitalícias	415					
Retenções na fonte de IRS	416					
Quotizações sindicais (valor pago)	417					
Contribuições obrigatórias para regimes de protecção social	425					
Pré-Reforma	418					
Contribuições obrigatórias sobre a Pré-Reforma	419					
Retenções na fonte de IRS	420					
SOMA DE CONTROLO (401+...+420+424+425)	421					
Data do contrato de pré-Reforma	422					
Data do primeiro pagamento	423					

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ENTIDADE GESTORA

426 Se preencheu o código 409 identifique:	TITULAR	VALOR	NIF/NIPC PORTUGUÊS		PAÍS	NÚMERO FISCAL (UE ou EEE)

**5 RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLUIDOS NO QUADRO 4**

Categoria A 501  Sujeito Passivo A N.º anos  Categoria A 503  Sujeito Passivo B N.º anos



Categoria H 502   Categoria H 504

**6 SOCIEDADE CONJUGAL - RENDIMENTOS DO CONJUGE FALECIDO INCLUIDOS NO QUADRO 4**

601  Rendimento Bruto - Trabalho dependente 602  Rendimento Bruto - Pensões 603  Contribuições Obrigatórias

**7 RENDIMENTOS / RETENÇÕES / CONTRIBUIÇÕES OBRIGATORIAS / QUOTIZAÇÕES SINDICAIS**

Nº DA ENTIDADE PAGADORA	QUADRO 4 (CAMPOS)	TITULAR	RENDIMENTOS	RETENÇÕES	CONTRIBUIÇÕES	Q. SINDICAIS	
701	501616276	401	A	3.176,00	0,00	322,84	0,00
702	505660695	401	A	589,02	0,00	64,82	0,00
703							
704							
705							
706							
707							
708							
709							
710							
711							
712							
713							
714							
715							
716							
717							
718							
719							
720							
721							
722							
723							
724							
725							
726							
727							
728							
729							
730							
731							
732							
733							
734							

 <b>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS</b> DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS   <b>MODELO 3</b> <b>Anexo B</b>	<b>1 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B</b> <b>REGIME SIMPLIFICADO / ACTO ISOLADO</b> Regime Simplificado de Tributação 01 <input checked="" type="checkbox"/> Acto Isolado 02 <input type="checkbox"/> Profissionais, Comerciais e Industriais 03 <input checked="" type="checkbox"/> Agrícolas, Silvícolas e Pecuários 04 <input type="checkbox"/>	<b>2 ANO DOS RENDIMENTOS</b> 05 2008
	<b>3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)</b> Sujeito passivo A NIF 06 235416215 Sujeito passivo B NIF 07	
<b>A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO</b> NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE Este anexo respeita à actividade de herança indivisa? SIM 1 <input type="checkbox"/> NÃO 2 <input checked="" type="checkbox"/> 08 235416215 Se assinalou SIM, indique o NIPC e não preencha o campo 08 NIPC 09 CÓDIGO DA TABELA DE ACTIVIDADES ART. 151.º DO CIRB Se assinalou SIM, indique o NIPC e não preencha o campo 08 NIPC 09 10 CÓDIGO CAE (RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS) 11 82990 CÓDIGO CAE (RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS) 12		
<b>B POSSUI ESTABELECIMENTO ESTÁVEL? SIM 13 NÃO 14 <input checked="" type="checkbox"/></b>		
<b>4 RENDIMENTOS BRUTOS (OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS)</b>		
<b>A RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS</b>		<b>RENDIMENTO ILÍQUIDO</b>
Vendas de mercadorias e produtos	401	
Prestações de serviços de actividades hoteleiras, restauração e bebidas	402	
Outras prestações de serviços e outros rendimentos (Inclui Mais-Valias)	403	6.677,60
Propriedade intelectual (Rendimentos abrangidos pelo art. 56º do EBF - parte não isenta)	404	
Rendimentos de actividades financeiras (Códigos CAE iniciados por 65, 66 ou 67)	405	
Serviços prestados por sócios a sociedades de profissionais do Regime de Transparência Fiscal	420	
<b>SOMA</b>		
<b>ENCARGOS</b>		<b>VALOR</b>
Custo das existências vendidas ou consumidas (vide instruções)	415	
Despesas gerais (Quadro 9 - vide instruções)	416	
<b>SOMA</b>		
<b>B RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS</b>		
Vendas de produtos	409	
Prestações de serviços e outros rendimentos (Inclui Mais-Valias)	410	
Subsídios à exploração	411	
<b>SOMA</b>		0,00
<b>ENCARGOS</b>		<b>VALOR</b>
Custo das existências vendidas ou consumidas (vide instruções)	413	
Despesas gerais (Quadro 9 - vide instruções)	414	
<b>SOMA</b>		
<b>C OPÇÃO PELA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A</b> A totalidade dos rendimentos auferidos resulta de serviços prestados a uma única entidade? Sim 1 <input checked="" type="checkbox"/> Não 2 <input type="checkbox"/> Em caso afirmativo, opta pela tributação segundo as regras estabelecidas para a categoria A? Sim 3 <input checked="" type="checkbox"/> Não 4 <input type="checkbox"/>		
<b>D TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS</b> Houve alienação de imóveis? Sim 1 <input type="checkbox"/> Não 2 <input type="checkbox"/> N.º de imóveis ou fracções alienadas 418 Indique a diferença positiva entre o valor definitivo, base para a liquidação do IMT, e o valor de venda dos imóveis: Existências (Campo 401) 416 Imobilizado (Campos 403 e 410) 417 Recorreu ao disposto no artº 129º do CIRSC? Sim 3 <input type="checkbox"/> Não 4 <input type="checkbox"/> Em caso afirmativo indique a diferença positiva entre o valor definitivo considerado para efeitos de IMT e o preço efectivo de venda 419		
<b>5 OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS (ANO DE 2006 E ANOS ANTERIORES)</b> RENDIMENTOS ILÍQUIDOS PROVENIENTES DA ACTIVIDADE DESPORTIVA 501		

<b>6 ACRÉSCIMOS AO RENDIMENTO - Art. 38.º, n.º 3, do CIRS</b>						
Mais-Valias na alienação de parte social			601			
Ganhos suspensos correspondentes à transmissão da totalidade do património, majorados em 15% por cada ano ou fracção			602			
Soma						
<b>7 DEDUÇÕES À COLECTA</b>						
Rendimentos sujeitos a retenção		Retenções na Fonte	Pagamentos por Conta	Crédito de imposto (2001)		
701		702	703	704		
IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFECTUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES						
VALOR			VALOR			
NIF 705	600021610	0,00	NIF 711			
NIF 706			NIF 712			
NIF 707			NIF 713			
NIF 708			NIF 714			
NIF 709			NIF 715			
NIF 710			NIF 716			
<b>8 PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE</b>						
VERIFICANDO-SE A SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 37.º DO CIRS, IDENTIFIQUE O AUTOR DA SUCESSÃO :  NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE 801 <input type="text"/>	ANO	RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS			
	802	808	814			
	803	809	815			
	804	810	816			
	805	811	817			
	806	812	818			
	807	813	819			
	<b>9 DESPESAS GERAIS (vide instruções)</b>					
		Rendimentos Profissionais, Comerciais e Industriais	Rendimentos Agrícolas, Silvícolas e Pecuários			
Encargos com viaturas, motos e motocicletas	901		910			
Despesas de valorização profissional	902		911			
Despesas de representação	903		912			
Contribuições obrigatórias para a segurança social	904		913			
Quotizações Sindicais	905		914			
Quotizações para ordens profissionais	906		915			
Deslocações, viagens e estadas	907		916			
Outras despesas indispensáveis à formação do rendimento	908		917			
Soma		0,00				
<b>10 TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA</b>						
Despesas confidenciais ou não documentadas - art. 73.º, n.º 1 do CIRS			1001			
Importâncias pagas a não residentes - art. 73.º, n.º 6 do CIRS			1002			
Soma						
<b>11 TOTAL DAS VENDAS / PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS</b>						
	Do Ano N		Do Ano N-1		Do Ano N-2	
Vendas	1101		1103	0,00	1105	0,00
Prestações de serviços e outros rendimentos	1102	5.677,50	1104	5.783,77	1106	5.721,16
<b>12</b>						
Sim	1	<input type="checkbox"/>	Não	2	<input checked="" type="checkbox"/>	
Em caso afirmativo indique a data:					3	<input type="text"/>

## BENEFÍCIOS FISCAIS E DEDUÇÕES

2 **ANO DOS RENDIMENTOS**

01 2008

3 **IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)**

Sujeito passivo A N.º 02 235416215      Sujeito passivo B N.º 03  

4 **RENDIMENTOS ISENTOS SUJEITOS A ENCLOBAMENTO**

CÓDIGO RENDIMENTO	TITULAR DO RENDIMENTO	RENDIMENTOS ILÍQUIDOS	RETENÇÃO DE IRS	NIF DA ENTIDADE PAGADORA / RETENTORA DE IRS
SOMA		0,00	0,00	

5 **RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL ISENTOS PARCIALMENTE - Art.º 58.º do EBF**

TITULAR	MONTANTE DO RENDIMENTO	TITULAR	MONTANTE DO RENDIMENTO	TITULAR	MONTANTE DO RENDIMENTO
501		503		505	
502		504		506	
SOMA					0,00

6 **ABATIMENTOS**

	VALOR	NIF DOS BENEFICIÁRIOS DAS PENSÕES	VALOR
Pensões	601	604	
Rendas recebidas (ano 2001)	602	605	
Aquisição ou construção de imóveis sem recurso ao crédito (ano 2001)	603	606	
SOMA		0,00	607

7 **DEDUÇÕES À COLECTA E BENEFÍCIOS FISCAIS**

CÓDIGO BENEFÍCIO	TITULAR	IMPORTÂNCIA APLICADA	ENTIDADE GESTORA / DONATÁRIA / SENHORIO / LOCADOR		
			NIF/NIPC PORTUGUÊS	PAÍS	NÚMERO FISCAL (JE ou EEE)
SOMA DE CONTROLO		0,00			

8 SAÚDE/EDUCAÇÃO/LARES/ENERGIAS RENOVÁVEIS		VALOR
Despesas de saúde (bens e serviços isentos de IVA ou sujeitos à taxa de 5%) e juros contraídos para pagamento das mesmas	801	252,15
Despesas de saúde, com a aquisição de outros bens e serviços justificados através de receita médica	802	
Despesas de educação e de formação profissional dos sujeitos passivos e dependentes	803	1.276,49
Encargos com lares e instituições de apoio à terceira idade relativos aos sujeitos passivos, ascendentes e colaterais até ao 3º grau, bem como os encargos com lares e residências autónomas para pessoas com deficiência relativos aos seus dependentes	804	
Despesas com a aquisição de equipamentos novos para a utilização de energias renováveis (inclui gás natural)	809	
Despesas com aquisição de equipamentos complementares indispensáveis ao funcionamento de equipamentos de energias renováveis	810	
Despesas suportadas com a obtenção de aconselhamento jurídico e patrocínio judiciário (para anos 2001 a 2004).	811	
<b>SOMA DE CONTROLO (801+802+...+811)</b>		<b>1.528,64</b>

Os seguros de vida, acidentes pessoais e de saúde e os juros e amortizações de dívidas de imóveis para habitação permanente devem ser indicados no quadro 7, utilizando os códigos 728, 730, 731 ou 732 consoante o caso

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**812:** Se preencheu campo 803, indique o número de dependentes com despesas de educação

**813:** Se preencheu campo 804, identifique as pessoas que estão na origem dos encargos mencionados

Sujeitos Passivos		Dependentes		Ascendentes e Colaterais até 3º grau	
NIF <input type="text"/>		NIF <input type="text"/>		NIF <input type="text"/>	
NIF <input type="text"/>		NIF <input type="text"/>		NIF <input type="text"/>	

**814:** Se preencheu campo 731 do quadro 7 identifique a habitação:

Freguesia <input type="text"/>	Tipo <input type="text"/>	Artigo <input type="text"/>	Fracção <input type="text"/>	Classificação	A ou A+	Sim	Não
Freguesia <input type="text"/>	Tipo <input type="text"/>	Artigo <input type="text"/>	Fracção <input type="text"/>	Classificação	A ou A+	Sim	Não

**815:** Se preencheu o campo 732 e beneficiou de apoio financeiro (subsídio de renda-RAU, NRAU ou subvenção mensal - art. 12.º do D.L. n.º 308/2007, de 03 de Setembro) indique o seu valor  e indique o valor líquido da renda paga ao senhorio

**9 CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IMPOSTO LIQUIDADO (LEI N.º 16 / 2001 DE 22 DE JUNHO)**

ENTIDADES BENEFICIÁRIAS DO IRS CONSIGNADO		NIPC
Instituições Religiosas (art. 32.º n.º 4)	<input type="checkbox"/>	
Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Pessoas Colectivas de Utilidade Pública (art. 32.º n.º 6)	<input type="checkbox"/>	901 <input type="text"/>

**10 ACRÉSCIMOS POR INCUMPRIMENTO DE REQUISITOS**

		À COLECTA	AO RENDIMENTO
Pelo pagamento por empresas de seguros de quaisquer importâncias fora das condições previstas no n.º 5 do artigo 86.º do CIRIS	<b>1001</b>		
Por atribuição de rendimentos ou reembolso de certificados ou planos individuais de poupança-reforma (PPR), poupança-educação (PPE) ou poupança-reforma / educação (PPRE) - Art. 16.º, n.º 4 e Art. 21.º, n.º 4, do E.B.F.	<b>1002</b>		
Pelo levantamento antecipado do valor capitalizado de planos de poupança em ações (PPA) - Art. 26.º n.º 4, do E. B. F. e n.º 7 do Art. 39.º da Lei n.º 55-B/2004	<b>1003</b>		
Pelo incumprimento das condições estabelecidas para subscrição dos planos de poupança em ações (PPA) - Art. 26.º, n.º 7, do E.B.F.	<b>1004</b>		
Por utilização de saldos de contas poupança-habitação (CPH) para fins não previstos ou antes de decorrido o prazo estabelecido Art. 11.º, n.º 2, do Dec.-Lei 382 / 89, de 6 de Novembro e n.º 2 do art. 18.º do E.B.F. (revogado pelo n.º 1 do art.º 39.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30 de Dezembro)	<b>1005</b>		
Pelo reembolso ou utilização para fins não previstos das importâncias entregues às cooperativas de habitação e construção - Art. 17.º, n.º 3, do Estatuto Fiscal Cooperativo	<b>1006</b>		
Pela inobservância das condições relativas às entregas para realização do capital social de cooperativa, previstas no n.º 4 do artigo 17.º do Estatuto Fiscal Cooperativo	<b>1007</b>		
Por utilização de saldos das contas poupança-condomínio para fins não previstos ou antes de decorrido o prazo estabelecido -Art. 3.º, n.º 4, do Dec.-Lei 269 / 94, de 25 de Outubro	<b>1008</b>		
Pelo incumprimento do disposto na alínea b) do art. 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2000/M, de 28 de Fevereiro	<b>1009</b>		
<b>SOMA DE CONTROLO (1001 + 1002 + ... + 1009)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

# ANEXO D



**GRANDE MEDIUM CURANDEIRO  
PROFESSOR KARA**



ASTROLOGO - GRANDE MEDIUM VIDENTE

Tem sucesso onde os outros falham. rápido e eficaz garantido.

ESPERE QUANTO SE QUER O MEU EMOÇÃO DEIXOU DITE OU SER DEIXAR VEM A TER  
CONTIGO E CHELA VOLTA NA MESMA SEMANA NÃO HA PROBLEMA SÓ COLOCAR  
A MÃO A RESOLVER PROBLEMAS FAMILIARES SEXUAIS E MORBOSIDADES  
EM AGRECHAMENTO TRABALHO DE TIENITE MESMO OS CASOS DE SINDIGEIS  
E DESESPERADOS SE ESTA CANSA DO DE SOFRER NA SUFRAN MAIS

LIGUE JÁ O NÚMERO QUE PODE MUDAR A SUA VIDA  
**211 566 075 - 962 298 530 - 938 850 226**

PAGAMENTO DEPOIS DO RESULTADO de 1 a 3 horas. Início segunda a sábado  
Rua Hribos de Quiloma, n.º 68, r/c dt. - 11. no.  
211 566 075 - 962 298 530 - 938 850 226 (junto ao Mel o Arroios)

**CURSO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

COM CARTAS PROFISSIONAIS DE ELETRICISTA DE BAIXA TENSÃO, DE  
TÉCNICO DE ELETRÓNICA, RÁDIO, TELEVISÃO E DE ENERGIAS ALTERNATIVAS.  
*Para alunos dos 16 aos 80 anos*

VALIDAS NOS E.U.A., CANADÁ, AUSTRIA, U.E. E EM TODOS OS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL  
PORTUGUESA, que conferem ao seu titular preferência na colocação de emprego no estrangeiro.  
COMÍNIO EM 1 DE OUTUBRO - Duração de 12 meses - 3 horas diárias, das 9 às 12h, 14 às 17h ou das  
20 às 23h. No final do curso montarás um computador e o seu sistema Operativo.

PREÇO EM PROMOÇÃO - 12 prestações mensais de 150€  
INSCRIÇÃO - 35€ (traz um aluno e os dois não pagam a última prestação.)

**MONTE A SUA EMPRESA E TRABALHE POR CONTA PRÓPRIA OU DE OUTREM.**

**ESCOLA LASER** Formando há 37 anos - Sem subsídios

Praça Bernardo Santareno, 3 B, Areeiro - Lisboa

(Exo Areeiro - Olhos 300 metros à frente, volta à esquerda - Torre mais afastada)

Tel.: 21 849 12 15 \* Tm.: 91 245 17 90 (das 16 h às 23 horas)

escolalaser@oninet.pt www.escolalaser.no.sapo.pt

**MASSAGISTA  
UMA PROFISSÃO  
COM FUTURO.**

Curso de

**MASSAGEM de RECUPERAÇÃO**

(10 meses + estágio curricular garantido)

Sindicato Nacional de Massagistas  
de Recuperação e Cinesioterapeutas



Lisboa 213 649 439 | Porto 222 087 453

**Valores**  
COMPRAMOS  
**OURO**  
A DINHEIRO

MAIS DE  
**200**  
AGÊNCIAS  
EM TODO  
O PAÍS

TAMBÉM COMPRAMOS  
PRATAS, JÓIAS, RELOGIOS,  
CAUTELAS DE PENHOR  
E OUTROS VALORES



EU SO CONFIO  
NA VALORES





cados

Para anunciar ligue  
LISBOA 210 494 204 / 210 494 815  
email: comercial@destak.pt

# ARQUITECTURA

- PROJETOS DE ARQUITECTURA
- PLANEJAMENTO DE PLANTAS
- PLANEJAMENTO DE INTERIORES
- PLANEJAMENTO DE EXTERIORES
- PLANEJAMENTO DE PAVIMENTOS
- PLANEJAMENTO DE SANEAMENTO

**NUNO SILVA**  
962 148 834

**BONS  
PREÇOS  
ORÇAMENTOS  
GRÁTIS**

# GARAGEM CHARNECA CAPARICA

60x30 m<sup>2</sup> (2 carros), acesso portão automático,  
excelente localização, muito central.  
Possibilidade de Arrendar

**VENDA 26.000 € / ALUGUER 700 € / MÊS**

Telex: 93 391 67 74 e 91 935 14 37

# FUNERÁRIA ABREU, LDA.

## FUNERAIS

499€ - 750€ - 990€

24 HORAS

925 792 222

# FÉRIAS

www.mcfairs.com

# Destak



210 494 204 / 210 494 815

# Compramos OURO E PRATA

**PAGAMOS ATÉ  
55 EUROS  
O GRAMA**

# Professor Fofana

GRANDE MEDIUM VIDEOTE

96 836 51 50 - 21 814 03 52 - 91 359 50 32

Éxito em casos amorosos em 3 dias

Quer salvar o seu casamento, a empresa, o emprego, aproximar a pessoa amada ou afastar a pessoa indesejada? Quer ser protegido contra inveja, mal-olhado, fenómenos esotéricos? Não perca mais tempo, contacte já o Prof. Fofana, que ajuda a tratar também o problema de vícios, heranças, etc. Consulte por carta, telefone e pessoalmente.

Av. EU, n.º 3 - 2.º dto. 1700-163 LISBOA - professor.fofana@hotmail.com



www.eped.pt

Cursos Profissionais de nível 4 do UE,  
Duração de 3 anos e equivalente ao 12º ano  
Diploma de Aptidão e Qualificação Profissional



Condições de Acesso:  
9º ano de Escolaridade

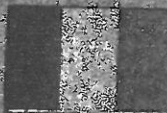
INSCRIÇÕES ABERTAS

Vertente  
imania

ional Recruta

# ORADORES

(/n) com



MAO ou

NCÉS ou

ão e francês com capacidade  
de Schweizerdeutsch

# PART-TIME

isboa

na referência ALM ou FRA

# ANEXO E

Remessa	Haiti	Lesoto	Nepal	C V	Gâmbia	G-B	Kiribati	Iémen	Senegal	Bangladesh
Totais	985,0	327,0	1,2	137,0	58,0	28,0	7,4	1,3	633,0	4.300,0
% PIB	23,2	22,5	16,5	13,4	12,6	9,3	9,2	8,9	7,6	5,5

Fluxo das remessas totais em 2005 em relação ao PIB (milhões de dólares)

QUADRO 24: Fluxo de remessas totais em 2005 e em relação ao PIB (milhões de dólares)

Remessas	Totais	% do PIB
Haiti	985,0	23,2
Lesoto	327,0	22,5
Nepal	120,0	16,5
Cabo Verde	137,0	13,4
Gâmbia	58,0	12,6
Guiné-Bissau	28,0	9,3
Kiribati	7,4	9,2
Iémen	1,3	8,9
Senegal	633,0	7,6
Bangladesh	4300,0	5,5

Quadro 3: Os dez maiores destinos de remessas como percentagem do PIB em 2004

País	População (milhões)	PIB (mil milhões \$)	Taxa líquida de migração	Remessas (milhões \$)	Remessas (% do PIB)
Haiti	8,5	4,3	-1,31/1000	811,0	23,2
Lesoto	1,8	1,5	-0,78/1000	184,0	22,5
Nepal	27,1	7,4	0,8/1000	1,2	16,5
Cabo Verde	0,506	0,983	-11,83/1000	137,0	13,4
Gâmbia	1,5	0,461	0,94/1000	58,0	12,6
Guiné-Bissau	1,6	301,1	0	28,0	9,3
Kiribati	0,099	76,4	-2,1/1000	7,4	9,2
Iémen	21,0	0,015	0	1,3	8,9
Senegal	11,7	8,2	0	633,0	7,6
Bangladesh	141,8	60,0	-0,66/1000	3 372,0	5,5

Fonte: Banco Mundial e The World Factbook, Country Profile - Key Development Data and Statistics, 2005

(32) A importância e o impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde

QUADRO 4: As remessas e o perfil dos 50 PMA em 2004

País	População total (milhões)	Taxa do crescimento da população	Taxa líquida de migração por mil hab.	Remessas 2004 (milhões \$)	% do PIB	APD 2003 (milhões \$)	IDE 2003 (milhões \$)
Afganistão	29,9	4,6	16,0	—	—	2189,6	1,0
Angola	15,9	2,8	2,14	—	—	1144,1	2047,5
Bangladesh	141,8	1,6	-0,66	3 372	5,5	1404,1	460,4
Benin	8,4	3,2	0,58	84,0	14,6	377,9	60,0
Butão	0,9	2,8	0	—	—	78,0	1,0
Burquina Faso	13,2	3,2	0	50,0	9,6	610,0	35,0
Burundi	7,5	3,0	7,13	—	—	350,0	3,0
Camboja	14,1	2,0	-0,1	138	3,2	478,3	131,4
Cabo Verde	0,5	2,4	-11,83	137,0	13,4	139,8	20,5
RC Africana	4,0	1,3	0	—	—	104,5	-12,7
Chade	9,7	3,4	-2,46	—	—	318,9	478,2
Comores	0,8	2,7	0	12,0	0,3	24,5	2,0
RD Congo	57,5	2,8	-3,62	—	—	1815,0	900,0
Djibuti	0,8	2,1	0	—	—	64,1	33,0
Guiné Equatorial	0,5	2,3	0	—	—	29,7	1664,1
Eritreia	4,4	4,3	0	—	—	259,5	30,0
Etiópia	74,4	2,4	0	174,0	1,4	1823,1	545,1
Gâmbia	1,5	2,9	0,94	58,0	12,6	62,8	60,0
Guiné	9,4	2,2	0	42,0	1,2	279,2	100,0
Guiné-Bissau	1,6	3,0	0	28,0	9,3	76,2	5,0
Haiti	8,5	1,4	-1,31	811,0	23,2	242,7	6,5
Kiribati	0,090	1,4	-2,1	7,4	9,2	16,7	—
Laos	5,9	2,3	-0,2	1,0	0,68	269,6	17,0
Lesoto	1,8	0,1	-0,78	184,0	22,5	102,0	51,8
Libéria	3,3	1,4	26,86	—	—	210,5	20,0
Madagáscar	18,6	2,8	0	3,0	0,6	1235,8	45,0
Malawi	12,9	2,3	0	1,0	0,5	476,1	16,0
Maldivas	0,329	2,5	0	3,0	3,9	27,9	13,0
Mali	13,5	3,0	-6,6	155,0	2,9	567,4	180,0
Mauritânia	3,1	3,0	0	2,0	5,2	179,8	300,0
Mocambique	19,8	2,0	0	57,0	0,86	1228,4	131,9
Myanmar	50,5	1,1	0,3	78,0	0,7	121,1	556,4
Nepal	27,1	2,1	-0,8	785,0	12,1	427,3	10,0

Fonte: UNCTAD - Lista dos Países Menos Avançados após a revisão trienal de 2006 e World Factbook 2007.

# ANEXO F





**BCEAO**  
BANQUE CENTRALE DES ETATS  
DE L'AFRIQUE DE L'OUEST

Direction Nationale Pour la Guinée-Bissau  
Agence Principale de Bissau  
Service des Etudes

Annexe 1-A. Coûts des opérations de transferts de fonds- Western Union 2008

Tranches de transfert		Taxes hors Zone franc	Taxes Zone franc	Impôts de timbre (0,3%)
de	à			
1	60.000	9.000	6.000	180
60.001	90.000	13.000	7.500	270
90.001	120.000	13.000	9.000	360
120.001	150.000	17.000	10.500	450
150.001	180.000	17.000	12.000	540
180.001	210.000	20.000	14.000	630
210.001	240.000	20.000	15.000	720
240.001	270.000	25.000	17.000	810
270.001	300.000	25.000	19.000	900
300.001	400.000	28.000	21.000	1.200
400.001	450.000	28.000	26.000	1.350
450.001	600.000	31.000	26.000	1.800
600.001	700.000	40.000	29.000	2.100
700.001	900.000	40.000	33.000	2.700
900.001	1.100.000	46.000	39.000	3.300
1.100.001	1.200.000	54.000	50.000	3.600
1.200.001	1.400.000	66.000	50.000	4.200
1.400.001	1.500.000	66.000	65.500	4.500
1.500.001	1.800.000	78.000	68.000	5.400
1.800.001	2.100.000	90.000	80.000	6.300
2.100.001	2.400.000	102.000	89.200	7.200
2.400.001	2.700.000	114.000	102.000	8.100
2.700.001	3.000.000	126.000	113.000	9.000
3.000.001	3.300.000	138.000	123.000	9.900
3.300.001	3.600.000	150.000	133.000	10.800
3.600.001	3.900.000	162.000	143.000	117.000
3.900.001	4.200.000	174.000	153.000	12.600
4.200.001	4.500.000	186.000	163.000	13.500
4.500.001	4.800.000	198.000	173.000	14.400
4.800.001	5.100.000	210.000	183.000	15.300

Source: Western Union



**Annexe 1-B. Coûts des opérations de transferts de fonds-Money Gram CGT**

**Coûts des opérations de transferts de fonds**

Tranches de transfert		Taxes hors Zone franc	Taxes Zone franc	Impôts de timbre (%)
de	à			
0	30.000	5.250	4.000	0,5%
30.001	60.000	6.250	5.000	0,5%
60.001	90.000	7.250	6.500	0,5%
90.001	120.000	8.500	7.750	0,5%
120.001	150.000	10.000	9.000	0,5%
150.001	180.000	12.000	10.750	0,5%
180.001	210.000	13.000	12.500	0,5%
210.001	300.000	19.000	14.000	0,5%
300.001	400.000	24.000	19.000	0,5%
400.001	600.000	27.000	24.500	0,5%
600.001	700.000	31.000	26.000	0,5%
700.001	900.000	36.000	30.000	0,5%
900.001	1.100.000	47.000	36.000	0,5%
1.100.001	1.400.000	62.500	48.000	0,5%
1.400.001	1.800.000	77.000	55.000	0,5%
1.800.001	2.100.000	88.000	65.000	0,5%
2.100.001	2.400.000	98.000	70.000	0,5%
2.400.001	2.700.000	109.000	88.950	0,5%
2.700.000	3.000.000	119.000	96.950	0,5%

Source: Money Gram CGT

**Annexe 1-C. Coûts des opérations de transferts de fonds-Money Gram BAO**

Tranches de transfert		Taxes hors Zone franc	Taxes Zone franc	Impôts de timbre (%)
de	à			
0	60.000	5.250		
60.000	9.000	6.250		
90.000	120.000	7.250		
120.000	150.000	8.500		
150.000	180.000	10.000		
180.000	210.000	12.000		
210.000	300.000	13.000		
300.000	400.000	19.000		
400.000	600.000	24.000		
600.000	700.000	27.000		
700.000	900.000	31.000		
900.000	1.100.000	36.000		
1.100.000	1.400.000	47.000		
1.400.000	1.800.000	62.500		
1.800.000	2.100.000	77.000		
2.100.000	2.400.000	88.000		
2.400.000	2.700.000	98.000		
2.700.000	3.000.000	109.000		
3.000.000	3.300.000	119.000		
3.300.000	4.000.000	128.000		

Source: Money Gram BAO

## 2 - SERVIÇO WESTERN UNION

S.3

### 2.4 - Tarifário 2.4.1 - Prémio de Emissão

#### Prémio de Emissão

Montante a Enviar	Tarifa
De € 0,00 a € 40,00	€ 9,50
De € 40,01 a € 80,00	€ 11,50
De € 80,01 a € 160,00	€ 16,50
De € 160,01 a € 240,00	€ 22,50
De € 240,01 a € 320,00	€ 26,50
De € 320,01 a € 400,00	€ 31,50
De € 400,01 a € 600,00	€ 35,50
De € 600,01 a € 800,00	€ 39,50
De € 800,01 a € 1 200,00	€ 59,50
De € 1 200,01 a € 1 400,00	€ 64,50
De € 1 400,01 a € 1 600,00	€ 69,50
De € 1 600,01 a € 2 000,00	€ 89,50
De € 2 000,01 a € 2 400,00	€ 94,50
De € 2 400,01 a € 2 800,00	€ 110,00
De € 2 800,01 a € 3 200,00	€ 125,50
De € 3 200,01 a € 3 600,00	€ 141,00
De € 3 600,01 a € 4 000,00	€ 156,50
De € 4 000,01 a € 4 400,00	€ 172,00
De € 4 400,01 a € 4 800,00	€ 187,50
De € 4 800,01 a € 5 200,00	€ 203,00
De € 5 200,01 a € 5 600,00	€ 218,50
De € 5 600,01 a € 6 000,00	€ 234,00
De € 6 000,01 a € 6 400,00	€ 249,50
De € 6 400,01 a € 6 500,00	€ 265,00

TRANSFERTS RECUS(XOF) ANNEE 2008

MESES	TELEGIRO	MONEYGRAM CGT	MONEY GRAM BAO	WESTERN UNION BRS	ECOBANK WESTERN	WESTERN UNION BDU	WESTERN UNION SOFIB	TOTAL GERAL
janvier	13.237.923	149.415.192	366.765.820	15.517.715	76.587.518	14.420.563	1.095.507.305	1.731.452.036
février	14.235.789	155.768.376	46.108.200	6.757.239	32.284.485	22.236.850	1.435.862.018	1.713.252.957
mars	19.876.425	36.782.743	57.735.954	8.438.075	63.637.702	29.366.276	1.637.094.365	1.852.931.539
avril	16.542.345	104.354.243	69.056.213	6.146.652	46.735.656	35.294.287	1.528.965.033	1.807.094.430
mai	17.692.345	56.445.972	59.791.366	6.475.137	48.985.526	31.540.778	1.382.474.659	1.603.405.783
juin	18.124.042	100.482.353	67.786.944	4.844.706	62.322.370	42.311.166	1.310.375.437	1.606.247.017
juillet	17.324.201	163.022.936	69.991.477	6.682.150	49.737.484	43.888.789	1.372.321.047	1.722.968.083
août	16.044.041	125.893.504	29.383.021	2.664.939	106.389.035	143.076.231	1.395.834.462	1.819.285.233
septembre	12.341.245	118.033.832	74.425.548	5.415.513	88.189.596	171.802.401	1.539.498.176	2.009.706.311
octobre	11.346.245	120.619.593	83.406.920	1.027.485	131.211.252	183.762.078	1.433.214.198	1.964.587.771
novembre	10.245.628	76.060.159	55.402.417	4.596.256	139.709.803	181.277.593	1.410.331.178	1.877.623.034
décembre	20.456.267	198.068.550	55.363.733	29.413.152	141.287.299	284.187.357	1.708.324.643	2.437.101.001
<b>TOTAL</b>	<b>187.466.496</b>	<b>1.404.947.453</b>	<b>1.035.217.613</b>	<b>97.979.019</b>	<b>987.077.726</b>	<b>1.183.164.369</b>	<b>17.249.802.521</b>	<b>22.145.655.197</b>

TRANSFERTS EMIS ENVIADOS(XOF) ANNEE 2008

MESES	TELEGIRO	CGT	BAO	UNION BRS	WESTERN	UNION BDU	UNION SOFIB	TOTAL GERAL
janvier	8.456.987	30.453.524	22.532.767	6.300.362	64.128.972	16.960.218	225.650.384	374.483.214
février	10.876.452	25.438.617	23.114.528	6.447.383	41.441.415	17.289.912	313.562.690	438.170.997
mars	7.685.420	12.060.594	35.727.407	7.302.156	76.334.817	62.804.797	272.988.136	474.903.327
avril	10.654.246	32.622.410	22.231.758	5.654.703	65.112.171	60.311.353	331.362.832	527.949.473
mai	8.441.402	25.191.960	22.177.967	7.607.366	41.198.464	53.671.874	287.897.583	446.186.617
juin	7.599.902	47.092.800	23.423.256	8.232.231	65.984.811	64.556.185	397.001.597	613.890.782
juillet	6.541.258	29.980.031	38.507.575	11.400.798	87.602.919	74.677.723	439.061.184	687.771.488
août	9.041.028	39.277.006	13.143.786	8.037.982	98.802.579	128.872.104	381.461.987	678.636.472
septembre	4.111.201	38.132.717	17.802.001	9.218.123	123.102.022	119.475.158	388.267.226	700.108.448
octobre	9.674.569	33.004.612	34.103.415	1.898.130	143.088.179	126.548.900	407.291.527	755.609.332
novembre	7.125.845	30.846.033	24.194.106	21.778.131	102.716.238	111.944.520	403.919.147	702.524.020
décembre	10.642.969	63.668.135	29.228.002	60.148.620	115.414.208	174.931.799	503.306.183	957.339.916
<b>TOTAL</b>	<b>100.851.279</b>	<b>407.768.439</b>	<b>306.186.568</b>	<b>154.025.984</b>	<b>1.024.926.796</b>	<b>1.012.044.543</b>	<b>4.351.770.476</b>	<b>7.357.574.085</b>

## SOCIETES DE TRANSFETS ELECTRONIQUES

Sociétés	Nombre d'agences	Nombre de guichets	Nombre d'emplois et fonctions correspondantes						Institutions représentative
			Direction	Caissier	Comptable	Divers	Total		
WESTERN UNION/SOFIB	13	18	6	20	2	10	38	CBAO SENEGAL	
WESTERN UNION/BRS	2	2	1	2	2	1	6	BRS	
WESTERN UNION/BDU	5	5	1	6	1	2	10	BDU	
WESTERN UNION/ECOBANK	4	4	nd	10	nd	-	10	ECOBANK	
MONEY GRAM /CGT	1	2	3	2	1	3	9	C.G.T SARL	
MONEY GRAM - BAO	3	4	1	4	1	-	6	BAO	
TELEGIRO	1	3	1	3	nd	1	5	TELEGIRO	
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>38</b>	<b>13</b>	<b>47</b>	<b>7</b>	<b>17</b>	<b>84</b>		

Source: Sociétés de transferts rapide de fonds

Tableau I - TRANSFERTS EMIS ET REÇUS PAR SOCIETES DE TRANSFERTS ELECTRONIQUES

I - SOCIETES REPRESENTEES		WESTERN UNION/SOFIB	WESTERN UNION/BRIS	WESTERN UNION/BOU	WESTERN UNION/ECOBANK	MONEYGRAM / CGT	MONEYGRAM /BAO	TELEGIROS	
II - REPRESENTANTES		CBAO Sénégal	BRS	BDU	ECOBANK	CGT SARL	BAO	TELEGIROS	TOTAL
III - SOUS - REPRESENTANTS									
IV - TRANSFERTS REÇUS (en millions de FCFA)									
2007	UEMOA	1.135,3	6,4	17,4	29,2	412,5	0,5		
	U.E	12.432,0	61,7	168,1	281,7	2.145,2	350,7	270,2	1.601,4
	dont France	1.875,3	7,8	21,2	35,4		2,6		1.942,3
	ETATS -UNIS	431,4	1,8	4,9	8,2	0,0	4,3		450,7
	AUTRES	2.826,8	12,5	34,1	57,2	192,5	9,4		3.132,4
	<b>TOTAL</b>	<b>16.825,5</b>	<b>82,4</b>	<b>224,6</b>	<b>376,3</b>	<b>2.750,2</b>	<b>364,9</b>	<b>270,2</b>	<b>20.894,2</b>
2008	UEMOA	1.256,7	8,1	91,9	153,9	276,4	39,5		0,0
	U.E	12.856,2	76,8	885,7	1.484,0	885,8	310,6	187,5	1.826,5
	dont France	1.882,1	9,1	111,4	186,7	4,2	67,5		16.686,5
	ETATS -UNIS	442,5	2,1	25,9	43,3	174,2	47,7		2.261,0
	AUTRES	2.694,4	11,0	178,7	301,1	68,6	637,4		735,7
	<b>TOTAL</b>	<b>17.249,8</b>	<b>98,0</b>	<b>1.183,2</b>	<b>987,1</b>	<b>1.404,9</b>	<b>1.035,2</b>	<b>187,5</b>	<b>22.145,7</b>
V - TRANSFERTS EMIS (en millions de FCFA)									
2007	UEMOA	931,7	19,8	52,0	90,4	163,0	4,1	88,5	1.349,7
	U.E	1.203,6	25,5	66,6	116,0	170,6	36,2		1.618,7
	dont France	139,1	2,5	6,6	11,5		0,5		160,2
	ETATS -UNIS	78,9	1,4	3,8	6,6		1,0		91,7
	AUTRES	1.600,7	35,0	91,7	159,3	139,6	196,0		2.222,2
	<b>TOTAL</b>	<b>3.814,9</b>	<b>81,7</b>	<b>214,3</b>	<b>372,3</b>	<b>473,2</b>	<b>237,4</b>	<b>88,5</b>	<b>5.282,2</b>
2008	UEMOA	1.234,3	22,1	245,7	426,9	187,9	18,8	100,9	2.236,7
	U.E	1.352,2	45,3	315,4	548,0	154,6	62,5		2.478,0
	dont France	164,4	3,3	31,2	54,2	6,2	5,2		264,5
	ETATS -UNIS	82,3	1,8	17,9	31,0	1,2	88,8		223,0
	AUTRES	1.683,0	84,8	433,0	752,3	64,1	136,0		3.153,2
	<b>TOTAL</b>	<b>4.351,8</b>	<b>154,0</b>	<b>1.012,0</b>	<b>1.024,9</b>	<b>407,8</b>	<b>306,2</b>	<b>100,9</b>	<b>7.357,6</b>
VI - SOLDES DES TRANSFERTS (en millions de FCFA)									
2007	UEMOA	203,6	-13,4	-34,6	-61,2	249,5	-3,6	-88,5	251,8
	U.E	11.228,4	36,2	101,4	165,7	1.974,6	314,5	270,2	14.090,9
	dont France	1.736,2	5,2	14,5	24,0	0,0	2,2	0,0	1.782,1
	ETATS -UNIS	352,5	0,4	1,1	1,7	0,0	3,4	0,0	359,0
	AUTRES	1.226,1	-22,5	-57,6	-102,1	52,9	-186,7	0,0	910,2
	<b>TOTAL</b>	<b>13.010,7</b>	<b>0,7</b>	<b>10,3</b>	<b>4,0</b>	<b>2.277,1</b>	<b>127,6</b>	<b>-88,5</b>	<b>15.341,8</b>
2008	UEMOA	22,4	-14,0	-153,9	-273,0	88,5	20,7	-100,9	-410,2
	U.E	11.504,0	31,5	570,3	936,0	731,2	248,0	187,5	14.208,5
	dont France	1.717,7	5,8	80,2	132,5	-2,0	62,3	0,0	1.996,5
	ETATS -UNIS	360,2	0,3	8,0	12,3	173,0	-41,1	0,0	512,7
	AUTRES	1.011,4	-73,8	-253,3	-451,2	4,5	501,4	0,0	739,0
	<b>TOTAL</b>	<b>12.898,0</b>	<b>-56,0</b>	<b>171,1</b>	<b>-37,8</b>	<b>997,2</b>	<b>728,0</b>	<b>86,6</b>	<b>14.788,1</b>
VII - NOMBRES D'OPERATIONS EXECUTEES									
2007	A l'émission	20.985,6				3.032,0	270,0		24.287,6
	A la réception	130.010,4				15.222,0	317,0		145.549,4
	<b>TOTAL</b>	<b>150.996,0</b>				<b>18.254,0</b>	<b>587,0</b>		<b>169.837,0</b>
2008	A l'émission	22.912,0	n.d	n.d	4.076,0	2.189,0	1.548,0	n.d	30.725,0
	A la réception	131.172,0	n.d	n.d	4.098,0	10.169,0	3.792,0	n.d	149.231,0
	<b>TOTAL</b>	<b>154.084,0</b>			<b>8.174,0</b>	<b>12.358,0</b>	<b>5.340,0</b>		<b>179.956,0</b>
VIII - MONTANT DES TAXES PERÇUES (en millions de FCFA)									
		484,7	n.d	n.d	73,7	4,4	n.d	n.d	562,8
IX - MONTANT DES TAXES REVERSEES A L'ETAT (en millions de FCFA)									
		13,2	n.d	n.d	12,9	4,4	n.d	n.d	30,5
X - NOMBRE D'EMPLOIS GENERES									
		38	6	10	10	9	6	5	84

Source: Sociétés de transferts rapide de fonds

74,6% #VALOR/ #VALOR/ 13,3% 7,1% 5,0% #VALOR/ 100,0%  
87,9% #VALOR/ #VALOR/ 2,7% 6,8% 2,5% #VALOR/ 100,0%

# ANEXO G

## Seguro BES Boas-Vindas (antigo código 002362) [004877]

- Colapsar tudo

### ✓ Período de Comercialização

Fim de comercialização a 21 de Novembro 2008.

### ✓ Definição

O Seguro BES BOAS-VINDAS é um Contrato de Seguro de Acidentes Pessoais que responde às necessidades das pessoas de nacionalidade estrangeira e residentes em Portugal que pretendam garantir o regresso ao país de origem no caso de morte. Sendo,

- Seguro BES Boas-Vindas, para os primeiros titulares da Conta BES Boas-Vindas do Banco Espírito Santo, S.A, designados por Segurados.

### ✓ Garantias / Coberturas

A BES Seguros garante o pagamento de um capital em caso de morte em consequência de acidente sofrido pela Pessoa Segura abrangido pelas garantias contratadas e desde que clinicamente constatado o nexo de causalidade da morte com o acidente.

Em caso de acidente, ocorrido durante o período de validade da apólice e desde que abrangido pelas garantias contratadas o Serviço de Assistência prestará as seguintes garantias: Transporte ou repatriamento após morte de Pessoa Segura.

### - Seguro BES Boas-Vindas:

Garante em caso de morte do 1º titular da Conta BES Boas-Vindas e até aos 65 anos de idade:

. O pagamento de 5.000 Euros, em caso de morte por acidente (risco extra profissional); O Capital é pago ao(s) Beneficiário(s) designados pelo Segurado e na sua falta aos Herdeiros Legais.

. Assistência- Transporte/ repatriamento (risco todos os acidentes e doença)- 5.500€.

### ✓ Condições de adesão

#### Adesão ao Seguro BES Boas-Vindas :

- . Ser 1º titular da Conta BES Boas-Vindas do BES;
- . Ter idade igual ou superior a 18 anos e inferior ou igual a 60 anos (inclusive);
- . Ter nacionalidade estrangeira; Ser residente em Portugal.

### ✓ Início das Garantias

Para cada Segurado as Garantias têm início no dia seguinte à assinatura da Proposta de Adesão Individual e desde que se enquadre nas condições de adesão.

### ✓ Direitos do Segurado

Nomear ou alterar o(s) Beneficiário(s). Esta alteração só é válida desde que comunicada por escrito à BES Seguros.

### ✓ Quando cessam as garantias

Para cada Segurado as Garantias cessam:

- . Na data em que atinge 65 anos;
- . Quando deixar de ser 1º titular da Conta BES Boas Vindas.

. Por Morte do Segurado - Por iniciativa do BES, Tomador de Seguro desta Apólice ou da Seguradora.

#### Como proceder em caso de morte do segurado

Em caso de morte da Pessoa Segura, o Tomador do Seguro ou o(s) Beneficiário(s) que estiver(em) designado(s) nessa data pela Pessoa Segura, ou no caso de já ter(em) falecido, os seus herdeiros, deve(m):

- Contactar imediatamente ou no prazo máximo de 72h a BES Seguros através do Número Verde 800 200 418 para informar do falecimento da Pessoa Segura e fornecer todas as informações necessárias;
- Enviar para a Seguradora os seguintes documentos:
  - a) A Certidão de Óbito da Pessoa Segura;
  - b) Os Documentos comprovativos da qualidade de Beneficiário ou a Habilitação de Herdeiros, se não existir Beneficiário designado;
  - c) O Auto da Ocorrência.

#### ✓ Como receber as importâncias seguras

Os pagamentos devidos pela BES Seguros são efectuados em Portugal e em moeda portuguesa – no momento do sinistro acertar-se-á se com o herdeiro ou beneficiário a modalidade de pagamento pretendida (transferência, chèque ...).

#### Quais os riscos excluídos

##### 1) Morte por Acidente

A BES Seguros não garante os casos em que o falecimento seja provocado por:

- Acto criminoso de que o Beneficiário seja autor material ou moral ou de que tenha sido cúmplice;
- Suicídio, sempre que este se verificar no primeiro ano imediatamente a seguir a data de qualquer aumento das importâncias seguras;
- Participação em corridas de velocidade, para veículos de qualquer natureza, providos ou não de motor e respectivos treinos;
- Riscos de aerostação ou de aviação, salvo quando o Segurado/Pessoa Segura for passageiro de avião de carreira comercial de transporte de passageiros, devidamente autorizada;
- As consequências directas ou indirectas de actos de terrorismo, tumultos, revolução, sequestro, guerra civil ou guerra com país estrangeiro declarada ou não, e utilização ou transporte de materiais radioactivos;
- Doença;
- Acidente em que o Segurado/Pessoa Segura se encontre em estado de alcoolismo ou tenha ingerido drogas não recomendadas clinicamente;
- Ocorrência de riscos nucleares;

Desportos considerados radicais, tais como, asa-delta, parapente, ultra ligeiro, exibições acrobáticas, saltos de para quedas com abertura retardada, espeleologia com mergulho submarino, offshore, moto de água, bobsleigh, prática de desportos de competição, de Inverno, alpinismo, montanhismo, artes marciais e outros desportos de risco, assim como treino para competição e apostas.

##### 2) Assistência no Repatriamento e Funeral

Ficam excluídos os encargos ou prestações quando a morte da Pessoa Segura for causada por:

- Acções criminais, dolo, suicídio consumado ou lesão contra si próprio, por parte do Aderente ou das Pessoas Seguras;
- Demência, influência de álcool nos termos da legislação sobre condução automóvel, ingestão de drogas e estupefacientes sem prescrição médica;
- Sinistros ocorridos quando um veículo for conduzido por pessoa não legalmente habilitada;
- Acontecimentos de guerra, hostilidade entre países, sabotagem, rebelião, actos de terrorismo, tumultos, insurreição, distúrbios laborais e demais



perturbações da ordem pública;

- Tremores de terra, erupções vulcânicas, inundações ou quaisquer outros cataclismos;
- Engenhos explosivos ou incendiários;
- Desintegração ou fusão do núcleo de átomos, aceleração de partículas e radioactividade;
- Prática de desporto profissional e de actividades de alto risco, tais como ski de neve, motonáutica, pára-quedismo, alpinismo, montanhismo, artes marciais, espeleologia e mergulho;
- Prática de desportos motorizados e da prática de competição em geral, quer na competição em si, quer em treinos, apostas e desafios;
- Lesões resultantes de intervenções cirúrgicas ou outros actos médicos não motivados por sinistro garantido pelo Contrato.

Ficam também excluídos os encargos ou prestações em acontecimentos em que o Serviço de Assistência não tenha sido chamado a intervir na altura em que ocorreram, salvo em casos de força maior ou impossibilidade material demonstrada.

Voltar

# ANEXO H



## Abertura de conta (Particulares)

Se é cliente Caixa e caso não tenha os seus dados actualizados, ou se é um novo cliente e vai abrir a sua primeira conta, faça-se acompanhar dos documentos abaixo indicados.

**A capacidade de movimentação das novas contas fica dependente da efectiva apresentação dos documentos originais ou de cópia certificada.**

Conheça os documentos necessários à abertura de uma conta de depósito<sup>(1)</sup>:

Para abrir uma conta à ordem na Caixa, basta imprimir e preencher um formulário (a fornecer pela sua agência ou em [www.cgd.pt](http://www.cgd.pt)), por cada titular e interveniente na conta para juntar ao seu contrato. Posteriormente, todos os titulares e intervenientes na conta deverão dirigir-se a qualquer agência da Caixa para assinar o contrato de abertura de conta e facultar os originais ou fotocópias certificadas<sup>(2)</sup> dos seguintes documentos de identificação:

- X<sup>o</sup> **Bilhete de Identidade ou documento equivalente válido onde conste fotografia e assinatura, emitido por entidade pública competente.**
  - **Cédula/boletim de nascimento no caso de menores.**
  - **Passaporte ou autorização de residência no caso de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal.**
- X<sup>o</sup> **Cartão de Contribuinte emitido pela autoridade fiscal portuguesa<sup>(3)</sup> ou documento público onde conste o número fiscal de contribuinte.**
  - **Comprovativo de Morada** (carta de condução, declaração de rendimentos, nota de liquidação de IRS, carta-verde de seguros automóveis, título de registo de propriedade de veículos automóveis, caderneta predial, extracto de conta bancária, carta emitida por entidade pública ou privada idónea, atestado passado pela Junta de Freguesia, etc.). No caso de cônjuge ou dependente que não possua nenhum documento comprovativo de morada em seu nome, poderá ser considerado um documento complementar que comprove essa relação (certidão de casamento, certidão/cédula/boletim de nascimento ou B.I.).
- X<sup>o</sup> **Comprovativo de Profissão e Entidade Patronal**  
- a comprovação destes elementos far-se-á através de cartão profissional (emitido por ordem profissional ou entidade patronal), de recibo de vencimento ou de qualquer outro documento comprovativo.
- X<sup>o</sup> **Declaração do desempenho de Cargo Público** (não carece de comprovação documental, bastando informação do próprio quanto ao cargo público de que é titular, se aplicável).



1] Em conformidade com o Aviso do Banco de Portugal n.º 11/2005, na redacção que lhe foi dada pelo Aviso n.º 2/2007.

[2] As fotocópias certificadas dos documentos originais deverão ser obtidas junto das entidades competentes para o efeito: Notários, Advogados, Solicitadores, CTT, Juntas de Freguesia e Câmaras de Comércio e Indústria.

[3] Não é obrigatória a apresentação do Número de Identificação Fiscal por clientes residentes no estrangeiro que, em território português, obtenham rendimentos sujeitos a retenção na fonte a título definitivo e/ou sejam beneficiários efectivos do pagamento de rendimentos de poupança sob a forma de juros.

# ANEXO I

### QUESTIONÁRIO: PERFIL DO IMIGRANTE /REMESSAS

Nome:		Idade:	Estado Civil:
Sexo:	Religião/Etnia:	Profissão:	
Região Guiné-Bissau:		Residência:	

**1. Há quanto tempo emigrou e há quanto tempo vive em Portugal?**

**2. Com quem vive em Portugal?**

**3. Costuma enviar remessas? Há quanto tempo envia? Para quem costuma enviar (valores para país de origem)**

**4. A comissão cobrada pelas casas de envio de remessas influencia a sua decisão de as enviar formalmente?**

**5. Com que frequência é que costuma enviar?**

**6. Ate ou o valor que envia habitualmente?**

**7. Aumentou ou Diminuiu?**

**8. Qual a razão pela qual alterou os valores?**

<b>6.1.</b>	Reagrupamento familiar?
<b>6.2.</b>	Dificuldades económicas?
<b>6.3.</b>	Deixou de ter família directa no país de origem?
<b>6.4.</b>	Outras

*Obrigado pela sua colaboração!*